

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais

Gustavo Santana de Souza

**O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA COMO POLÍTICA DE
INCLUSÃO: uma análise sobre as rotinas de mobilidade dos moradores com
deficiência beneficiadqu na Região de Belo Horizonte**

Belo Horizonte

2024

Gustavo Santana de Souza

**O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA COMO POLÍTICA DE
INCLUSÃO: uma análise sobre as rotinas de mobilidade dos moradores com
deficiência beneficiada na Região de Belo Horizonte**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção de título de mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Profa. Dra. Candice Vidal e Souza

Linha de pesquisa: Cultura, Identidades e Modos de Vida

Belo Horizonte

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

S727p Souza, Gustavo Santana de
O Programa Minha Casa, Minha Vida como política de inclusão: uma análise sobre as rotinas de mobilidade dos moradores com deficiência beneficiados na Região de Belo Horizonte / Gustavo Santana de Souza. Belo Horizonte, 2024.
108 f. : il.

Orientadora: Candice Vidal e Souza
Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

1. Programa Minha Casa, Minha Vida (Brasil). 2. Habitação popular - Belo Horizonte (MG). 3. Pessoas com deficiência - Entrevistas. 4. Direito à moradia. 5. Acessibilidade (direitos humanos). 6. Mobilidade urbana. I. Souza, Candice Vidal e. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 347.925(812.1)

Gustavo Santana de Souza

**O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA COMO POLÍTICA DE
INCLUSÃO: uma análise sobre as rotinas de mobilidade dos moradores com
deficiência beneficiada na Região de Belo Horizonte**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção de título de mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Profa. Dra. Candice Vidal e Souza

Linha de pesquisa: Cultura, Identidades e Modos de Vida

Prof^a. Dr^a. Candice Vidal e Souza – PUC Minas (Orientadora)

Prof. Dr. Carlos Alberto de Vasconcelos Rocha – PUC Minas (Banca Examinadora)

Prof. Dr. Marcos Fontoura de Oliveira – PUC Minas (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 22 de Fevereiro de 2024

AGRADECIMENTOS

O percurso para a conclusão do mestrado é árduo, mas, ao mesmo tempo, muito gratificante. Eu sempre quis seguir a vida acadêmica, embora tive alguns contratemplos, continuei seguindo, pois a educação é a base para qualquer país e sem ela não pode concretizar nenhuma profissão. Eu agradeço à PUC Minas pela contemplação da Bolsa Assistencial que me proporcionou cursar o mestrado. Quero agradecer também, em especial, minha orientadora Candice Vidal e Souza por toda orientação e diálogo durante meu processo. Ela me fez ter uma nova visão, muito obrigado por tudo, professora. A tenho como um exemplo na minha vida acadêmica. Quero agradecer também ao professor Carlos Alberto Vasconcelos Rocha que aceitou participar da minha qualificação e da minha defesa, contribuindo de forma relevante para a melhoria da pesquisa. Também gostaria de agradecer ao Marcos Fontoura de Oliveira por aceitar participar da minha defesa, obrigado pela disponibilidade. Meus sinceros agradecimentos todos os professores do PPGD de ciências sociais da PUC Minas que foram essenciais para minha evolução acadêmica profissional. A todos os funcionários da secretaria que fizeram parte do meu processo no mestrado, sempre prontos para ajudarem de alguma forma. Ao Laboratório de Cartografia da PUC Minas, em nome do Erick Vinícius Pereira Lopes, por toda ajuda na criação dos mapas que foram essenciais para a ilustração do andamento da pesquisa. Meus familiares que sempre estiveram comigo, minha avó Nadir Eustáquio de Souza, que me criou juntamente com meu avô Zoir Santana de Souza. Sem eles não chegaria onde estou hoje, minha eterna gratidão. Agradeço também minha mãe Patrícia Santana de Souza e meu irmão Guilherme Santana de Souza. Também gostaria de agradecer à minha namorada Teresa Rodrigues Passos, por sempre me apoiar e estar comigo em todos os momentos. Não poderia deixar de agradecer cada morador do PMCMV que abriu a porta de suas casas e me recebeu muito bem, sempre apoiando o projeto e incentivando para que eu continuasse. Uma frase que sempre escutei durante as entrevistas é sobre a importância de um trabalho pensando nas pessoas mais vulneráveis e eu sempre respondia que estava aqui para fazer o bem para todos, independente da classe social, para que possamos ter um futuro melhor. Também gostaria de agradecer o programa de iniciação científica PICT-EAD e a todos colegas . Não poderia deixar de concluir meus agradecimentos aos colegas de turma pela troca de conhecimento e aprendizado, em especial meus colegas Fabrício, Suzana, Sheila, Laércio, Rodrigo e Yukari. Muito obrigado!!!

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, ou por sua origem, ou sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se elas aprendem a odiar, podem ser ensinadas a amar, pois o amor chega mais naturalmente ao coração humano do que o seu oposto. A bondade humana é uma chama que pode ser oculta, jamais extinta”.

(Nelson Mandela).

RESUMO

Essa pesquisa objetivou demonstrar como ocorreu a inserção das pessoas com deficiência no Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida em Belo Horizonte, destacando também como se dá a mobilidade cotidiana e os desafios diários dessas pessoas. Dessa maneira, foi realizada uma pesquisa empírica entre os empreendimentos localizados na região Norte e Nordeste de Belo Horizonte, sendo visitados oito empreendimentos e realizadas 15 entrevistas, o que proporcionou conhecer de perto a realidade vivenciada pelos moradores contemplados pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. A pesquisa enfrentou dificuldades para obter informação sobre onde se encontravam as moradias destinadas para as pessoas com deficiência, com restrição pelos órgãos públicos responsáveis, o que dificultou muito a realização da pesquisa no início. Contudo, o trabalho realizado demonstrou como aconteceu o processo de contemplação dos beneficiados e todo o percurso realizado pelos moradores para adaptar-se à nova habitação, à infraestrutura da nova área residencial e às condições de mobilidade e transporte. Os resultados da pesquisa contribuem para avaliação de projetos futuros do Programa Minha Casa, Minha Vida, com intuito de inserir melhorias nas novas construções. Podemos concluir que o estudo realizado demonstrou que a casa própria era um sonho e que, depois da contemplação pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, esse sonho foi realizado, ressaltando que alguns pontos podem ser melhorados para que todos possam viver da melhor forma possível, como foi relatado pelos moradores ao longo do trabalho.

Palavras-chave: Minha Casa, Minha Vida. Direito à moradia. Mobilidade Urbana. Acessibilidade.

ABSTRACT

This research aimed to demonstrate how people with disabilities were included in the Minha Casa, Minha Vida Housing Program in Belo Horizonte, also highlighting how everyday mobility and the daily challenges of these people occur. In this way, an empirical research was carried out among the projects located in the North and Northeast regions of Belo Horizonte, eight projects were visited and 15 interviews were carried out, which provided a closer look at the reality experienced by the residents covered by the Minha Casa, Minha Vida Program. The research faced difficulties in obtaining information about where the housing intended for people with disabilities was located, with restrictions by the responsible public bodies, which made carrying out the research very difficult at the beginning. However, the work carried out demonstrated how the process of contemplation of beneficiaries took place and the entire journey taken by residents to adapt to the new housing, the infrastructure of the new residential area and the mobility and transport conditions. The research results contribute to the evaluation of future projects of the Minha Casa, Minha Vida Program, with the aim of introducing improvements in new constructions. We can conclude that the study carried out demonstrated that owning a home was a dream and that, after contemplating the Minha Casa, Minha Vida Program, this dream was realized, highlighting that some points can be improved so that everyone can live in the best possible way, as reported by residents throughout the work.

Keywords: “Minha Casa, Minha Vida”. Right to housing. Urban mobility. Accessibility.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Figura 1 Programa habitacional chileno <i>Quiero mi Barrio</i> | 22 |
| Figura 2 Planta ilustrativa do apartamento do PMCMV..... | 36 |
| Figura 3 Planta ilustrativa do apartamento do PMCMV | 37 |
| Figura 4 Condomínio Esplêndido..... | 38 |
| Figura 5 Condomínio Figueira..... | 38 |
| Figura 6 Residencial Hematita..... | 39 |
| Figura 7 Condomínio Hibisco..... | 39 |
| Figura 8 Condomínio Pinheiros..... | 40 |
| Figura 9 Residencial Granada..... | 40 |
| Figura 10 Residencial Colibris II..... | 41 |
| Figura 11 Condomínio Recanto do beija Flor..... | 41 |
| Figura 12 Moradias do programa ProCreAr na Argentina | 44 |
| Figura 13: Programa Habitacional Gran Misión Vivienda..... | 45 |
| Figura 14 Espaço do aeroporto Carlos Prates..... | 49 |
| Figura 15 Obra paralisada do Programa Minha Casa Verde e Amarela..... | 52 |
| Figura 16 Localização dos empreendimentos do PMCMV e área central de Belo Horizonte..... | 60 |
| Figura 17 Divisão das glebas antes da construção do Conjunto Habitacional Jardim Vitória..... | 62 |
| Figura 18 Divisão de glebas já demarcadas para construção dos Conjuntos Habitacionais no Jardim Vitória..... | 63 |
| Figura 19 Moradores acampados na porta do Condômino Esplêndido do PMCMV (Jardim Vitória, BH)..... | 64 |
| Figura 20 Mapa do percurso realizado com a cadeirante Day durante o sombreamento..... | 65 |
| Figura 21 Adaptação no box do banheiro realizado pelo próprio morador deficiente visual..... | 66 |

| | |
|---|----|
| Figura 22 Adaptação no banheiro para pessoa com paralisia cerebral, realizado pela construtora responsável pelo empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida..... | 66 |
| Figura 23 Adaptação no banheiro para cadeirante realizado pela construtora responsável na construção dos imóveis do Programa Minha Casa Minha Vida..... | 67 |
| Figura 24 Rampa para cadeirante realizada pela construtora responsável pelo empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida..... | 67 |
| Figura 25 Residencial Hematita ponto de partida do uso da técnica de sombreamento - Endereço: Rodovia, Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo, 27001 – Paulo VI, Belo Horizonte – MG..... | 79 |
| Figura 26 Cadeirante Day dentro do onibus em seu primeiro trajeto..... | 79 |
| Figura 27 Imagem do elevador do ônibus sendo abaixado para Day descer, destacando rachadura na calçada..... | 80 |
| Figura 28 Mapa do percurso realizado com a cadeirante Day..... | 81 |
| Figura 29 Imagem Residencial Hematita no começo da realização das obras (2013). Endereço: Rodovia, Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo, 27001 – Paulo VI, Belo Horizonte..... | 83 |
| Figura 30 Imagem do Residencial Hematita depois da realização das obras (2021) Endereço: Rodovia, Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo, 27001 – Paulo VI, Belo Horizonte – MG..... | 83 |
| Figura 31 Centro de Saúde Vila Maria/ João Vital – Jardim Vitória Belo Horizonte | 86 |
| Figura 32 Condomínio Figueira falta de acessibilidade na via próximo ao empreendimento, localizado na região do Jardim Vitória BH..... | 88 |
| Figura 33 Condomínio Figueira falta assento no ponto de ônibus, localizado na região do Jardim Vitória BH | 89 |
| Figura 34 Rampa construída na área externa do empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida, pelos próprios moradores..... | 93 |
| Figura 35 Projeto realizado no Residencial Hibisco no Jardim Vitória..... | 95 |
| Figura 36 Fotografia da região do Jardim vitória onde se localiza o numero maior de empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida..... | 95 |

ÍNDICE DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 Lista dos empreendimentos que foram realizadas a pesquisa empírica..... | 42 |
| Tabela 2 - Demonstrativo de juros do PMCMV (Programa Minha Casa, Minha Vida) de acordo com cada região do país..... | 47 |
| Tabela 3 - Demonstrativo de juros do Programa Casa Verde e Amarela..... | 48 |
| Tabela 4 - Listas dos entrevistados destacando a deficiência de cada morador, como também localidade de cada empreendimento quantidade de morador na residência e a faixa, sexo, idade..... | 73 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|-----------------|---|
| BNH | Banco Nacional de Habitação |
| COHAB | Companhia de Habitação |
| COHABITA | Cooperativa Habitacional Metropolitana |
| CRAS | Centro de Referência de Assistência Social |
| FDS | Fundo de Desenvolvimento Social |
| FGTS | Fundo de Garantia do Tempo de Serviço |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| PCD | Pessoa com deficiência |
| PMCMV | Programa Minha Casa, Minha Vida |
| PNH | Programa Nacional de Habitação |
| Urbel | Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte |
| PBH | Prefeitura de Belo Horizonte |
| BH | Belo Horizonte |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 15 |
| 1 POLÍTICAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO POPULAR NO BRASIL: O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA E SUA EXPANSÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE | 20 |
| 1.1 Realização de programas habitacionais ao longo do tempo..... | 22 |
| 1.2 O PMCMV como referência em outros países..... | 44 |
| 1.3 Novo PMCMV e promessas de novas mudanças..... | 46 |
| 1.4 Programa Casa Verde e Amarela..... | 50 |
| 2 INCLUSÃO HABITACIONAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS CONJUNTOS DO PMCMV, OS PROCESSOS DE ACESSO À NOVA MORADIA E AS HISTÓRIAS RESIDENCIAIS ANTERIORES | 53 |
| 2.1 Semelhança e desafios enfrentados entre os empreendimentos do PMCMV..... | 55 |
| 2.2 Vivendo no conjunto do PMCMV..... | 58 |
| 2.3 Como foi pensada a moradia para pessoa com deficiência pelo programa..... | 61 |
| 2.4 Processo de construção das moradias do PMCMV no Jardim Vitória..... | 61 |
| 3 AS EXPERIÊNCIAS DE MORADORES E SUAS FAMÍLIAS: VIVENDO O COTIDIANO EM CONDOMÍNIOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA | 69 |
| 3.1 Descrição da experiência | 75 |
| 3.2 Análise da experiência | 77 |
| 3.3 Apontamentos finais sobre a experiência vivenciada | 78 |
| 3.4 Mobilidade e desafios no cotidiano..... | 81 |
| 3.5 Transformação urbana reflexo da implementação do PMCMV..... | 83 |
| 3.6 A falta de infraestrutura urbana e o impacto na acessibilidade..... | 87 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 97 |
| REFERÊNCIAS | 103 |

| | |
|---|------------|
| ANEXO A - Conjunto habitacional Gordura situado no bairro Jardim Vitória BH, no ano de 1979..... | 107 |
| ANEXO B - Imagem da evolução do bairro Jardim Vitória no ano de 2002..... | 107 |
| ANEXO C – Imagem do bairro Jardim Vitória Belo Horizonte no ano de 2023..... | 108 |
| ANEXO D – Negativa pelo Ministério das cidades referente às moradias adaptadas para pessoas com deficiência pelo PMCMV | 108 |

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, pretende-se verificar, por meio de pesquisa empírica, como o Programa Minha Casa, Minha Vida insere as pessoas com deficiência. As regras dessa política habitacional destinam 3% dos apartamentos para pessoas com deficiência e idosos, mediante apresentação do atestado médico que comprove a deficiência alegada. Desse modo, o objetivo é demonstrar como se deu a inserção dessas pessoas, na prática, destacando a experiência cotidiana de moradia e mobilidade.

Pretende-se limitar os programas adaptados na região metropolitana de Belo Horizonte na região Nordeste e Norte, pois não é viável abranger em uma pesquisa qualitativa todas as regiões do município por causa da sua extensão.

O acesso habitacional no país é um problema histórico. Pessoas de baixa renda acabam morando em lugares irregulares, por não terem condições financeiras, afetando diretamente o déficit habitacional, que aumenta ao longo dos anos. Dessa forma, destaca-se a importância das políticas públicas habitacionais no país e, nesse contexto, a relevância que o governo Lula teve na implementação do programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), em 2009, que foi essencial para inserção das pessoas de baixa renda no programa. O mundo vinha de um momento de crise econômica, mas a implementação do programa teve o papel de alavancar a economia, pois a construção de novas moradias fez com que, de forma direta, o setor da construção civil melhorasse após tempos de baixa atividade.

O PMCMV beneficiou milhares de pessoas de baixa renda no país. Esta pesquisa tem como objetivo analisar como se deu a inserção das pessoas com deficiência no programa e como se dá sua experiência cotidiana de moradia e mobilidade. Diante dessas indagações levantadas, foram feitas entrevistas com 15 moradores que residem no PMCMV, na região Nordeste e Norte de Belo Horizonte, em condomínios distintos como o Residencial Esplêndido, Residencial Figueira, Residencial Hibisco, Residencial Recanto do Beija Flor, Residencial Hematita, Residencial Granada, Residencial Pinheiros e Residencial Colibris II. O acesso às fontes foi bem complicado e bastante restrito, o que gastou muito tempo ao longo da tentativa de busca dos dados, até mesmo pelos órgãos como Urbel, Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal e CRAS. Nessas instituições, a resposta comum era que não tinham acesso ao banco de dados sobre as moradias para pessoas com deficiência no PMCMV.

Sendo assim, fiz pesquisa sobre os conjuntos habitacionais na internet, e fui aos lugares do programa, perguntando aos porteiros se havia ou não pessoas com deficiência no local. Eles foram indicando novos empreendimentos, à medida que os moradores tinham sido entrevistados. Foi bastante complicado chegar aos empreendimentos, mesmo indo aos locais de forma presencial, encontrei esses obstáculos de acesso às informações.

Considero relevantes para a compreensão do processo de pesquisa aspectos vividos em minha trajetória até os empreendimentos do programa PMCMV em BH, os quais narrarei como parte dessa apresentação introdutória.

Para eu chegar aos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida, eu fazia o percurso pela manhã, chegando em casa à noite. Eu ia de bicicleta, saindo do bairro Letícia, em Venda Nova, onde eu resido, até o shopping Estação BH, de lá pegava o metrô e depois o ônibus que ia para cada empreendimento, que, na maioria deles, estavam localizados na região do Jardim Vitória, em Belo Horizonte. O caminho era bem complicado, pois tinha muitos morros até chegar às moradias. O tempo no ponto de ônibus variava entre uma hora e uma hora e meia, sendo que, em finais de semana, esse tempo aumentava ainda mais. Eu ficava na casa dos moradores entre uma hora e duas horas. Alguns dias eu chegava ao empreendimento do programa e o morador não se encontrava e eu tinha que esperar sua chegada. Outras vezes eu ia embora sem êxito, pois a pessoa tinha agendado comigo, mas, chegando ao local, desmarcava. Isso aconteceu várias vezes, o que dificultou ainda mais minhas entrevistas, pois tinha o gasto financeiro para retornar para casa no final do dia.

Eu percebia que os ônibus ficavam ainda mais cheios, logo tive um olhar de pesquisador antropólogo participante, imaginando que se eu tinha dificuldade de mobilidade, por causa dos ônibus muitos cheios, imagina as pessoas que tinham algum tipo de deficiência. Outro ponto que percebi é que não consegui utilizar o aplicativo do Uber, pois naquelas regiões de difícil acesso, na parte da noite, encontravam-se em dinâmica.

Depois de pegar o ônibus, eu pegava o metrô novamente para voltar na estação Gabriel e, novamente lotado, me coloquei no lugar da pessoa com deficiência por causa da superlotação do transporte público em geral. Eu chegava em casa já tarde e fazia a leitura de todo o trajeto que fiz durante o mês de abril até em meados de maio de 2023. Nesse período, o metrô chegou a ficar em greve por alguns dias, o que fez com que o trajeto ficasse ainda mais demorado e mais oneroso, pois nesse momento o número de

ônibus aumentou, mas mesmo assim comecei a verificar na pele a realidade de mobilidade vivida pelos moradores, o que foi muito importante para poder mensurar o seu deslocamento durante o cotidiano.

Um dia eu fui ao local dos empreendimentos para verificar onde que se encontrava a escola mais próxima, os comércios e o posto de saúde. Verifiquei que os comércios de pequeno porte existem, mas que os de grande porte ficam mais longe. O local onde fica o posto de saúde tem alguns morros com aclives consideráveis e que dificultam a locomoção. Esses pontos foram essenciais para eu saber a realidade vivenciada pelos moradores. Percebi também que há muitas ruas sem saída, em alguns condomínios, e que, se você não souber, você tem que andar tudo de novo para chegar aos locais, o que aconteceu comigo pela falta de sinalização adequada.

Diante de todo trajeto que eu fiz, verifiquei também que há diferença entre acesso e entre localização dos condomínios e que isso diferencia também o modo de mobilidade dos contemplados pelo PMCMV. Eu pude ver essa diferença no campo, como o ponto de ônibus da região mais concentrada na área urbana, o que mudava totalmente o tempo gasto para a locomoção.

Dentre as entrevistas realizadas, irei relatar algumas que ressaltam bem a mobilidade dos contemplados no programa, esclarecendo que os nomes utilizados são fictícios. Maria mora em uma das moradias do PMCMV, seu deslocamento diário se dava pela condução de três ônibus até chegar em sua faculdade. Ela, como cadeirante, tinha o acesso diário complicado em alguns momentos, pois os ônibus, muitas vezes, não estavam adequados para sua mobilidade segura, e se encontravam com defeito. Um problema diário era o elevador, o que fazia com que, em alguns dias, ela chegasse mais tarde na instituição de ensino que estudava, por encontrar algum transporte com defeito em seu trajeto. Todo esse percurso era realizado no período noturno pela Maria. Mesmo ela chegando em casa cansada e tarde da noite, ela relata sua vontade de se formar e concluir um sonho que é ter o diploma do nível superior. Durante sua mobilidade até o posto de saúde, ressalta a necessidade de uma melhor acessibilidade para as pessoas com deficiência de modo geral, pois ele foi construído em um morro, o que dificulta a locomoção até a chegada. Destaca ainda que o posto antigo era mais bem localizado na questão de acessibilidade. Também ressalta a realização da contemplação da moradia dentro do PMCMV, ela não tinha uma moradia própria e que hoje pode dizer que tem um bem que pode chamar de seu, destacando que lutou muito para ser contemplada, participando de reuniões mensais, até ter o deferimento de sua solicitação. Comparando

com a moradia anterior, ela avalia que melhorou, pois tem transporte público na porta, mas, em questão de tempo de locomoção, aumentou, pois precisa fazer várias baldeações até chegar na área central de Belo Horizonte.

João, cadeirante, também contemplado dentro do PMCMV, relatou como se dá seu deslocamento no seu cotidiano. Ele se desloca utilizando o transporte público, na maioria das vezes, pois também utiliza sua moto adaptada para se locomover, mas, como fica bastante sentado e parado na sua residência, aparecem algumas feridas que atrapalham mais ainda sua locomoção, fazendo que fique mais dentro de casa. Quando ele se desloca, ressalta a dificuldade de ir até o posto de saúde por estar localizado no meio do morro e, dessa forma, a acessibilidade ao local se torna bem precária. Outro ponto relatado trata da construção dos empreendimentos na região, que fez com que o posto de saúde tivesse um aumento de demanda em decorrência da chegada de novos moradores. Quando eles têm que se deslocar até o supermercado, vão de ônibus, pois a distância é longe da moradia. Ele comenta que o bloco com apartamento adaptado para pessoa com deficiência é construído longe da portaria principal do condomínio, o que dificulta sua mobilidade no cotidiano. Relata também a falta de acessibilidade na área externa do condomínio, como adaptações para um deslocamento com uma maior segurança. Destaca ainda a realização da casa própria pelo PMCMV e que foi essencial para ele e sua família.

Bel é mãe de Joana e sua filha tem paralisia cerebral e foi contemplada com um apartamento do PMCMV destinado a pessoas com deficiência. Ela falou que é muito raro sair de casa com sua filha por causa da mobilidade no dia a dia, e que, quando ela precisa sair, sua filha fica com seus dois irmãos, pois ela não pode ficar sozinha em casa, pois necessita de cuidados por causa da sua limitação. Quando ela necessita de algum atendimento médico, ela pede ajuda ao posto de saúde que se desloca até sua residência. Bel ressalta que mesmo com uma mobilidade prejudicada por causa de um transporte público, que deixa muito a desejar, se sente muito satisfeita com aquisição do seu imóvel, pois ela morava em um local considerado área de risco por causa de um terreno muito instável que poderia desabar a qualquer momento. Dessa forma, a contemplação do imóvel foi essencial na sua vida e de seus familiares, pois a nova moradia é segura para morar.

O que foi muito interessante em relação às respostas é que todos os moradores veem como uma realização de um sonho diante da aquisição do apartamento, e que foi realizado com a contemplação da moradia. Os beneficiários ressaltaram que foi muito

importante a adaptação das moradias entregues. Entre os pontos comuns sobre a questão do deslocamento cotidiano está uma melhor adequação do transporte público, como também um olhar para as áreas externas dos condomínios. Em relação ao sistema de saúde, os moradores entrevistados ressaltaram a localização de difícil acesso por estar localizado no aclave, o que dificulta o deslocamento de cadeirantes.

Foi demonstrada também a diferenciação de localidade entre os empreendimentos, alguns em localizações mais baixas, outros em mais altas geograficamente. Entre respostas comuns, na maioria dos empreendimentos analisados, o problema foi a falta de supermercados de grande porte na região das moradias, fazendo com que os moradores se deslocassem a uma distância maior, o que dificulta ainda mais por motivo da limitação da mobilidade. Em síntese, são histórias como estas que estão no centro dessa pesquisa, oferecendo uma perspectiva sobre os desafios cotidianos para a mobilidade em múltiplas escalas: desde o apartamento adaptado, as áreas comuns dos condomínios, a rua, a vizinhança até o acesso aos serviços das áreas centrais de Belo Horizonte. Este trabalho argumenta sobre a relevância de inserir o ponto de vista da mobilidade sobre os estudos de antropologia da deficiência para a compreensão da vida cotidiana de pessoas com impedimentos corporais ao movimento (ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO, 2019).

No primeiro capítulo da dissertação, pretendo trazer as Políticas Públicas e Habitação Popular no Brasil: o Programa Minha Casa, Minha Vida na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Dessa forma, nesse primeiro momento, pretendo trazer as políticas públicas já realizadas no país ao passar do tempo, fazendo citação de algumas, trazendo pontos de implantação do PMCMV em Belo Horizonte e como se deu sua implementação.

No segundo capítulo, pretendo apresentar como se deu a inclusão habitacional para pessoas com deficiência nos conjuntos do PMCMV, os processos de acesso à nova moradia e as histórias residenciais anteriores que foram coletadas durante as entrevistas. Isso para demonstrar todo o processo de inclusão das pessoas com deficiência no programa e para saber como se deu a trajetória de mobilidade até sua contemplação, o que mudou na vida das pessoas, de acordo com suas concepções, como os pontos positivos ou negativos narrados pelos beneficiários.

No terceiro capítulo irei descrever as experiências de moradores e suas famílias, vivendo o cotidiano em condomínios do PMCMV, por meio das entrevistas realizadas com as famílias da pessoa com deficiência, com o propósito de saber como se dá sua

mobilidade dentro do empreendimento, as possíveis dificuldades encontradas, para assim saber com os moradores contemplados estão vivendo com os seus familiares. Por fim, as considerações finais sintetizam os resultados encontrados na pesquisa, para assim dizer como ocorreu o processo de inclusão das pessoas com deficiência no Programa Minha Casa, Minha Vida nos contextos considerados.

1. POLÍTICAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO POPULAR NO BRASIL: O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA E SUA EXPANSÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

A prefeitura de Belo Horizonte adotou o Programa Minha Casa, Minha Vida em 2009, com os seguintes estratos de financiamento: faixa 1 (dos sem renda à renda de R\$1.350,00 mensal familiar), faixa 2 (de R\$1.351,00 a R\$ 2.790,00) e faixa 3 (R\$ 2.791,00 a R\$ 3.600,00). No contexto da implantação aconteceu a alta valorização dos terrenos na região, o que dificultou ainda mais a construção das moradias em Belo Horizonte, pois havia os recursos para iniciar as construções dos imóveis, mas não tinha o terreno para a realização da obra, pois os terrenos na região metropolitana tinham valores muito altos (PBH, 2011).

Diante desse contexto apresentado, fica evidente que o maior obstáculo para implementação do PMCMV, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, foi a falta de terreno destinado para a realização dos empreendimentos, sendo necessário, para uma possível solução, ter um banco de terras que poderia ser utilizado para dar função social, composto de propriedades abandonadas como os lotes e casas que já não têm mais funcionalidade.

Quando o PMCMV foi implementado em 2009, o município de Belo Horizonte enfrentou desafios com a Urbel que, nesse momento, teria como foco a preocupação com requalificação de vila e favelas. No início da implementação do programa, tinha-se o intuito de construir 10 mil unidades, em conformidade com a Caixa Econômica Federal, mas não conseguiram realizar nem a metade, sendo realizados cerca de 5.476 contratos. Isso demonstra a dificuldade em atingir a própria meta estipulada. Esse número se torna mais preocupante quando a PBH ressalta que foram inscritas mais de 200 mil famílias em busca da sua casa própria e que, no final, foram contempladas cerca

de 50 mil. Dessa forma, há uma lacuna no que se refere o acesso à casa própria no município de Belo Horizonte.

Esses dados apresentados demonstram como a demanda de pessoas que não têm acesso à moradia ainda é maior do que o investimento realizado e que, mesmo diante de uma política habitacional, tem-se um abismo de acesso à tão sonhada casa própria, que seria o objetivo principal dessas famílias. Isso faz com que muitas pessoas ainda residam em locais irregulares, pois não têm condições de residirem em outros locais, contribuindo não somente para um problema habitacional, mas também trazendo um problema sanitário em que muitas pessoas estão em locais insalubres, sem saneamento básico e morando de forma bem precária, tendo outros problemas de saúde em virtude do local que moram com a família (PRADO, 2017).

O problema habitacional no país é o tema abrangente em relação ao qual se faz a discussão presente sobre as pessoas com deficiência, na inserção das moradias adaptadas, de acordo com sua necessidade, com a intenção de oferecer um estudo sobre a implementação dessa política de acesso à moradia. No caso desse trabalho, o enfoque é acesso para as pessoas com deficiência. É importante salientar que a construtora responsável pela construção dos imóveis do PMCMV deve conhecer o nível de limitação de cada morador com deficiência, para assim ter uma melhor adequação dos imóveis de acordo com as necessidades de cada um. Dessa forma, tem-se primeiro um mapeamento dos principais obstáculos, para depois analisar como será sua implantação, com a ciência da dificuldade de cada morador contemplado no programa (CAMPBELL, 2009).

O PMCMV foi inspirado na experiência chilena com o Programa *Queiro mi Barrio*, criado em 2006 no Chile, com intuito de beneficiar pessoas que não tinham condições de ter casa própria. O programa beneficiou cerca de 500 mil pessoas, abrangendo 760 bairros de forma nacional, fornecendo um subsídio maior para as famílias de baixa renda, tendo uma importância crucial em conformidade com o déficit habitacional no país. O programa também pensou em revitalizar os bairros em locais periféricos contribuindo também para um espaço social melhor de se viver, tendo saneamento básico, pensando no bem estar da sociedade. Segue abaixo uma fotografia de como foram realizados os empreendimentos habitacionais, que foram um grande espelho para o Brasil na realização do PMCMV (GALLARDO, 2006).



Figura 1: Fotografia das habitações do Programa *Quiero mi Barrio* no Chile

Fonte: Blog de Raquel Rolnik, <https://raquelrolnik.wordpress.com/>

Na figura 1 é possível perceber como se dá o programa *Quiero mi Bairro* no Chile, sendo um grande espelho para o PMCMV no Brasil. Pela fotografia realizada observa-se que são construídas várias moradias em uma determinada localidade, algo que também acontece no Brasil, onde se constrói um número elevado de moradias que se localizam em regiões específicas.

O PMCMV também teve como objetivo no país movimentar a indústria e o comércio, tendo como resultado o aumento de emprego local e, por consequência, a diminuição do déficit habitacional no país.

1.1 Realização de programas habitacionais ao longo do tempo

Vale destacar que o município de Belo Horizonte adotou outras políticas habitacionais ao longo do tempo, havendo dificuldade para sua implementação, com falta de verbas para sua implantação, dificuldade também encontrada em outros municípios. Entre as políticas habitacionais na cidade pode-se citar como pioneira a construção do conjunto IAPI entre os anos de 1940 e 1974, no qual a PBH fez a doação de um terreno de cerca de 70.000 m², na região central de Belo Horizonte. Isso mostra

que, ao longo do tempo, tinha-se a realização de políticas habitacionais como forma de inserção das pessoas de baixa renda pela aquisição de sua casa própria.

Ao longo dos anos, a PBH empreendeu várias tentativas de retirada das pessoas dos locais periféricos, mas não houve um resultado esperado, mesmo com a criação de uma coordenação habitacional nos anos de 1963, que retirou muitas famílias dos locais periféricos mais não teve êxito. Uma das principais causas negativas relacionadas foi a baixa indenização das famílias, fazendo com que elas voltassem para o seu local de origem novamente.

Na década de 1990, foi criado o programa PROFAVELA, com intuito de regularização jurídica das favelas, com 62 mil pessoas contempladas, como forma de fazer com que aquele lugar fosse integrante como parte da cidade. Dessa forma, pode-se salientar que houve várias ações de políticas habitacionais como forma de tentar solucionar o problema habitacional. Diante dessa problemática, a PBH tentou os meios para inserção das pessoas de baixa renda para a aquisição da casa própria naquele determinado período.

O Conselho Municipal de Habitação, criado em 1994, teve um papel essencial para ter um olhar sobre políticas habitacionais em Belo Horizonte, com parceria da PBH, fazendo o papel de analisar áreas de riscos, com pessoas vivendo em locais de difícil acesso e com perigo iminente de ocorrer algum desmoronamento por causa da situação do local. Sua criação foi pioneira para que se tivesse um olhar para esses grupos mais vulneráveis que residiam nesses pontos da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Logo depois, no contexto habitacional, houve a criação também do plano diretor no ano de 1996, que se preocupou com as pessoas que estavam vivendo em áreas de risco, destacando zonas especiais de interesse social, em que os locais periféricos começaram a ser considerados em seu contexto de vivência. Destaca-se também um olhar para como os moradores conviviam naquele espaço. O olhar do poder público se faz essencial para poder ter melhorias para uma melhor convivência entre seus moradores.

Dentro da criação dos programas de habitação em Belo Horizonte, podemos citar também a criação do programa Vila Viva em 2005, que teve um papel essencial no Aglomerado da Serra. Diante do seu êxito, o programa foi expandido para outras regiões de Belo Horizonte, com o intuito de fazer com que as pessoas de baixa renda tivessem uma moradia digna para viver com seus familiares.

Lícia Valladares (1983) realizou uma pesquisa referente à avaliação dos programas habitacionais do Banco Nacional da Habitação (BNH). Entre esses estudos, se mostrou a importância da COHAB, em conjunto com a Fundação João Pinheiro, entre os anos de 1978 e 1979, tendo um papel crucial no que se refere a habitação popular no Brasil. Diante das avaliações feitas por ela, pode-se chegar a um ponto crucial a ser destacado nos programas habitacionais no Brasil, que é a prática clientelista. Isso se refere à grande demanda de interesses públicos que refletem diretamente no acesso a esses programas como, por exemplo, pessoas com nível financeiro superior ao que era pretendido para aquisição do imóvel e eram contemplados por meio da troca de favor, fazendo com que os empreendimentos estivessem ocupados por pessoas que, por direito, não deveriam estar ali. Dessa forma, a autora destaca essa problemática no país, fazendo com que se tenha um olhar para divergências de acesso aos programas populares.

Em 2007, foi criado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no governo Lula. Naquele momento em que se encontrava o país, conseguiu-se baixar a taxa básica de juros, o que foi essencial para o crescimento do financiamento de moradias habitacionais. Isso se fez necessário para poder atingir um maior número de pessoas de baixa renda, para quem o sonho da casa própria se encontrava mais distante. Essas mudanças contribuíram significativamente para que tivessem acesso habitacional de forma mais facilitada, contribuindo significativamente para o crescimento do próprio país. Dessa forma, abriu a possibilidade de mais financiamentos para compra da casa própria por pessoas de baixa renda, alavancando o setor da construção civil, o que foi uma grande conquista, ressaltando o ponto que o país passava por uma crise financeira que era preocupante (VALLADARES, 1983).

No espaço da habitação popular encontram-se vários tipos de pessoas com modos de vida e diferenças físicas e culturais, contribuindo para uma vida social intensa naquele ambiente. Em muitas situações, aqueles moradores não tiveram a oportunidade de inserção no mercado de trabalho e o espaço da habitação popular tem um papel crucial para inserção dessas pessoas de baixa renda em terem a possibilidade de obter a própria moradia, um lugar para ser chamado de seu. Muitos moradores, quando veem a possibilidade de adquirirem o próprio meio de habitação, sentem-se pertencentes àquela determinada região, pois é onde vão criar os seus vínculos de pertencimento dentro do espaço (VALLADARES, 1983 p. 109).

Deve-se pensar em uma política habitacional inclusiva, por isso a importância da obrigatoriedade de moradias destinadas para pessoas com deficiência, ressaltando que, dentro do grupo familiar, existem pessoas que necessitam desse olhar de acessibilidade. O número de pessoas que possuem algum tipo de deficiência é muito grande. O IBGE apontou no censo de 2010, que cerca de 24% da população brasileira possuía ao menos um tipo de deficiência, sendo que as deficiências que mais prejudicam a mobilidade existem em maior número. Deficiência visual com 18,8% e deficiência motora com 6,84%. Dentro desse contexto, pode-se destacar ainda mais a preocupação de moradias adaptadas em conformidade com os próprios dados mencionados, que comprovam que o número de pessoas que possuem alguma limitação é crescente ao longo dos anos. Também há a necessidade de uma moradia universal, que possa contemplar acessibilidade para que todos possam se deslocar de forma segura no ambiente em que residem. Esse olhar é importante de ser debatido, pois se sabe que o meio social se encontra em constante transformação e as políticas públicas são inclusivas e pensam na limitação de seus beneficiários, para que assim, os contemplados possam se sentir pertencentes àquele determinado local que será seu lar (NBR 9050/2015).

Multisetorialidade em Políticas Públicas tem como um grande questionamento ao longo do tempo que seria os problemas de coordenação na área das políticas públicas onde que envolve várias problemáticas como por exemplo o jogo político entre as instituições as divergências entre conflitos entre os atores públicos, sociais, privados e os governos fazendo que tenha muitos empasses até mesmo na aprovação de uma política que visa atender a população como um todo. Como por exemplo podemos dar a implementação do PMCMV logo depois sua extinção para o Programa minha Casa Verde e Amarela causando vários impactos na realização da política pública no país tendo como os mais afetados a classe baixa onde que seria os principais beneficiários pela política, dessa forma fica evidente uma briga de interesses que afeta diretamente a população.

Dentro desse contexto, o relatório mundial das pessoas com deficiência ressalta, em muitas situações, a falta de planejamento de políticas públicas inclusivas e de um olhar diante da acessibilidade dessas pessoas, pois existe uma falha de adequação dessas moradias e uma ação coordenada de quem projeta e produz a própria cidade. Assim, essa lacuna permanece com o passar dos anos, pois somente seria diminuída com um planejamento geral, que não somente construa moradias adequadas, mas também um trabalho em conjunto que contemple as moradias com olhar de acessibilidade à própria cidade (BARTALOTTI,2006).

A mancha urbana foi se desenvolvendo ao longo do tempo, de modo que as edificações populares ficaram despercebidas na malha da cidade. Desse modo, o desenvolvimento urbano teve uma crescente circunstancial que afetou diretamente o fator arquitetônico, onde o desenho universal das moradias foi ficando de lado, prejudicando a mobilidade das pessoas que tenham algum tipo de deficiência afetando a sua locomoção em seu cotidiano (PRADO, 2017).

Pode-se destacar, durante décadas, que a criação de moradias populares nas bordas urbanas de Belo Horizonte fez com que ficasse evidente uma segregação social dos grupos de trabalhadores de classe baixa, em uma determinada localidade da cidade. Podemos resaltar que, com aumento populacional ao longo dos anos, modificou diretamente o meio urbano, e, dessa forma, vários lugares que se classificavam como irregulares foram sendo invadidos, fazendo com se formassem grupos de pessoas que não tinham acesso à casa própria por não terem condição financeira. Esses grupos se formaram nos locais periféricos, onde tinha uma falta clara de direitos fundamentais, como o acesso ao saneamento básico, ao transporte público e à saúde. Assim, podemos destacar que esses reflexos são vistos até nos dias atuais, em que se tem uma segregação de classes sociais de forma evidente (PRADO, 2017).

Em conformidade com as políticas habitacionais em Belo Horizonte, trazida pela Urbel, ainda há um grande problema, pois existem 64 mil domicílios vagos, de acordo com a última contagem do órgão, realizada em 2020. Dessa forma, ressalta-se a desigualdade de acesso à moradia, pois muitas pessoas ainda não têm acesso à casa própria por não terem condições financeiras para sua aquisição. Diante do número acima mencionado, pode-se ressaltar a discrepância de acesso à casa própria por determinada classe social, ao longo do tempo, mostrando que o nível de desigualdade de acesso se encontra cada vez mais presente em nossa sociedade.

Diante dessa problemática, pode-se salientar que um custo baixo da produção dessas moradias populares gera um prejuízo para a vida dessas pessoas como o acesso à escola, a um transporte público de qualidade, gerando uma segregação dessas pessoas por até mesmo não conseguirem se deslocar de uma forma segura, fazendo com que elas fiquem, na maioria das vezes, na sua residência. Dessa maneira, pode-se dizer que gera uma lacuna muito grande de acesso igualitário, fazendo com que a desigualdade social se torne cada vez mais evidente no país.

Simon (1947) ressalta a racionalidade limitada dos gestores de políticas públicas sobre a problemática trabalhada, o que também se torna um grande problema nas

tomadas de decisões, no contexto da sua aplicação. No que se refere à acessibilidade habitacional no país, é bastante discutida a criação de moradias que tenham o desenho arquitetônico que visem acessibilidade, para que todos sejam inseridos, independente da sua limitação física. Dessa forma, tem-se uma maior mobilidade na locomoção cotidiana.

Diante das políticas públicas, temos uma grande problemática trazida ao longo do tempo, no contexto da sua aplicabilidade, que é aquela presente nas tomadas de decisões, o que interfere diretamente na realização dos programas habitacionais propostos, pois se sabe que, quando há essa dimensão, alguns grupos sociais têm privilégio nas tomadas de decisões em função de seu status, as quais se tornam jogo de troca de interesses na sociedade. Isso causa impactos na realização de políticas públicas, fazendo com que se tenha um cenário negativo nessa vertente, em que as pessoas que deveriam ser contempladas não o são. Nesse sentido, geram-se impactos desastrosos na implantação de políticas públicas no país, ao passar dos anos, que se encontra em constante discussão para que se tenha um melhor controle pelos órgãos públicos (GIOVANNI, 2009).

Podemos destacar que a preocupação do Estado com a habitação começou na Europa, precisamente na França e Inglaterra, em razão de um crescimento desordenado da sociedade, fazendo com que as pessoas de baixa renda vivessem em locais insalubres. Dessa forma, surgiu uma preocupação para o resto do mundo voltada para as condições habitacionais como problema público.

Diante dessa problemática, atentou-se para o fato de que no ano de 1844, na Inglaterra, as pessoas de baixa renda começaram a ter um problema também com a própria saúde, pois se encontrava em locais inadequados, o que criava uma nova preocupação. Assim, começou-se a pensar sobre a questão higienista, elaborando ações para melhorar a qualidade de vida daquela sociedade, em que os próprios médicos começaram a salientar a importância de um local adequado para se viver, pois esse problema iria causar outros na própria sociedade, já que um grupo de pessoas doentes refletiria na sociedade como um todo. Dessa forma, começaram a pensar ações afirmativas para poder lidar com esse cenário de lacuna entre determinadas classes sociais, com ações habitacionais para a inserção dessas pessoas em um local adequado. É importante destacar o fator histórico diante da habitação urbana, para se informar como que se deram as políticas públicas habitacionais e os entraves enfrentados até chegar sua implantação.

Destaca-se que a intervenção higienista começou a ser colocada em prática a partir do século XX, por motivo do crescimento de desempregados. Com o aumento acentuado da malha urbana, pensou-se na melhor qualidade de vida para a sociedade, onde há moradias com o custo de vida mais baixo, para que as pessoas conseguissem ser inseridas na sociedade como um todo, pois a desigualdade também entre as classes sociais reflete-se no espaço social como um todo, no qual as pessoas se encontram, em conformidade com seus afazeres do cotidiano. Nesse aspecto, pode-se ressaltar que o problema habitacional também reflete na problemática da saúde e causa reflexos na sociedade como um todo, pois os indivíduos estão em constante interação ao longo de sua vida.

A habitação no país vem sendo tratada de modo diferenciado como política pública, ao longo do tempo, uma vez que as ocupações urbanas fizeram com que a cidade começasse a ter um novo olhar, pois, com o seu crescimento, foi tomando novas formas urbanísticas. Houve a criação dos lugares periféricos, cortiços, pois o crescimento populacional ao longo do tempo fez com que as pessoas de baixa renda se deslocassem para locais que ainda não estavam ocupados; com o passar do século XX, esses novos espaços foram tomando grandes proporções.

O panorama arquitetônico das cidades tomou outro formato com as novas ocupações que foram denominadas como locais periféricos, e, com ela, foram trazidas novas problemáticas, como a falta de saneamento básico. Isso gera uma preocupação da própria saúde, pois os locais eram insalubres, mas as pessoas de baixa renda não tinham local para morar e acabaram fazendo desses locais, seus lares. Elas não tinham uma opção de escolha. O problema habitacional no Brasil é um problema que foi aumentando junto com o crescimento populacional.

No Brasil, o problema de habitação se tornou um problema de saúde pública também ao longo da história, pois muitas pessoas viviam em lugares insalubres como os cortiços. O que se percebia é que as pessoas que tinham condição financeira construíam moradias bem precárias para alugar para as pessoas de baixa renda. Dessa forma, a desigualdade social fica ainda mais evidente. Fazendo com que as pessoas com maiores aquisições se sobressaíssem em relação às demais classes sociais. Foi necessário que os governos pensassem em políticas habitacionais para as pessoas de baixa renda.

Laswell (1936) apresentou a expressão *policy analysis* (análise de política pública). Ele salienta o papel da política pública de suprir as lacunas encontradas, os entraves, fazendo com que se tenha atenção para as necessidades dos grupos sociais. A

política habitacional do PMCMV traz o resultado de inserção das pessoas em residências próprias, como também a forma de acessibilidade dos grupos que ali se encontram, visando adequação do seu deslocamento no cotidiano, de forma segura e inclusiva, que seja adequado com o direito da moradia universal para todos, fazendo com que as pessoas sejam incluídas no ambiente urbano, de forma igualitária.

O Brasil, com a implantação do PMCMV, teve um resultado tão positivo que foi referência para o mundo inteiro, ressaltando sua importância no que se refere ao déficit habitacional no país. Sabe-se que há um grande abismo habitacional no país, pois muitas pessoas não têm acesso à casa própria e o programa é responsável para que as pessoas adquiram sua residência, sendo também exemplo para outros países.

O governo tinha a meta, com a implantação do Programa Nacional de Habitação, de gerar mais empregos e gerar o aumento de renda das pessoas, além de incentivar o desenvolvimento na construção civil, um setor que estava sendo muito afetado na crise mundial de 2008. O programa construiu cerca de 5,7 milhões de moradias no período de 2009 a 2020, o que gerou um aumento significativo na geração de emprego, essencial para o crescimento do país, além de acesso à moradia para milhares de brasileiros que conseguiram a realização de um sonho tendo a casa própria, vivendo com mais dignidade com sua família.

A criação do PMCMV em 2009, em determinadas regiões, fez com que tivesse um progresso significativo na vizinhança dos projetos, pois, por exemplo, com um aumento de novos moradores, o fluxo comercial cresceu substancialmente, já que foram criados novos comércios para atender à nova demanda de população. Isso reflete diretamente na economia daquela região, trazendo com ela melhorias financeiras no que se refere à comercialização naquele espaço.

O PMCMV foi regulamentado a partir da publicação da lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009 e suas alterações, que no seu artigo 3, inciso V, diz expressamente sobre prioridade de atendimento às famílias que façam parte pessoas com deficiência para aquisição da moradia do programa. Isso é muito importante para a inclusão dessas pessoas na aquisição da casa própria. Faz-se importante destacar que os padrões do programa tenham um desenho universal para que possa abranger todo tipo de morador, independentemente de sua limitação. Assim, as construtoras devem atentar para a mobilidade dentro dos empreendimentos. Essa lei dispõe sobre as regras do Programa Minha Casa, Minha Vida e direciona ao poder executivo a regulamentação do Programa Nacional de Habitação Urbana. O número destinado para pessoas com deficiência no

programa entraria no número mínimo de cotas, que seria de 3%, durante as entrevistas pode perceber que os moradores tem a percepção de que a pessoa com deficiência apresente atestado médico que comprove a deficiência alegada e que contenha o número da CID e a classificação da deficiência podendo destacar que essa visão é dos próprios contemplados pelo programa. Diante dessa indagação a pesquisa procura analisar, de forma empírica, como esses moradores que possuem algum tipo de deficiência chegaram ao PMCMV e como se deu o processo de aquisição do imóvel. Esses pontos foram motivadores para a realização da pesquisa, para poder saber, na prática, como ocorreram os trâmites até a entrega do imóvel, verificar a localização que os imóveis foram construídos, como é a locomoção cotidiana e como isso interfere no modo de vida dessas pessoas (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2023).

A partir do Decreto de Lei nº 7.499 criado em 2011, por meio da Resolução nº 183 em que são destinados 3% das moradias dos conjuntos para Pessoas com Deficiência, coloca-se a obrigatoriedade das moradias também adaptadas para que se possa suprir as dificuldades desses moradores, diante da sua locomoção na própria residência, como também na área externa da residência, para que os beneficiários possam se deslocar de forma segura, sem ocorrer um acidente por causa da falta de adequação no local.

Diante desses apontamentos, novos programas habitacionais foram criados ao longo do tempo, como, por exemplo, a própria criação do PMCMV, que teve como o seu principal objetivo contribuir para reduzir o déficit habitacional no país. Mas não quer dizer que essa lacuna habitacional teve uma solução total, mas passou por uma melhora significativa. Ao longo dos anos, podemos citar também a importância de ter dado continuidade ao programa, pois quando ele foi interrompido no ano de 2020 afetou diretamente na criação de novas moradias.

O processo inclusivo habitacional foi um problema que teve muitas mudanças ao longo do tempo, como até o aumento da própria população no meio urbano, fazendo com que se pensasse em outras soluções habitacionais. Um deles a ser estudado ao longo da pesquisa é o PMCV (Programa Minha Casa Minha Vida) porém, teve todo um processo, como dito anteriormente, e que se encontra em constante transformação, pois a própria população vai se modificando ao passar dos anos.

Mesmo com o problema enfrentado do déficit habitacional no país, as políticas públicas e os programas de políticas sociais, são essenciais na vida das pessoas de baixa renda. Para a criação do PMCMV, na sua primeira etapa, foram gastos cerca de 34

bilhões e cerca de uma entrega de 500 mil moradias. O projeto teve um gasto significativo no contexto da sua criação até sua realização, salientando a necessidade de verbas para os empreendimentos. O apoio político se fez necessário para conseguir verbas para o financiamento das moradias. Dentro da realização das moradias do PMCMV (Programa Minha Casa, Minha Vida), pode-se destacar a importância dos empreendimentos adaptados destinadas às PCD (pessoas com deficiência), em que o papel da cota destinada a esse público se torna essencial para que seja um programa inclusivo para todos. Ainda assim, destaca-se a necessidade de aumento, pois somente 3% são destinados para essas pessoas. No município de Belo Horizonte, a demanda de pessoas que possuem algum tipo de deficiência é grande, fazendo com que muitos não sejam contemplados dentro da cota para eles destinados (HIRATA, 2009).

Em 2008, o país passou pela crise internacional que afetou o mundo inteiro e, nesse contexto, teve-se uma resposta imediata que foi a expansão de créditos pelos bancos públicos. Em 2009, o governo, com o intuito de ampliação do mercado habitacional, anunciou o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), que teve como principal público pessoas de baixa renda, o que foi essencial para o aquecimento imobiliário no país. O aumento do subsídio fez com que as famílias tivessem mais possibilidade de aquisição da casa própria. O governo tinha o intuito de aquecer o mercado da construção civil, como também diminuir o déficit habitacional no país com ampliação significativa na construção de moradias, impactando diretamente a economia do país. Isso se destacou no momento de crise mundial, e começou tendo a possibilidade de se reverter a situação caótica que o mundo se encontrava naquele momento de crise, em que vários países não sabiam lidar com aquela situação inesperada (ARANTES; FIX, 2009).

Um ponto crucial, no que se refere à criação do Programa Minha Casa, Minha Vida, foi o aumento de liberação de crédito para aquisição de unidade habitacional e, ao mesmo tempo, a redução de juros, os quais tiveram um papel essencial para que as pessoas pudessem fazer o financiamento da sua habitação de uma forma mais facilitada, contribuindo significativamente para o acesso à propriedade imobiliária. Cardoso resalta a importância do Fundo Garantidor de Habitação, que ofertou recursos para pagamentos de prestações caso a pessoa ficasse inadimplente por causa do não pagamento por desemprego, o que contribui com a segurança de que o proprietário da moradia, mesmo desempregado, não perca o seu bem, caso não consiga pagar as prestações, por motivo de força maior (CARDOSO, 2013, p. 35).

Dessa forma, o PMCMV teve o papel contributivo no que tange ao déficit habitacional no país. Um ponto importante é que a Caixa Econômica Federal é diretamente responsável pelo fornecimento dos créditos e as construtoras responsáveis pela construção das moradias. São elas que escolhem os terrenos destinados como estratégia para aplicação do programa, para construção dos imóveis e pareceres técnicos. Deve-se destacar a necessidade de respeitar os padrões dos imóveis, pois, dessa forma, um imóvel não pode ser mais beneficiado do que o outro, havendo um padrão entre os demais.

Um ponto mencionado pelos arquitetos do PMCMV é que há um padrão arquitetônico nas moradias que não pode ser modificado. É uma das exigências de cumprimento dos padrões para que se tenha um custo baixo e, conseqüentemente, um valor no mercado de forma igualitária. Dessa maneira, vale destacar a preocupação dos arquitetos em ter um custo de mão de obra mais barato para atender um número maior de famílias e manter um padrão entre as moradias, para que todos possam usufruir da mesma forma. Destaca-se a implementação das casas adaptadas para pessoas com deficiência, que necessitam de uma adequação em conformidade com sua limitação, no que se refere a locomoção no ambiente domiciliar, dentro da porcentagem de 3% destinada às pessoas com deficiência, de acordo com o próprio regimento interno do programa. As moradias adaptadas são realizadas pelo os arquitetos da construtora que irá construir o imóvel, podendo ressaltar que o morador tenha que dizer na aquisição do imóvel qual é sua limitação e deficiência para que seja adequado de acordo com sua mobilidade no seu cotidiano.

O PMCMV veio para suprir os principais problemas já ocorridos em outros programas de habitação popular, o que é uma preocupação histórica no país, em que as pessoas de baixa renda têm dificuldade para adquirir a casa própria e quando têm a sua aquisição há o problema da inclusão na questão socioespacial, algo que tem que se mencionar ao longo dos empreendimentos públicos de habitação (GARCIA, 2021).

Em conformidade com os estudos já realizados sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, é demonstrada a falta de auxílio do poder público em fornecer aos moradores dos condomínios os direitos básicos e fundamentais, como acesso ao hospital na região onde as moradias do programa estão localizadas, como também escola e transporte de qualidade, que também faltam na região de algumas dessas moradias. Observar esses aspectos trazidos em torno do projeto habitacional é essencial para que se tenha um melhor resultado de inclusão das pessoas de forma digna, tendo um olhar

mais humanizado para o recebimento desses moradores que já vem sofrendo uma segregação social (BARRETO; MATOS, 2020).

Um ponto principal de ser mencionado sobre o PMCMV é a segurança em manter esses novos moradores no condomínio do programa, ressaltando que toda mudança de região reflete no contexto social daquelas famílias, pois o novo local é afastado dos familiares, de seus empregos e, dessa forma, muitos acabam voltando para o local que moravam antes, pois lá eles têm redes de apoio e ofertas de trabalho mais próximas. Algo muito preocupante, pois muitos retornam à sua antiga moradia não porque querem, mas sim para manterem a condição de vida anterior. Os trabalhos já realizados, como a dissertação de Maria Karolina Souza Garcia, *Mobilidade reduzida nos conjuntos habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida, em Jaboticabal-SP* (2021) e a dissertação da Ana Paula Lombardi, *Inclusão sócio espacial de pessoas com deficiência: Os espaços de morar do programa Minha Casa, Minha Vida, na cidade de Ponta Grossa-Paraná* (2014), mostram essa dificuldade de manter os moradores nas moradias do programa, por isso há a necessidade de ter uma equipe interdisciplinar para o acompanhamento dessas famílias como assistente social, psicólogo, para assim conseguir atender às necessidades desses moradores para que eles não precisem voltar para suas casas anteriores, para não tornar uma solução relativa e um ciclo vicioso. O programa deve ser eficaz, fazendo com que as famílias continuem nas moradias vivendo com dignidade e segurança de ter uma residência de forma legal, onde elas possam viver sem medo, tendo a tranquilidade de construir seus sonhos juntamente com suas famílias, para que o programa seja uma referência de mudança em suas vidas (CARPANELLI, 2015).

Na cidade de Ponta Grossa, foi realizado um estudo muito parecido com o que eu estou trabalhando, que se tratava sobre inclusão socioespacial de pessoas com deficiência e os espaços de morar do Programa Minha Casa, Minha Vida. Diante desse estudo, pude perceber pontos parecidos a serem mencionados, como a questão da acessibilidade nos empreendimentos do PMCMV, nas áreas externas dos condomínios, a falta de uma maior acessibilidade relatada pelos entrevistados, como também a falta de interdisciplinaridade no acompanhamento desses moradores depois da sua aquisição. Até o certo momento, a dificuldade de acesso à saúde também é um ponto semelhante, pois a localização de alguns postos médicos é em região de difícil acesso (INCLUSIVE ORG, 2023).

Alguns pontos também que podem ser analisados ao longo da pesquisa é que os moradores da Região Metropolitana de Belo Horizonte, tinham cinco anos de seguro dos imóveis e isso dava a eles uma tranquilidade maior, conforme escutei em alguns relatos. Além disso, os empreendimentos de Belo Horizonte foram entregues sem estarem totalmente acabados. Dessa forma, os próprios moradores tiraram o dinheiro do próprio bolso para fazer as reformas finais e depois a Caixa Econômica fez o ressarcimento.

Diante dos condomínios analisados, pude perceber como eles têm diferenciações de localização geográfica que dificultam a mobilidade e acessibilidade de forma particular. Alguns têm uma facilidade maior de locomoção do que outros e isso demonstra que mesmo que os empreendimentos apresentem um padrão de estrutura arquitetônica, estão construídos no mesmo município em locais diferentes. Isso ocorre também no município de Belo Horizonte e no município do Paraná: os moradores de ambos os municípios relatam a felicidade de aquisição da casa própria, de terem saído de locais em situações piores, que tinham realizado o sonho de aquisição do imóvel, mesmo diante de alguns problemas relatados.

Ambos os locais têm pontos a serem melhorados e a diferenciação dos empreendimentos mencionados é muito interessante para fazer até mesmo alguns comparativos entre as regiões. Destaca-se a carência de pesquisa na temática na região metropolitana de Belo Horizonte, pois analisando os periódicos e indo nos locais como Prefeitura de Belo Horizonte, Urbel, Caixa Econômica, percebi a dificuldade de coleta de dados no início da pesquisa, vendo a importância da temática a ser estudada para o município de Belo Horizonte, podendo até mesmo fazer uma leitura de pesquisa realizada em outro município como o de Ponta Grossa, Paraná (LOMBARDI, 2014).

A locomoção no cotidiano é essencial para a vida de qualquer pessoa. Quando se tem uma falta de acessibilidade em determinada região, isso reflete diretamente no acesso a determinados locais essenciais como serviços de saúde e educação. Como consequência, reflete na oportunidade de emprego. Dessa forma, locais que têm um acesso privilegiado e adequado para as pessoas se deslocarem com segurança, refletem significativamente nas condições financeiras, ao contrário da maioria das vezes de quem mora na região periférica sem acesso, em que o tempo de deslocamento é muito maior. Isso faz com que a maioria dessas pessoas trabalhe de forma autônoma por não conseguirem se deslocar para a região central, o que prejudica a contratação daquele trabalhador. Pode-se dizer que acessibilidade é um ponto principal na vida de qualquer

pessoa, tendo ela alguma deficiência ou não, pois a locomoção diária de toda população se faz necessária e faz parte da vida. Quando se tem alguma obstrução que prejudique o acesso daquela pessoa, afeta diretamente seu seio familiar, por isso a necessidade da cidade ser um local universal para todos. Para isso é importante que o poder público tenha esse olhar de inclusão para todo o grupo social, ressaltado que o direito à cidade é para todos sem distinção (LEITE; GIANNOTTI; GONÇALVES, 2022).

É importante destacar que o direito das pessoas com deficiência incorpora uma cidadania inclusiva. Ao longo do tempo, foi se ampliando a preocupação da necessidade de locais adaptados, pois o tema sobre mobilidade e acessibilidade ressalta a necessidade do desenvolvimento da cidade de forma inclusiva, que seja segura para todos. Esse tema é sempre colocado em pauta pelas pessoas que possuem algum tipo de deficiência e necessitam de deslocar no cotidiano, como é o caso das pessoas que residem nos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida. O aumento da malha urbana se deu sem um planejamento devido e, dessa forma, a cidade de Belo Horizonte foi evoluindo sem acompanhar as necessidades de adequação dos locais mais acessados, causando uma dificuldade de mobilidade para as pessoas que tenham alguma limitação causada pelo seu estado clínico de saúde. O deslocamento faz parte da vida de qualquer ser humano e, quando há essas barreiras no meio urbano, gera uma restrição de mobilidade por parte das pessoas com deficiência (CAMBIAGHI, 2007).

Lei Brasileira de Inclusão (LBI) diz que: “A acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social”. Em outras palavras, devem existir condições para realizarem seus afazeres de uma forma que facilite seu deslocamento, como pegar um ônibus, ir ao trabalho, conseguir se deslocar com segurança e realizarem tudo que almejam, sendo tratados de forma igual na sociedade, para terem sua inclusão igualitária na sociedade (SILVA, 2009).

Nesse sentido, temos no art. 3º, IV da EDP as chamadas “barreiras”, tidas como:

Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;

- d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
- e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias;

Dessa forma, pode-se destacar que acessibilidade de forma adequada é um direito de todos, sem nenhuma distinção, mas ocorre que, com o crescimento da sociedade, o modelo arquitetônico também foi se modificando e com ele alterou-se também a forma dos ambientes. Isto, em muitas situações, gerou falta de acessibilidade e mais complicações na gestão urbanística da sociedade (CARLETTO, 2008).

Para ficar mais claro sobre o padrão dos imóveis do PMCMV, segue abaixo uma planta ilustrativa dos apartamentos que seguem um padrão nacional em todos os empreendimentos contemplados, destacando que os apartamentos localizados no térreo são destinados para as pessoas com deficiência dentro da cota de 3% .

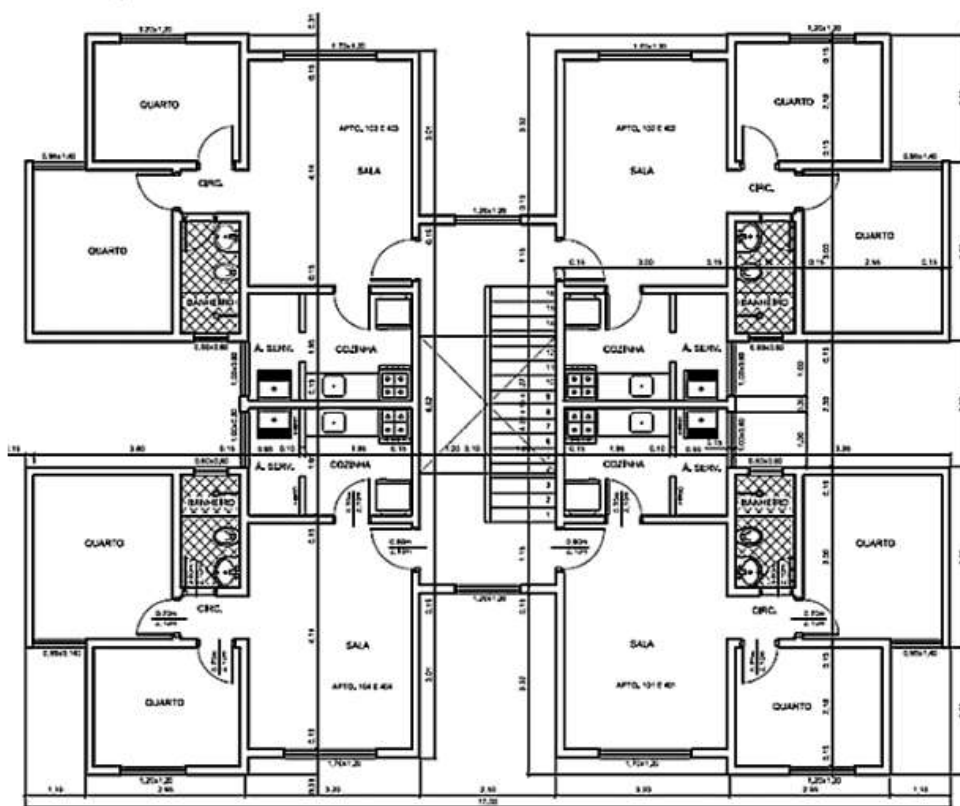


Figura 2: Planta ilustrativa do apartamento do PMCMV

Fonte: Site G1, <https://g1.globo.com/tudo-sobre/minha-casa-minha-vida/>



Figura 3: Planta ilustrativa do apartamento do PMCMV em 3D

Fonte: Site G1, <https://g1.globo.com/tudo-sobre/minha-casa-minha-vida/>

Durante a pesquisa, foram visitados oito condomínios distintos para entrevistas com respectivos moradores com deficiência. Seguem abaixo as imagens da localização de cada um deles.



Figura 4: Condomínio Esplêndido – Endereço: R. Berenice Ribeiro de Miranda, 700 - Jardim Vitoria, Belo Horizonte- MG

Fonte: Google Earth, <https://www.google.com/intl/pt-BR/earth/about/>



Figura 5: Condomínio Figueira- Endereço : Rua Dois Mil Quatrocentos e Sessenta e Nove 140 - Jardim Vitória, Belo Horizonte – MG.

Fonte: Google Earth, <https://www.google.com/intl/pt-BR/earth/about/>



Figura 6: Residencial Hematita- Endereço: Rodovia, Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo, 27001 - Paulo VI, Belo Horizonte – MG

Fonte: Google Earth, <https://www.google.com/intl/pt-BR/earth/about/>



Figura 7: Condomínio Hibisco- Endereço: R. 2468, 15 - Jardim Vitória, Belo Horizonte, MG.

Fonte: Google Earth, <https://www.google.com/intl/pt-BR/earth/about/>

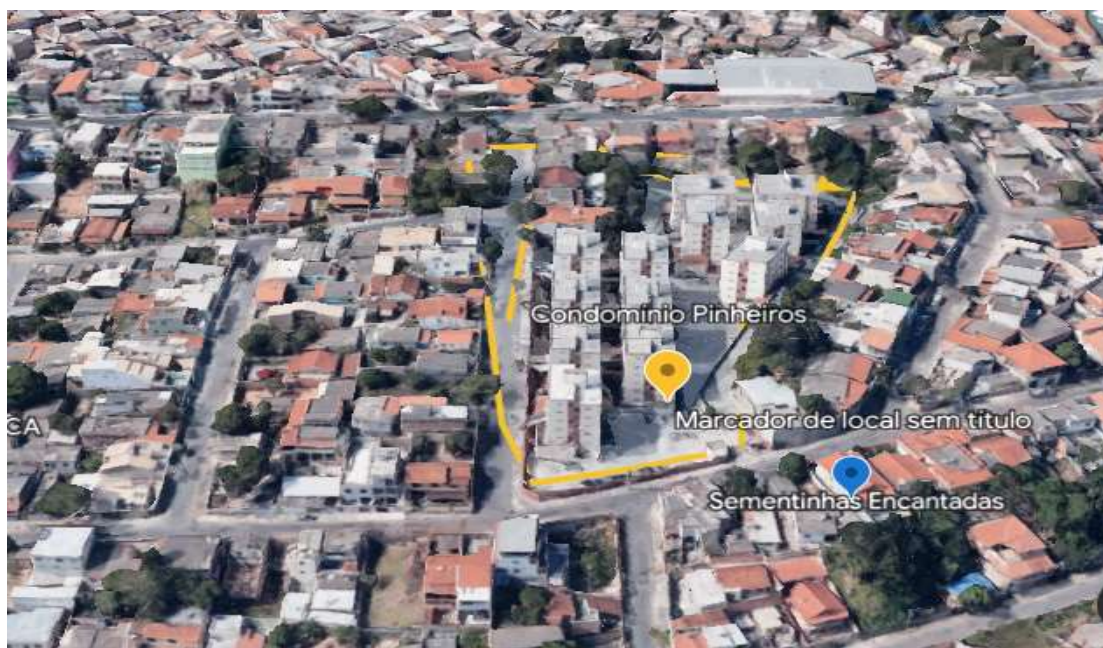


Figura 8: Condomínio Pinheiros- Endereço: R. Paulo Kruger Mourão, 230 - Jardim Guanabara, Belo Horizonte – MG

Fonte: Google Earth, <https://www.google.com/intl/pt-BR/earth/about/>



Figura 9: Residencial Granada- Endereço: R. Maria Guerzoni Fernandes A, 210 - Vista do Sol, Belo Horizonte – MG.

Fonte: Google Earth, <https://www.google.com/intl/pt-BR/earth/about/>



Figura 10: Residencial Colibris II –Endereço: R. Oliveira Fortes, 149 - Aarão Reis, Belo Horizonte – MG.

Fonte: Google Earth, <https://www.google.com/intl/pt-BR/earth/about/>



Figura 11: Condomínio Recanto do beija Flor- Endereço: R. Lincoln Amarante Ribeiro - Jardim Vitória,
Belo Horizonte – MG

Fonte: Google Earth, <https://www.google.com/intl/pt-BR/earth/about/>

Segue abaixo a descrição dos condomínios do Programa Minha Casa, MinhaVida pesquisados na Região Metropolitana de Belo Horizonte, ressaltando que não foi realizada a visita em todos os condomínios da região metropolitana, pois o

recorte da pesquisa era destinado aos empreendimentos adaptados para as pessoas com algum tipo de deficiência. A coleta de informações de localidade dos empreendimentos adaptados do programa foi bastante árdua, pois entrando em contato com os órgãos reesponsáveis como Ministério das Cidades, Urbel, PBH, Caixa Econômica Federal, obtive resposta de que não tinham dados sobre os empreendimentos específicos no município de Belo Horizonte, o que dificultou muito até a chegada aos apartamentos destinados às pessoas com deficiência. Esse processo se deu com uma lista disponibilizada via PBH sobre os condomínios que seriam do Programa Minha Casa, Minha Vida, mas sem dizer se eram destinados para as pessoas com deficiência. Assim, a procura se deu às cegas, fazendo o pesquisador se deslocar entre vários empreendimentos do programa sem êxito. Chegando a uma moradia do programa localizada no bairro Jardim Vitória em Belo Horizonte, descobri que tinham moradias adaptadas para pessoas com deficiência. Dialogando com o síndico responsável, fiquei sabendo que tinham outros condomínios na região também destinados às pessoas com deficiência, sendo essencial para o andamento da pesquisa. Entre idas e vindas, teve promessa de moradores marcando entrevistas e depois dizendo que não estavam mais em sua residência, fazendo com que o pesquisador se deslocasse muitas vezes em vão. Diante desse percurso realizado, a pesquisa se fez entre oito condomínios do programa destinados a pessoas com deficiência, entrevistando 15 pessoas com algum tipo de deficiência.

Tabela 1: Lista dos empreendimentos que foi realizada a pesquisa empírica

| | |
|-----------------|--|
| Empreendimento: | Residencial esplêndido |
| Endereço: | R. Berenice Ribeiro de Miranda, 700 - Jardim Vitoria, Belo Horizonte, MG |
| Cozinha | 1 |
| Quartos: | 2 |
| Cozinha | 1 |
| Andares | 5 |
| Empreendimento: | Residencial Recanto do Beija Flor |
| Endereço: | R. Lincoln Amarante Ribeiro - Jardim Vitoria, Belo Horizonte – MG |
| Sala: | 1 |
| Quartos | 2 |
| Cozinha: | 1 |
| Andares: | 5 |
| | |

| | | |
|-----------------|---|---|
| Empreendimento: | Colibris 2 | |
| Endereço: | R. Oliveira Fortes, 149 - Aarão Reis, Belo Horizonte – MG | |
| Sala: | | 1 |
| Quartos | | 2 |
| Cozinha: | | 1 |
| Andares: | | 5 |
| Empreendimento: | Residencial Pinheiros | |
| Endereço: | R. Paulo Kruger Mourão, 230 - Jardim Guanabara, Belo Horizonte – MG | |
| Sala: | | 1 |
| Quartos: | | 2 |
| Cozinha: | | 1 |
| Andares | | 6 |

| | | |
|-----------------|---|---|
| Empreendimento: | Residencial Hibisco | |
| Endereço: | R. 2468, 15 - Jardim Vitoria Belo Horizonte - MG, | |
| Sala: | | 1 |
| Quartos: | | 2 |
| Cozinha: | | 1 |
| Andares: | | 5 |
| Empreendimento: | Residencial Hematita | |
| Endereço: | Rodovia, Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo, 27001 - Paulo VI, Belo Horizonte – MG | |
| Sala: | | 1 |
| Quartos | | 2 |
| Cozinha: | | 1 |
| Andares: | | 5 |
| Empreendimento: | Residencial Figueira | |
| Endereço: | Rua Dois Mil Quatrocentos e Sessenta e Nove 140 - Jardim Vitória Belo Horizonte - MG, | |
| Sala: | | 1 |
| Quartos: | | 2 |
| Cozinha: | | 1 |
| Andares: | | 5 |
| Empreendimento: | Residencial Granada | |
| Endereço: | Rua Maria Guerzoni Fernandes A, 210 – Vista do Sol, Belo Horizonte | |
| Sala: | | 1 |
| Quartos | | 2 |
| Cozinha: | | 1 |
| Andares: | | 5 |

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

1.2 O PMCMV como referência em outros países

O PMCMV também inspirou outros programas habitacionais nos países como Argentina, Venezuela, vizinhos sul-americanos que já desenvolveram modelos semelhantes. Na Argentina foi desenvolvido o programa habitacional PRO. CRE.AR, tendo como intuito beneficiar tanto a classe média como a classe baixa, com uma parceria com a iniciativa privada, destacando que o governo argentino ficou responsável para escolha do terreno onde as obras seriam realizadas. Na Argentina, o déficit habitacional também é muito grande, o que fez com que se espelhasse no programa brasileiro e, dessa maneira, pensaram em políticas públicas que pudessem diminuir a lacuna de acesso à moradia para todos, ponto semelhante vivenciado pelo Brasil. Na Argentina, o déficit habitacional 2012 chegou a 2,5 milhões de pessoas sem acesso à moradia. O governo local teve a pretensão de construir cerca de 400 mil moradias, fazendo com que gerasse uma estimativa de 100 mil empregos, contribuindo significativamente também com a economia local do país.

Na figura 12 pode-se visualizar as moradias realizadas na Argentina por meio do programa ProCreAr, que foi criado tendo inspiração no PMCMV e o principal objetivo seria a diminuição do déficit habitacional no país.



Figura 12: Moradias do programa ProCreAr na Argentina

Fonte: Archdaily, <https://www.archdaily.com.br/br/892011/casa-prrr-perroud-atot-arquitectos-todo-terreno>

Na Venezuela, foi criado o Programa Habitacional Gran Misión Vivienda, lançado no começo de 2012, inspirado no PMCMV. Há pontos relevantes mediante a criação das moradias, por exemplo, o governo da Venezuela enviou uma comitiva ao Brasil para entender como funciona o setor responsável pelo financiamento do programa na Caixa Econômica Federal. A iniciativa venezuelana teve como principal objetivo zerar o déficit habitacional no país, com um investimento no valor de US\$ 16,3 bilhões. A Venezuela teve como exemplo o PMCMV, o que demonstra como o programa foi inspiração para fora do país por causa de sua importância para a diminuição do abismo habitacional encontrado no Brasil. O problema habitacional não ocorre somente no Brasil, e como é importante ter uma política que pense na moradia como um direito de todos (CARIOLA, 2014).

Na figura 13 é possível visualizar os empreendimentos do Programa Habitacional Gran Misión Vivienda, na Venezuela, que teve como referência o programa habitacional brasileiro, que seria o PMCMV. Dessa forma, é importante resaltar como o programa brasileiro refletiu em outros países.



Figura 13: Programa Habitacional Gran Misión Vivienda

Fonte: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación e Información, <http://www.minci.gob.ve/>

Podemos destacar que o acesso habitacional foi sempre um ponto a ser debatido ao longo do tempo no Brasil. Antes da criação do PMCMV, outros programas sociais habitacionais foram pensados para suprir o déficit de acesso à casa própria no país.

1.3 Novo PMCMV e promessas de novas mudanças

O novo PMCMV (Programa Minha Casa, Minha Vida) vem com o intuito de ser melhor que o anterior, visando ter construções mais próximas da malha urbana para facilitar a locomoção dos moradores. Continuará tendo cota de 3% para pessoas com deficiência de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) irá ter um formato arquitetônico também maior, garantindo mais espaço no ambiente interno dos empreendimentos. Para que essas modificações acontecessem foi criada uma MP que passou por votação no último dia antes de perder sua validade na data de 13/06/2023, em um indício das dificuldades políticas possíveis para a implantação do programa.

Outro ponto interessante também, como regra para realização dos novos empreendimentos, é sobre o terreno que terá que estar localizado na malha urbana e próximo às escolas e comércios. Considero essencial esse requisito de exigência para a construção dos novos imóveis, pois, durante o presente estudo, pode-se perceber como a localização da implantação do PMCMV faz diferença na vida das pessoas com deficiência, no que se refere a seu deslocamento no cotidiano. Quando se pensa com um novo olhar sobre o quesito mobilidade, tende-se a favorecer que as construções das novas moradias estejam em determinada localização que tenha melhor acesso, o que faz toda diferença na vida dessas pessoas, algo que foi bastante ressaltado durante as entrevistas com os moradores que já residem no programa e que a maior dificuldade encontrada pelos moradores foi o acesso ao meio de locomoção, por residir em determinada localização que dificulta o acesso à área central. Isso é mais complicado por causa da distância de localidade, como mencionado pelos beneficiários entrevistados (CUNHA, 2023).

Outro requisito também colocado em pauta para novos empreendimentos é ter uma área de esporte e uma sala de biblioteca, pontos positivos e essenciais para que os moradores possam se socializar e praticar atividades físicas com mais frequência, o que é importante para o corpo e para a mente. Salientada a importância de equipamentos que tenham acessibilidade para todos, para que possam utilizar, mesmo com a limitação física. A construção da biblioteca terá um ponto muito positivo que irá incentivar os estudos dos moradores, contribuindo também para melhora educacional.

Outra mudança importante é o aumento na construção do imóvel que hoje no mínimo é 40 m² para casas e 41,50 m² para apartamentos, sendo antes era 32 m² para casa e de 37 m² para apartamento. Isso é uma alteração bastante significativa, pois

durante as entrevistas realizadas com os moradores, também se mostra a relevância de um local maior, que facilitaria também o deslocamento dentro do imóvel.

As novas mudanças no PMCMV mencionadas são essenciais para que os novos empreendimentos sejam ainda mais adequados para as pessoas com deficiência e que sejam mais inclusivos, fazendo com que os contemplados se sintam mais pertencentes à nova moradia. O PMCMV é composto por diversas secretarias envolvidas que são elas:

- Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano.
- Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana.
- Secretaria Nacional de Habitação.
- Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental.
- Secretaria Nacional de Periferias.

Dessa forma, pode-se ressaltar que há uma equipe envolvida para a implantação do programa, para sua aplicação na prática. Em conformidade com as novas mudanças no PMCMV em relação ao Programa Casa Verde e Amarela, pode-se destacar, de acordo com a tabela 2, que as taxas de juros podem variar com cada região do país, tendo um olhar para situação financeira de cada localidade.

Tabela 2: Demonstrativo de juros do PMCMV (Programa Minha Casa, Minha Vida) de acordo com cada região do país.


| | | Cotistas | | Não Cotistas | |
|----------------|-----------------------------|------------------|-----------------------------|------------------|-----------------------------|
| | | Norte e Nordeste | Sul, Sudeste e Centro Oeste | Norte e Nordeste | Sul, Sudeste e Centro Oeste |
| Faixa 1 | Até R\$ 2.000 | 4% | 4,25% | 4,5% | 4,75% |
| | De R\$ 2.000,01 a R\$ 2.640 | 4,25% | 4,5% | 4,75% | 5% |
| Faixa 2 | De R\$ 2.640,01 a R\$ 3.200 | 4,75% | 5% | 5,25% | 5,5% |
| | De R\$ 3.200,01 a R\$ 3.800 | 5,5% | 5,5% | 6% | 6% |
| | De R\$ 3.800,01 a R\$ 4.400 | 6,5% | 6,5% | 7% | 7% |
| Faixa 3 | De R\$ 4.400,01 a R\$ 8.000 | 7,66% | 7,66% | 8,16% | 8,16% |

Fonte: Ministério das Cidades

Fonte: Ministério das Cidades, <https://www.gov.br/cidades/pt-b>

Assim, mostra uma preocupação com o custo de vida de cada região, fazendo com que se tenha um olhar sobre a realidade financeira dos futuros contemplados no programa, e que as prestações pela aquisição do imóvel caibam dentro do orçamento familiar. Podemos fazer um comparativo com o Programa Casa Verde e Amarela em que os beneficiários potenciais eram separados por grupos e não por faixas, sendo os grupos 1, 2, 3.

Tabela 3: Demonstrativo de juros do Programa Casa Verde e Amarela

| CASA VERDE E AMARELA | | | | | |
|---|-----------------------|-----------------------------|-----------------|---------------------|-----------------|
| | | Sudeste, Sul e Centro-Oeste | | Norte e Nordeste | |
|  | Faixa de renda | Não Cotista do FGTS | Cotista do FGTS | Não Cotista do FGTS | Cotista do FGTS |
| Grupo 1 | Até R\$ 2 mil | 5,00% | 4,50% | 4,75% | 4,25% |
| | Até R\$ 2 mil | 5,25% | 4,75% | 5,00% | 4,50% |
| Grupo 2 | R\$ 2 mil a R\$ 4 mil | 5,50% | 5,00% | 5,25% | 4,75% |
| | R\$ 2 mil a R\$ 4 mil | 6,00% | 5,50% | 6,00% | 5,50% |
| | R\$ 2 mil a R\$ 4 mil | 7,00% | 6,50% | 7,00% | 6,50% |
| Grupo 3 | R\$ 4 mil a R\$ 7 mil | 8,16% | 7,66% | 8,16% | 7,66% |

Fonte: Ministério das Cidades, <https://www.gov.br/cidades/pt-b>

Em conformidade com o novo PMCMV, pode-se verificar, de acordo com a tabela acima, a redução dos juros comparando com o Programa Casa Verde e Amarela, tendo também uma preocupação maior com as regiões Norte e Nordeste no que se refere à redução dos juros.

No que se refere ao PMCMV é importante destacar algumas mudanças que foram feitas ao longo da sua criação. No ano de 2012, a presidenta Dilma Rousseff editou a Medida Provisória 561 para modificar a lei 11.977, de 7 de julho de 2009, que

dispõe o artigo 35 da referida lei, que os contatos e registros sejam realizados preferencialmente por mulheres, tendo a publicação ocorrido no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher (Lei 11.977/2009).

No que se refere à implementação do novo PMCMV em Belo Horizonte, há informação de previsão de algumas moradias destinadas ao programa no espaço do aeroporto Carlos Prates, em Belo Horizonte. Como podemos ver na figura 14 seguir, tem-se como promessa a criação de um bairro no espaço, com área de lazer comércio, Unidade de Pronto Atendimento (UPA), centro esportivo e habitações populares.



Figura 14: Mapa demonstrando a proposta inicial de utilização do espaço do aeroporto Carlos Prates

Fonte: PBH, <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/pbh-apresenta-proposta-urbanistica-para-area-do-antigo-aeroporto-carlos-prates>

1.4 Programa Casa Verde e Amarela

O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) foi criado em 2009, pelo governo Lula, e foi extinto pelo governo de Jair Bolsonaro em 2020. Após sua extinção, foi criado o programa Casa Verde e Amarela com seu vigor em janeiro de 2021 a dezembro de 2022. Nesse intervalo de dois anos do programa Casa Verde Amarela muita coisa mudou, no primeiro momento teve a promessa de descontos no FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), o que ajudaria na aquisição dos imóveis por parte das pessoas de classe baixa. Nesse período, foram entregues 284,5 mil moradias e durante o PMCMV foram entregues cerca de 1,5 milhões de moradias do Faixa 1, totalmente subsidiada pela União e outras 5.8 milhões entraram pelas modalidades financiadas por meio do FGTS. Dessa forma, pode salientar como o número de moradias realizadas pelo Programa Minha Casa Verde e Amarela foi desproporcional comparado ao PMCMV.

Depois do término do PMCMV, tudo mudou, pois foi implantado o Programa Casa Verde e Amarela que, em primeiro momento, teve o argumento de dar continuidade ao PMCMV, mas na prática o cenário foi diferente, em que muitas obras ficaram paradas, como vamos ver ao longo do texto. Isso fez com que as pessoas de classe baixa tivessem mais dificuldade de aquisição da sua casa própria. Durante a pesquisa empírica, os moradores não mencionaram em nenhum momento o novo Programa Casa Verde e Amarela. Dessa forma, ficou evidente como o PMCMV ficou conhecido no Brasil, se tornando referência. Não podemos deixar de mencionar que toda mudança gera consequência, o que ficou nítido ao longo do tempo, pois quando se tenta mudar algo já consolidado, transforma diretamente todo o sistema organizacional e, com isso, gera transformações que causariam impactos diretamente na sociedade.

O Programa Minha Casa Verde e Amarela teve um período bem complicado no ano de 2021, em que vários lançamentos de moradias foram suspensos, pois as construtoras não conseguiram repassar os aumentos dos custos e preferiram desistir do projeto de construção dos imóveis em todo país. O aumento dos materiais da construção civil foi a justificativa para a desistência das construtoras. Elas ressaltaram que não iriam ter lucro algum com a construção das moradias do programa Casa Verde e Amarela, e, com isso, os mais prejudicados no momento seriam o grupo 1, chamado antigamente de faixa 1, que era destinado às famílias mais pobres e que tinham mais

dificuldade de aquisição da casa própria, fazendo com que o déficit habitacional aumentasse ainda mais, contrariando as propostas iniciais do programa.

Outro ponto importante de se mencionar é que o orçamento destinados entre ambos programas foi diferente no PMCMV foi destinado um orçamento de R\$ 11,3 bilhões em média, já no Programa Casa Verde e Amarela caiu para R\$ 4,6 bilhões se tornando um ponto crucial para realização das novas moradias. No momento de pandemia do COVID 19 o orçamento só foi diminuindo passando para R\$ 2,54 bilhões, e nesse momento a realização de novas moradias do Programa Casa Verde e Amarela foi suspensa, tendo como justificativas também o momento de pandemia do COVID 19 em que o país se encontrava (CASTRO, 2022).

Uma mudança que foi realizada no Programa Minha Casa Verde e Amarela foi que em março de 2022 a Caixa Econômica liberou uma linha de crédito no valor 50 mil para os familiares que tinham pessoas com deficiência como integrantes para fazer reforma ou adaptar seu imóvel próprio. Isso trouxe traz também um questionamento, pois os beneficiários do Programa Casa Verde e Amarela participam do programa por não terem moradia e o intuito do crédito contraria o principal objetivo que seria a realização da casa própria para pessoas que não tem acesso, que em sua maioria seriam pessoas de classe baixa. Além disso, o morador ira sair com uma dívida após as adaptações da reforma em seu imóvel.

Um ponto que prevaleceu no Programa Casa Verde e Amarela foi de cotas destinadas para crianças com microcefalia, que seria equivalente à pessoa com deficiência, o que já acontecia com o Programa Minha Casa Minha Vida. Isso faz com que esse grupo seja um grupo prioritário. Um ponto muito importante de ser mencionado no que se refere o Programa Casa Verde e Amarela foi que em 19 de maio de 2021 o governo suspendeu o repasse de verbas destinadas ao programa, causando a paralização de vários empreendimentos.



Figura 15: Obra paralisada do Programa Minha Casa Verde e Amarela

Fonte: Site fdr, <https://fdr.com.br/2021/03/04/casa-verde-e-amarela-esta-suspenso-obras-sao-paralisadas-pelas-construtoras/>

Na figura 15 podemos ver a imagem de moradias do programa Casa Verde e Amarela com construção paralisada. Estudos realizados por economistas demonstraram que o público de beneficiários mais afetados foi o do grupo 1, pois as construtoras ressaltaram que quando se tem um limite restrito para a construção de imóveis, isso torna inviável para elas, que deixaram de ter interesse na construção dos imóveis do programa.

Dessa maneira, pode-se destacar que a promessa de construção de várias moradias se tornou uma problemática, pois, o corte de orçamento fez com que a quantidade de unidades fosse inferior do que tinha previsto, causando uma decepção muito grande nas famílias, pois elas estavam contando com a realização dos empreendimentos para então ter sua casa própria. Nessa vertente, podemos ressaltar que quando nasce um novo programa, traz com ele transformação, como o caso do Programa Casa Verde e Amarela. Diante dos apontamentos trazidos, podemos destacar a necessidade de se fazer um planejamento cuidadoso antes da aplicação de qualquer mudança, podendo calcular suas principais consequências.

Durante a vigência do Programa Casa Verde e Amarela não teve nenhuma grande novidade, fazendo com que o discurso de mudança radical não saísse do papel. O problema habitacional no Brasil vem crescendo cada vez mais e no momento do

COVID-19 ficou ainda mais visível, pois muitas famílias perderam o emprego e isso fez com que o sonho da casa própria ficasse cada vez mais distante para grande parte dos brasileiros. A paralisação de realização do Programa Casa Verde e Amarela no período fez com que o abismo habitacional ficasse mais visível, em que muitas famílias não tiveram onde morar, pois com preços altos de alugueis, sem fonte e sem previsão de aquisição de moradia pelo programa acabaram tendo que voltar a viver com os familiares próximos ou até mesmo na rua. Isso faz com que a preocupação habitacional se torne uma problemática principal a ser debatida cada vez mais.

Não podemos deixar de mencionar o retorno do PMCMV e suas novas mudanças que são bastante significativas. No dia 13/07/2023, o presidente Lula sancionou a lei 14.620/2023 que traz a retomada do programa. E com o seu retorno traz as novas regras que preveem a construção de 2 milhões de moradias. Pode-se destacar que as pessoas com deficiência continuaram tendo prioridade na aquisição dos imóveis, desde que comprovassem, por meio de laudo médico, o grau de sua deficiência.

No segundo capítulo, pretendo apresentar como se deu a inclusão habitacional para pessoas com deficiência nos conjuntos do PMCMV, os processos de acesso à nova moradia e as histórias residenciais anteriores que foram coletadas durante as entrevistas. E também demonstrar como se dá sua mobilidade em seu cotidiano depois da sua inserção no programa.

2 INCLUSÃO HABITACIONAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS CONJUNTOS DO PMCMV, OS PROCESSOS DE ACESSO À NOVA MORADIA E AS HISTÓRIAS RESIDENCIAIS ANTERIORES

No Brasil, a inclusão habitacional para as pessoas com deficiência começou com a criação da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão (LBI). O que foi uma grande conquista para pessoas com deficiência, pois seus direitos começaram a ser cumpridos, podendo ocorrer punições pelo descumprimento. Por exemplo, de acordo com a própria Lei Brasileira de Inclusão (LBI), tem que ser destinado 3% dos imóveis habitacionais públicos para eles. Caso não tenha, é passível embargar a obra e não permitir a sua continuidade, como é o caso do PMCMV, para que tenha uma moradia acessível para seu deslocamento e de forma segura. Dessa maneira, pode destacar como foi importante a criação da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015,

pois as pessoas começaram a ter o acesso à moradia adequada de acordo com sua limitação.

Podendo-se salientar que antes da vigência Lei Brasileira de Inclusão (LBI), não era obrigatória a adequação das moradias, sendo ainda mais prejudicial para um público que já tem sua limitação física. A limitação no ambiente que ela reside faz com que a dificuldade no seu cotidiano se torne ainda maior, fazendo com que essas pessoas fiquem impossibilitadas de saírem até mesmo da sua moradia por causa dos obstáculos encontrados, o que contribui de forma prejudicial para sua saúde.

O Plano Nacional das Pessoas com Deficiência – Viver sem Limite, implementado no ano de 2014, com a Presidenta Dilma Rousseff, teve um papel essencial nas políticas públicas inclusivas para as pessoas com deficiência, um ponto muito positivo também para toda a sociedade, pois, com sua criação, foram construídas mais moradias acessíveis para as pessoas com deficiência, como o caso aplicação do PMCMV na prática, tendo um olhar ainda mais apurado para a existência de um desenho universal. Isso contribui para a acessibilidade para todos, para que possam fazer suas atividades diárias de forma facilitada e segura mesmo com a limitação física. Dessa forma, o Viver sem Limite foi pensando para que as pessoas com deficiência fossem assistidas mais de perto, fazendo valer seus direitos de forma prática, o que contribui significativamente para uma maior inclusão, com dignidade pela contemplação de moradias adequadas (BRASIL, 2011).

O Plano Nacional das Pessoas com Deficiência ressalta os critérios de prioridade para a aquisição da moradia no PMCMV. Um deles como central é a família ter algum deficiente em seu seio familiar, fazendo com eles sejam assistidos de forma mais rápida. Isso contribui significativamente para uma vida melhor dessas pessoas, pois vão residir em uma moradia adequada à sua limitação, fazendo com que vivam melhor e de forma segura. Desse modo, o projeto Viver sem Limite foi essencial para que os direitos das pessoas com deficiência saíssem do papel e fossem realizados na prática, ressaltando que todos têm direito de locomoção adequada para que possam viver de forma digna. Tudo isso foi pensado para que essas pessoas tivessem não somente a contemplação de uma moradia, mas que também ela fosse adequada para seu deslocamento seguro (BRASIL, 2011).

Ainda há pontos a esclarecer sobre o projeto de lei nº 279, de 2016, que ressalta a necessidade de um desenho universal para programas habitacionais públicos, sendo um debate ainda por acontecer. O que seria um desenho universal? Ele prevê que os

locais sejam acessíveis para qualquer pessoa independente da sua limitação física, fazendo com que todos consigam deslocar naquele determinado ambiente de forma segura. Dessa maneira, o desenho universal se torna essencial para as pessoas com deficiência.

Vale a pena frisar que antes do projeto de lei de nº 279, de 2016, já estavam em vigor os parâmetros de acessibilidade de projetos arquitetônicos e urbanísticos, que passaram a ser obrigatórios no ano de 2004, com base no Desenho Universal, a partir do Decreto Federal nº 5.926, ressaltando a importância de moradias que respeitem a necessidade de cada pessoa contemplada no PMCMV.

No que se refere ao desenho universal, ele está ausente não somente nas moradias habitacionais públicas, mas na própria cidade onde o deslocamento das pessoas com deficiência se dá de forma diária. A cidade também precisa ser adequada para todos, não somente para determinado público, sendo essencial para que o trajeto das pessoas com deficiência se torne adequado, não trazendo para ela mais um obstáculo.

2.1 Semelhança e desafios enfrentados entre os empreendimentos do PMCMV

Diante de pesquisas já realizadas sobre o tema, foi encontrada uma pesquisa realizada em Ponta Grossa (PR), em que foi analisada a inclusão socioespacial das pessoas com deficiência no PMCMV, o que se torna um ponto significativo de comparação com a pesquisa que está sendo realizada na Região Metropolitana Belo Horizonte, em Minas Gerais.

Fazendo um contraponto com a pesquisa já realizada em Ponta Grossa (PR), há muitas coincidências com a realidade também encontrada em Belo Horizonte (MG). Existem padrões nos empreendimentos para todos, independentemente da sua deficiência, não tendo uma individualidade de acordo com a limitação. Isso mostra o que prevalece nos empreendimentos é o padrão da moradia, independente da deficiência que o contemplado apresenta. Esse padrão é de portas maiores para a passagem de um cadeirante, os apartamentos destinados a pessoas com deficiência deve ser no térreo, ressaltando que não pode haver modificações por parte do contemplado, pois o desenho já planejado não pode ser alterado, respeitando-se as regras postas quando da aquisição do imóvel (RIBEIRO, 2012).

Um ponto também importante de se mencionar, comparando com Ponta Grossa, é a importância de uma equipe multidisciplinar, já que a preocupação não é somente com a arquitetura da residência, mas também com a falta de um acompanhamento de perto para essas pessoas que, muitas vezes, saem de um local que já tinham construído um vínculo e vão para outro totalmente desconhecido. Durante as entrevistas realizadas com os beneficiários em Belo Horizonte, foi demonstrada, em suas falas, essa falta de um melhor acompanhamento por parte do ente público, pois alguns se sentem sozinhos (LOMBARDI, 2014).

Esse acompanhamento é importante para essas pessoas se sentirem melhores, contribuindo também de forma significativa com a saúde emocional. O percurso realizado pelo beneficiário até sua contemplação é um processo árduo, como dito por eles, tem que participar de reuniões mensais, estar presente nos eventos realizados, é um período longo de espera até chegar à entrega do imóvel. Diante desses pontos apresentados, a equipe multidisciplinar terá um papel essencial na vida dessas pessoas, contribuindo significativamente com seu desenvolvimento.

É importante destacar também a necessidade de um cuidado não somente com a área interna dos empreendimentos, mas também considerar a acessibilidade na área externa. Um ponto negativo demonstrado no estudo em Ponta Grossa, que também se compara com o estudo presente, é que há uma falta de maior acessibilidade externa na maioria dos empreendimentos visitados, dando ainda mais ênfase à situação mencionada acima sobre a importância de o poder público tratar as áreas da cidade como sendo inclusivas para todas as pessoas (LOMBARDI, 2014).

Um ponto também questionado em Ponta Grossa foi que os empreendimentos foram construídos longe da área central, fazendo com que esses moradores tivessem mais dificuldade para se deslocar no seu cotidiano, o que não foi diferente em Belo Horizonte, em que a maioria dos empreendimentos estão afastados da área central e alguns locais de difíceis acesso. Outro ponto é que a partir de certo horário os ônibus não passam, fazendo com que, caso a pessoa precise se deslocar, fique difícil o acesso; só se for de ambulância, pois carros de aplicativo não vão até o local, fato que foi mencionado por alguns moradores durante a pesquisa empírica.

Outro ponto ser destacado seria sobre creches, postos de saúde e supermercados próximos aos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida em Belo Horizonte. Algumas observações trazidas pelos moradores que ali residem é que a localização do posto de saúde é no aclave, o que dessa forma atrapalha o deslocamento

do cadeirante. Além disso, por ser um posto de saúde próximo, os aplicativos de corrida não aceita por dar um valor muito baixo como relatado pelos moradores dos empreendimentos. Diante desses pontos mencionados, tem-se necessidade de um olhar para alguns detalhes que fazem toda a diferença na vida daquele morador contemplado com a aquisição do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Dessa maneira, não se pode pensar somente na aquisição da moradia para as pessoas que tenham deficiência, mas também ter um olhar de inclusão em relação à localidade que se encontra, destacando as barreiras encontradas no cotidiano. Durante a pesquisa empírica e no diálogo com os moradores contemplados no PMCMV em Belo Horizonte, destaca-se que a região em que o programa foi realizado não tinha quase nada de comércio e que os ônibus não passavam perto dos empreendimentos. Tudo isso foi se desenvolvendo ao longo do tempo, hoje os ônibus passam na porta, mas foi muita luta junto à prefeitura, o que foi muito árduo para as pessoas com deficiência que moravam naquela região. Isso impulsionou a mudança de alguns moradores para outros locais com um melhor acesso, sendo um ponto negativo a se mencionar.

Fazendo outro comparativo, também entre Ponta Grossa e Belo Horizonte, é que a maioria dos empreendimentos são construídos próximos a locais periféricos, havendo um olhar para a separação de classe, diante de realidades parecidas encontradas (LOMBARDI, 2014).

Nessas duas cidades, também não se tem uma diferenciação entre a deficiência e a aquisição do imóvel, se tem um mesmo padrão arquitetônico. Um exemplo é que não tem um apartamento todo adaptado para o deficiente visual, algo que foi até questionado por um deles ao longo das entrevistas, sobre a falta de um piso específico com a sua necessidade, que seria emborrachado e não somente de cerâmica. Esses detalhes encontrados fazem toda a diferença na vida da pessoa com deficiência.

O PMCMV foi essencial para a inclusão das pessoas com deficiência de baixa renda para terem a realização da casa própria. Mas também é necessário destacar o contexto de mobilidade externa ao longo das suas atividades diárias. É importante ter uma região e uma cidade que seja inclusiva para, assim, essas pessoas se deslocarem de forma segura e adequada com sua limitação.

Foi encontrado outro estudo realizado em Jaboticabal (SP), que coincide com a pesquisa realizada em Ponta Grossa e com a presente pesquisa em Belo Horizonte. O fator é a falta de moradias de acordo com a deficiência de cada morador. Em conformidade com as pesquisas, não há uma diferenciação entre uma moradia e outra,

pois o que prevalece é o padrão entre as moradias, o que se torna um ponto prejudicial, já que cada pessoa tem uma limitação diferente. Utilizando desse padrão apresentado, observa-se uma lacuna entre a necessidade de ter uma moradia que seja adequada com a limitação de cada pessoa para que todos possam ser assistidos de acordo com sua deficiência e o que realmente acontece na prática (GARCIA, 2021).

Outro aspecto encontrado nos estudos já realizados é que existem empreendimentos distintos uns dos outros; este é um ponto interessante de ser mencionado, pois há regiões que têm um acesso de mobilidade melhor do que outros, observação trazida também por alguns moradores entrevistados no presente estudo, em que eles já questionaram por que alguns empreendimentos foram construídos em um local com acesso diferente dos demais. Isso faz com que alguns contemplados façam comparações entre alguns empreendimentos, causando questionamento de localização por parte de alguns moradores.

Durante a pesquisa empírica realizada nos empreendimentos do PMCMV, pode-se perceber como se deu na prática a inclusão das pessoas com deficiência diante dos relatos apresentados por elas sobre o processo de aquisição, principalmente os requisitos, como a pessoa que possui algum tipo de deficiência ter que apresentar um relatório médico que comprove seu diagnóstico clínico de saúde, para que possa entrar na cota destinada a ela. Vale destacar também que a pessoa com deficiência de baixa renda tem direito à gratuidade no transporte público. A Metrobel teve um papel essencial para oferecimento de gratuidade nos transportes Urbanos em Belo Horizonte, tendo sua aplicação a partir do ano de 1980 sendo uma grande conquista para sociedade.

2.2 Vivendo no conjunto do PMCMV

Vale destacar que os nomes dos entrevistados deficientes são fictícios, um ponto abordado entre os moradores que participaram da pesquisa. Dudu é cadeirante, morador do PMCMV e contemplado dentro da cota para pessoas com deficiência. Durante conversa com Dudu, ele contou como se deu o processo de aquisição do seu imóvel, contou que teve que ir a algumas reuniões durante o mês e que era um encontro no final de cada mês. Essas reuniões abordavam alguns assuntos como: quem participava de algum grupo que reivindicava o direito da casa própria, quem participava de reuniões com frequências. Tudo isso dava ponto para conseguir a aquisição do imóvel de forma mais rápida, pois senão o tempo de espera poderia ser ainda maior. Ele destacou durante

a conversa que sempre foi participativo e que sempre ia a todas as reuniões. Quando ele foi contemplado com o imóvel, para ele foi essencial, pois morava de aluguel no local periférico, que dificultava ainda mais sua locomoção por ser cadeirante. As ruas eram mais estreitas e, com a nova moradia do programa, ele se sentia mais seguro para se deslocar no seu cotidiano, não desconsiderando que a região que se encontra é periférica. Dudu também cita alguns pontos a serem melhorados em sua nova residência do PMCMV, como o posto de saúde que está localizado em local de aclave acentuado, o que dificulta sua locomoção. Mas, comparando com a moradia anterior, ele relata que melhorou muito no seu modo de vida, que foi a realização de um sonho.

Bia também foi contemplada no PMCMV, na cota de pessoas com deficiência. Ela relata ter problemas nas articulações e não consegue deslocar de forma segura por causa da sua limitação. Na aquisição do seu imóvel, relata que teve que mostrar também um relatório médico sobre sua doença e que no começo ela ia às reuniões mensais, mas depois do AVC ela não conseguiu mais ir. Também teve um câncer que a deixou mais limitada. Ela falou que ficou sabendo do programa pelo seu antigo patrão, então fez a inscrição na prefeitura e, ao fim de 5 anos, foi contemplada. Quando ela chegou à nova residência, não tinha piso, mas a Caixa Econômica ressarciu o custo do piso. Ela também contou que a contemplação do imóvel foi uma realização, pois ela não tinha uma residência física, morava na casa dos patrões que ela trabalhava. Por causa da sua limitação, fica mais em sua residência; ela sente falta de um corrimão maior na área externa do condomínio se deslocar com mais segurança.

Ao longo da pesquisa empírica realizada, pude perceber que os empreendimentos do PMCMV seguem um padrão que não tem uma diferenciação dos apartamentos em conformidade com a deficiência de cada morador, algo verificado durante as visitas às moradias. Um ponto trazido pelos moradores, durante as entrevistas realizadas com eles, é que sentem falta de uma melhor adequação dos imóveis.

Esses relatos contados pelos moradores do PMCMV em Belo Horizonte também são parecidos com os trabalhos já realizados em Ponta Grossa (PR) e Jaboticabal (SP), pois os moradores, muitas vezes, veem a realização de um sonho, mas algumas lacunas devem ser melhoradas, como é o caso de uma maior atenção para a área externa dos empreendimentos e também a localidade da construção dos imóveis.

Durante a conversa com os moradores sobre as residências anteriores, eles destacam que a aquisição do imóvel foi um sonho realizado, mas alguns relatos ressaltam a vontade de ter um espaço maior, como uma casa para poder ter mais

privacidade, apesar de ser uma conquista essencial para a família. Ao longo do diálogo com os beneficiários, sempre foi mencionada a questão de que “agora eu tenho minha casa própria e é minha, mesmo sendo pequena”. Dessa maneira, a realização da casa própria se torna um objetivo de todo brasileiro, o que ficou ainda mais evidente na pesquisa empírica. Alguns entrevistados também ressaltam a dificuldade até a chegada da aquisição do empreendimento e a demora, sendo que, em alguns casos, a espera durou até 10 anos.

Um ponto positivo trazido pelos moradores foi que as parcelas dos empreendimentos são definidas de acordo com suas condições financeiras, sendo de R\$50,00 reais ou R\$100,00 reais, variando de acordo com a condição de cada contemplado, o que se torna essencial para a aquisição do imóvel.

Outro ponto mencionado pelos moradores é que algumas pessoas beneficiárias se mudaram devido à localização dos imóveis, pois quando se tem que fazer uma consulta de rotina médica, existe muita dificuldade para o deslocamento da pessoa, pois ela tem que se deslocar para área central com frequência e, por isso, acabam voltando para a moradia anterior. Para deixar mais claro, segue abaixo no mapa a localização dos empreendimentos em relação à área central da capital mineira.

Figura 16: Localização dos empreendimentos do PMCMV e área central de Belo Horizonte



Localização dos empreendimentos do PMCMV, e o centro de Belo Horizonte.

Fonte: Mapa gerado pelo autor na plataforma QGIS.

2.3 Como foi pensada a moradia para pessoa com deficiência pelo programa

Para verificar como se deu a criação dos empreendimentos e como eles foram pensados para as pessoas com deficiência, foram buscadas informações juntamente com as construtoras que realizaram as obras dos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida. Uma delas foi a EMCCAMP, que informou, por meio do seu engenheiro, que todos os empreendimentos foram construídos e pensados para as pessoas com deficiência nos primeiros andares e que antes da entrega de qualquer empreendimento, ele passa por uma vistoria para então entregar o imóvel. Ele destacou também que a construtora está concluindo outro empreendimento do Programa Minha Casa, Minha Vida na região do Jardim Vitória, em Belo Horizonte. Está sendo reservada uma cota de três por cento, de acordo com a própria Lei Brasileira de Inclusão.

Outra construtora que respondeu sobre acessibilidade nos imóveis do programa foi a construtora Mello Azevedo. Ela respondeu que não tem mais informações sobre os empreendimentos, pois já se passou muito tempo. Diante das entrevistas, foram recebidas várias negativas por meio das construtoras, com muita insistência tive a resposta de algumas. No decorrer da pesquisa tive uma grande dificuldade para coleta de dados por meio dos órgãos responsáveis.

2.4 Processo de construção das moradias do PMCMV no Jardim Vitória

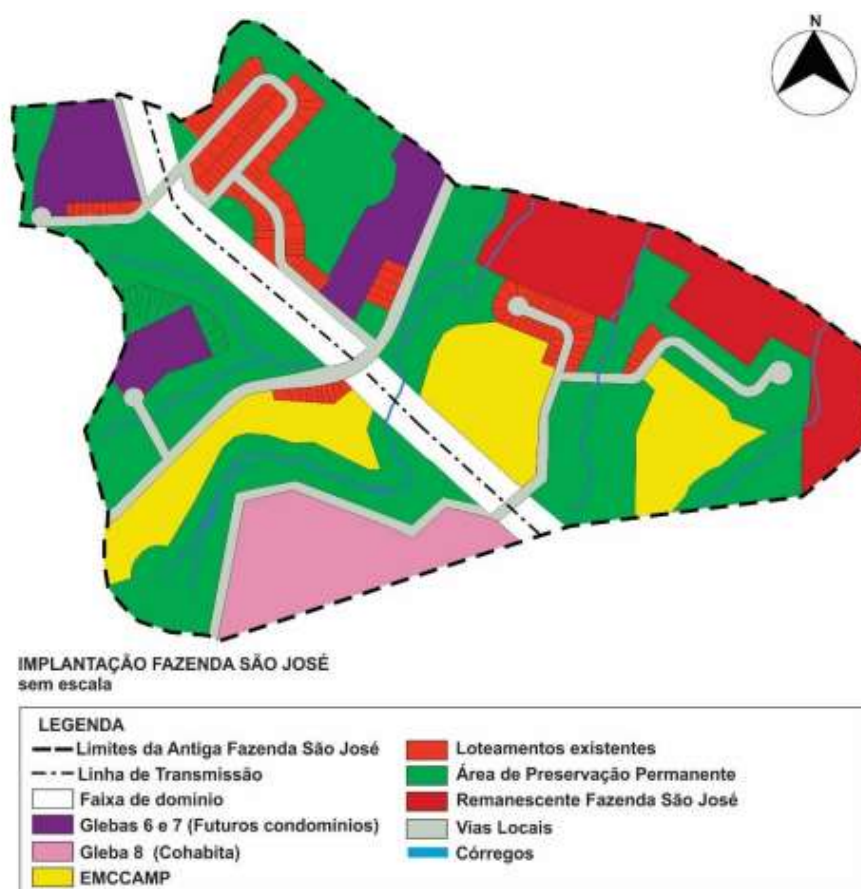
Dentre os empreendimentos encontrados do PMCMV que residiam pessoas com deficiência, pude perceber que a maioria dos condomínios estavam localizados no Jardim Vitória. Diante dessa curiosidade, foi feita uma pesquisa para saber como se deu a construção de um número elevado de condomínios naquela região e se chegou na resposta que a Cooperativa Habitacional Metropolitana S.A. (Cohabita) teve um papel muito importante, pois a mesma tinha conseguido aquisição das terras naquela região, que seriam destinadas aos cooperados que não tinham sua casa própria. Na frente da coordenação, a senhora Ednéia Souza ressalta que aquela região era conhecida como “Fazenda São José” e que se fez um contrato de compra venda da região para que os cooperados construíssem suas casas.

Como houve um problema entre gestões passadas, o sonho da aquisição da casa própria se tornou uma grande preocupação, por ter um acúmulo de dívidas a serem solucionadas. Em meados de 2009, a cooperativa viu uma possível solução que seria a

construção de moradias do PMCMV naquela região, fazendo uma negociação entre a prefeitura de Belo Horizonte, Caixa Econômica Federal, e a construtora EMCCAMP no ano de 2010.

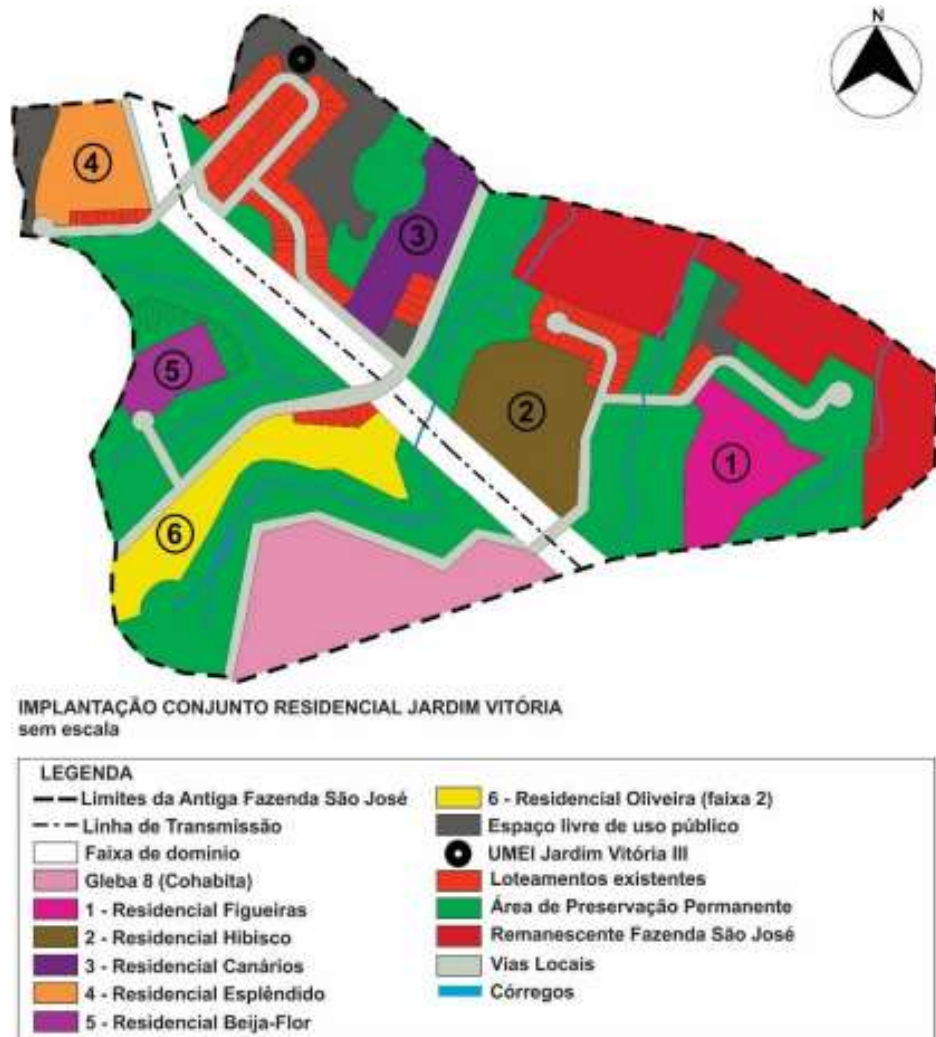
A aquisição do terreno se deu por muita luta, por meio da Cooperativa Habitacional, passando por vários desafios para garantir a tão sonhada casa própria. Um ponto interessante de se mencionar é que durante as entrevistas com os moradores, nenhum deles relatou que era de alguma cooperativa e que toda a aquisição foi por parte do PMCMV, mas foi essencial, por meio da investigação, saber como se deu a história daquela região, no que se refere à construção daqueles condomínios naquela localidade. É essencial saber como que se deu todo o processo de construção dos imóveis localizados na região do Jardim Vitória, em Belo Horizonte, na qual foram construídos mais condomínios.

Figura 17: Divisão das glebas antes da construção do Conjunto Habitacional Jardim Vitória



Fonte: Souza 2011, PBH, https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/MMMD-AYFGA6/1/disserta_o_ta_s_de_paula_b_sousafim.pdf

Figura 18: Divisão de glebas já demarcadas para construção dos Conjuntos Habitacionais no Jardim Vitória.



Fonte: Souza 2011, PBH, https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/MMMD-AYFGA6/1/disserta__o__ta_s_de_paula_b._sousafim.pdf

Os mapas acima demonstram como se deu a divisão das glebas antes da implementação dos empreendimentos do programa Minha Casa, Minha Vida, na região do Jardim Vitória em Belo Horizonte (MG).

Houve uma negociação da Cooperativa Habitacional Metropolitana S.A. (Cohabita), cedendo o terreno para a prefeitura, em troca da construção de alguns imóveis para os cooperados, o que não aconteceu. Com isso, houve um grande atrito no ano de 2013, pois a promessa pela prefeitura não foi cumprida e alguns moradores acamparam na porta do condomínio Esplêndido, localizado na região do Jardim Vitória, Belo Horizonte. As pessoas não tinham outro lugar para residir, pois já estavam na

expectativa da aquisição do imóvel por parte da PBH, o que não ocorreu no prazo estipulado, fazendo com que as pessoas acabassem na portaria do empreendimento que já estava pronto. Depois de muita repercussão, até mesmo na televisão, os apartamentos foram entregues. Em virtude desse acontecimento, também foi afetado o processo de entrega de parte dos imóveis que eram destinados ao público do Programa Minha Casa, Minha Vida, fazendo com que as pessoas contempladas pelo programa esperassem ainda mais para o recebimento dos imóveis, por causa de todo empasse que foi causado entre a Cohabita e PBH.

Figura 19: Moradores acampados na porta do condomínio esplendido do PMCMV no Jardim Vitória – BH



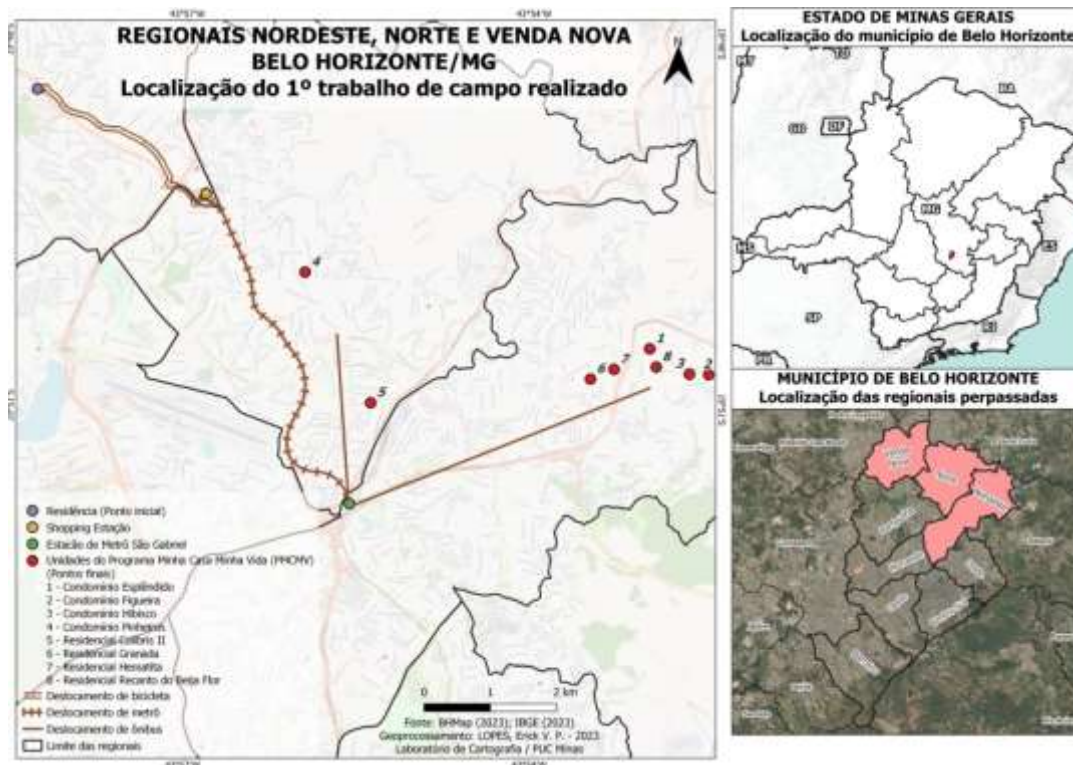
Fonte: Site G1, <https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/10/apartamentos-do-minha-casa-minha-vida-sao-desocupados-em-bh.html>

A figura 19 mostra como ocorreu o acampamento dos moradores no condomínio Esplêndido no Jardim Vitória, solicitando a reintegração de posse junto à PBH em virtude do descumprimento do acordo não realizado.

Ao longo da pesquisa empírica foram realizados vários deslocamentos para se chegar aos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida que eram adaptados para as pessoas com deficiência. Dessa forma, para ficar mais fácil a compressão de todo o trajeto realizado, foi feito um mapa para acentuar, de forma mais

precisa, todo o trajeto realizado, podendo observar, na figura 20, o distanciamento entre um empreendimento e outro.

Figura 20: Mapa do deslocamento do pesquisador entre as moradias do Programa Minha Casa Minha Vida



Fonte: Elaborado pelo autor

Segue abaixo fotos de algumas adaptações realizadas nos empreendimentos do PMCMV em Belo Horizonte.

Durante o deslocamento aos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida foram realizadas algumas fotografias na moradia das adaptações para que a pessoas que tenham deficiência consigam se deslocar na residência, sendo vistas de acordo as figuras 21,22,23,24 abaixo.

Figura 21: Adaptação no box do banheiro realizado pelo próprio morador deficiente visual



Fonte: Foto tirada pela câmera do celular do autor

Figura 22: Adaptação no banheiro para pessoa com paralisia cerebral, realizado pela construtora responsável pelo empreendimento do Programa Minha Casa, Minha Vida



Fonte: Foto tirada pela câmera do celular do autor

Figura 23: Adaptação no banheiro para cadeirante realizado pela construtora responsável na construção dos imóveis do Programa Minha Casa, Minha Vida



Fonte: Foto tirada pela câmera do celular do autor

Figura 24: Rampa para cadeirante realizada pela construtora responsável pelo empreendimento do Programa Minha Casa, Minha Vida



Fonte: Foto tirada pela câmera do celular do autor

Ao longo das entrevistas com os beneficiários do programa PMCMV percebe-se que cada contemplado tem uma história diferente como, por exemplo, alguns vieram de área de risco, outros moravam de favor e alguns de aluguel, cada um tendo um processo diferente para aquisição do imóvel. Dalvinha, uma das contempladas por ter uma filha com paralisia cerebral, ressalta que morava em uma área de risco por motivo de desabamento. Em virtude dessa situação, foi convidada para morar em uma residência do programa.

No primeiro momento, ela disse que ficou muito pensativa, pois já estava adaptada na região que morava há mais de 10 anos. Por causa desse motivo, ela não queria sair da sua residência, mas pensou bem e se mudou. No início, o que mais impactou foi o espaço da moradia, já que ela tinha três filhos, com ela ficam 4 pessoas na residência. O espaço ficou um pouco pequeno e todas as adaptações e pinturas no apartamento foram feitas por ela, com seu próprio dinheiro e esforço, conseguiu colocar gesso e hoje pode dormir sem medo da casa desabar. Porém ela ainda sente falta de um espaço maior, como o da residência anterior. Na maioria dos casos relatados durante as entrevistas, pude perceber que, para a aquisição do imóvel, teve um grande período de espera e também todo um caminho a ser seguido como, por exemplo, ir a reuniões mensais com frequência, ir a manifestações em prol da aquisição da casa própria. Todo esse processo era necessário para ter êxito na contemplação do imóvel, destacando que, mesmo a pessoa tendo algum tipo de deficiência, tinha que fazer todo esse processo. Caso não consiga ir e participar, tinha que ir algum membro do grupo familiar para representá-la e também levar o laudo médico para comprovação do grau de deficiência.

Zé destacou, durante sua entrevista, que o processo foi difícil e demorou mais de cinco anos, mas que o acesso à moradia era um sonho para quem já enfrentou até mesmo os desafios de morar na rua sem ter um teto para morar, que com aquisição imóvel para chamar de seu faz diferença na sua vida. Algo em comum durante as entrevistas foi a vontade de ter um espaço maior para criação de animais e cultivo de alimentos. Eles até mencionaram que as próximas moradias do programa poderiam ter pelo menos uma varanda aberta, com espaço para plantas, pois sentem falta.

Para concluir esse capítulo, resalto que a trajetória para aquisição da moradia foi árdua e teve que enfrentar todo um processo, fazendo com que alguns não consigam chegar até o final. Mas, quando se tem aquisição do imóvel é a realização de um sonho cumprida e, como dito durante as entrevistas, valeu todo o caminho realizado com contemplação da casa própria.

O próximo capítulo irá destacar como seu deu a vivência dos familiares após a aquisição do imóvel do PMCMV e como que se dá a vivência no seu cotidiano e sua experiência, mencionando os desafios de mobilidade no cotidiano.

3 AS EXPERIÊNCIAS DE MORADORES E SUAS FAMÍLIAS: VIVENDO O COTIDIANO EM CONDOMÍNIOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

O presente capítulo pretende trazer como os moradores vivem no empreendimento do PMCMV e como se dá o deslocamento no dia a dia, no que se refere às suas atividades diárias e de seus familiares. No decorrer das entrevistas realizadas com os moradores, se fez a pergunta de como se davam suas atividades diárias depois da chegada à nova moradia do programa. Muitos ressaltaram que a maior barreira enfrentada no início foi a adaptação em virtude do vínculo familiar, pois muitos viviam próximos dos seus familiares e, com a mudança a nova residência, aumentou a distância. Outro um ponto que foi bastante interessante foi que, com o passar do tempo, os moradores foram criando vínculos e ali foram se ajudando de forma coletiva.

Durante uma entrevista, o morador ressalta que, mesmo residindo sozinho, os vizinhos auxiliam em uma carona, ajudam no supermercado, de forma que, quando alguém vai ao supermercado, pergunta se ele precisa de algo por causa da sua limitação física, por causa da deficiência visual, fazendo com que seja um ponto bastante positivo.

Nessa vertente, o coletivo faz muita diferença nos condomínios do programa visitado, lembrando quando alguém reside no interior, em todo mundo conhece todo mundo, criando ali um meio comercial de sobrevivência entre os moradores. Por exemplo, há beneficiários que têm seu capital econômico pela venda autônoma entre os moradores de doce, bijuteria, tudo como fonte de renda. Isso diminui o deslocamento diário, o que é bastante positivo, pois todos destacaram a dificuldade de deslocamento na cidade pela falta de infraestrutura adequada para sua deficiência, o que é um grande obstáculo para quem necessita se deslocar diariamente para a área central.

A técnica de sobreamento é usada na interação da mobilidade das pessoas, em que o pesquisador tem um papel de ser uma sombra. Por exemplo, o pesquisador deste trabalho acompanhou todo o trajeto da cadeirante no seu percurso tendo interação e observando todo o percurso de forma cuidadosa, podendo ver todos os detalhes em sua volta de forma precisa, o que enriquece a pesquisa podendo trazer observações pa pela utilização da presente técnica. Paola Jirón destaca a importância da utilização da técnica em trabalhos empíricos e sua relevância.

A técnica de sobreamento é usada em pesquisas que envolvem a observação de sujeitos em seu ambiente natural, nas quais os dados são construídos no contexto natural

ao longo da própria pesquisa realizada. Essa técnica permite que o pesquisador tenha contato com a rotina do participante, em que ele acompanha a locomoção durante o cotidiano da pessoa, de forma que ele possa vivenciar de perto todo o trajeto do participante da pesquisa, assim conseguindo ter uma melhor visão do que está ocorrendo em sua volta de forma mais precisa. O pesquisador vivencia também todos os obstáculos enfrentados ao longo do trajeto, podendo trazer uma visão, mas precisa da verdadeira realidade enfrentada (JIRÓN, 2007).

É muito importante ressaltar que essa técnica traz com ela resultados que não teria como se perceber se fosse à distância, pois essa aproximação com o caso concreto faz toda diferença na coleta de informações, fazendo com que o pesquisador tenha um olhar mais próximo da realidade, algo que, de forma distante, não conseguiria. Esses detalhes que são observados na utilização da técnica de sombreamento são muito ricos e trazem uma percepção melhor da realidade vivenciada pelo participante (STRAUSS; CORBIN, 2008).

Durante a ação de sombra, o pesquisador pode se deparar com situações que o mesmo não previa, pois como são acontecimentos naturais, não se pode controlar tudo o que pode ocorrer durante o trajeto daquela pessoa, contribuindo assim para que se tenha um olhar sobre os verdadeiros desafios encontrados no cotidiano que podem mudar de acordo com cada situação.

É importante que o pesquisador saiba lidar com as adversidades do campo que não tem um padrão a ser seguido, em que tudo se encontra em constante mudança. Essas adversidades vivenciadas fazem com que o trabalho tenha informações distintas de cada pesquisa já realizada, pois a técnica utilizada proporciona acompanhar variações de situações.

Para demonstrar essa dificuldade de deslocamento relatada por todos os entrevistados durante a pesquisa empírica, se propôs fazer o trajeto da beneficiária Day, que é cadeirante e precisa utilizar três meios de transporte diariamente, para então vivenciar todos os obstáculos enfrentados por ela durante o seu trajeto na cidade. A técnica de sombreamento foi utilizada para vivenciar a realidade dela no seu cotidiano e seus principais obstáculos no seu trajeto, tendo ela como referência para os demais contemplados que residem na região e passam pelas mesmas dificuldades quando se deslocam para a área central.

Diante da experiência vivida por alguns moradores no PMCMV, foi utilizada a técnica de sombreamento com uma moradora cadeirante do programa, durante o deslocamento que ela faz de forma diária (JIRÓN, 2007).

Essa etapa de pesquisa teve como objetivo demonstrar, acompanhando de perto, os desafios enfrentados por uma cadeirante durante seu deslocamento até a chegada à universidade em que estuda. A escolha da técnica utilizada se faz um ponto crucial da pesquisa, pois, com sua utilização, tem-se uma proximidade maior da experiência vivida pela interlocutora de pesquisa.

Utilizando essa técnica, foi proposto acompanhar o trajeto de uma cadeirante, saindo da sua residência e realizando, junto com ela, todo o percurso até chegar à universidade. Durante a mobilidade, seriam observadas as principais dificuldades enfrentadas no decorrer do deslocamento. Um ponto pertinente de se mencionar é que a cadeirante precisava utilizar três conduções distintas durante seu trajeto. Em conformidade com os pontos trazidos, têm-se alguns questionamentos: a cidade é adequada para uma pessoa que é cadeirante? O transporte público tem acessibilidade necessária para uma mobilidade segura? Esses questionamentos serão debatidos ao longo do trabalho.

Hoje há o discurso político de uma cidade inclusiva para as pessoas com deficiência, e, quando se utiliza a técnica de sombreamento, percebe-se, de forma mais apurada, a verdadeira realidade enfrentada no cotidiano, podendo mencionar, de forma precisa, os pontos negativos vivenciados pela pessoa com deficiência como ocorreu com a participante Day em seu trajeto, podendo ter percepções precisa de todo trajeto realizado pela participante e assim contribuindo significativamente com a pesquisa, e também para trabalhos futuros. Dessa forma, o pesquisador consegue observar os mínimos detalhes durante o trajeto, o que não poderia ser observado se não fosse com utilização da técnica.

Destacando o ponto da mobilidade mencionada acima, pode-se afirmar que todo indivíduo tem direito de ir e vir sem nenhuma distinção, o que é um direito de todos, de acordo com a própria Constituição Federal de 1988. Pode-se ressaltar que esse direito de locomoção inclui as pessoas com deficiência e que o trajeto deve ser adequado com sua limitação de forma segura.

Hoje também se pode mencionar próprio direito à cidade, em que todas as pessoas devem ter acesso aos locais, de forma adequada e segura, independente de sua

limitação física. Todos devem se deslocar de forma acessível, realizando suas atividades diárias sem limitações.

Com a técnica de sombreamento, o pesquisador tem como perceber, mediante sua observação, se o direito à cidade está sendo acessível, em conformidade com a presente pesquisa, pois, no caso concreto, observou-se o trajeto realizado pela cadeirante Day que reside no condômino do PMCMV na região do Jardim Vitória em Belo Horizonte. Durante utilização da técnica o pesquisador se torna um instrumento vivo de coleta, que se aproxima da realidade vivenciada pela participante e das situações vivenciadas, como também as emoções e sentimentos nesse processo. Essa experiência de acompanhamento traz também relatos do próprio convívio social, como sua interação ao longo do seu trajeto e, dessa maneira, pode-se verificar que a mobilidade traz com ela relações sociais. Isso fica ainda mais evidente com a técnica de sombreamento, pois ela permite essa observação do cotidiano e das interações de forma espontânea e casual, que faz parte da relação do indivíduo ao longo da sua mobilidade (WALDENFELS, 2004).

Também se pode mencionar que, mediante a técnica utilizada, pode-se fazer uma análise dos micros espaços, onde se podem analisar as relações de poder e também sobre o discurso da acessibilidade diante do caso concreto. Isso faz com que o pesquisador tenha uma visão mais apurada em relação ao verdadeiro problema apresentado, o que contribui de forma significativa para o trabalho.

Na tabela 2 foi realizado o mapeamento da deficiência de cada beneficiário contemplado pelo PMCMV, como o sexo, a idade o número de pessoas que residem na moradia e sua localidade, para conseguir visualizar a diferença entre cada beneficiário do programa e compreender a realidade de cada um. Na tabela 4 pode-se verificar que não tem um padrão entre o tipo de deficiência de cada beneficiário, pois foram entrevistados deficiente visual, cadeirante, pessoas que têm alguma deficiência motora que afeta mais sua locomoção, outras que conseguem se deslocar com auxílio de uma bengala, por exemplo. Isso demonstra que é um público diverso e que cada um tem uma necessidade distinta. Durante o trabalho empírico, pude perceber que não tem uma diferenciação entre as moradias no que se refere a ter uma adaptação de acordo com a necessidade de cada um, pois o programa funciona com um padrão entre as moradias. Nessa vertente, alguns entrevistados até ressaltaram uma necessidade de um olhar diferenciado sobre cada caso, pois um deficiente visual necessita de um piso emborrachado, por exemplo, para se deslocar com segurança na sua residência, o que

não é realizado assim como a falta de uma rampa em determinado local da moradia para que facilite o deslocamento do cadeirante. Esses pontos foram questionados entre as entrevistas com os beneficiários, ressaltando a necessidade de ter um olhar diferenciado para os novos empreendimentos realizados pelo PMCMV, pensando na limitação de cada um, para que assim todos possam usufruir a nova moradia da melhor forma possível.

Tabela 4: Listas dos entrevistados destacando a deficiência de cada morador, como também localidade de cada empreendimento quantidade de morador na residência e a faixa, sexo, idade.

| | | | |
|-----------------------|-------------------------------------|-----------------------|--|
| Empreendimento: | Residencial Esplêndido | Empreendimento: | Residencial Recanto do Beija Flor |
| Localidade: | Jardim Vitória BH | Localidade: | Jardim Vitória BH |
| Sexo: | Masculino | Sexo: | Masculino |
| Idade: | 57 | Idade: | 34 |
| Tipo de deficiência: | Deficiente visual | Tipo de deficiência: | Paralisia Cerebral |
| Grau de escolaridade: | Quarta série | Grau de escolaridade: | Ensino Fundamental |
| Faixa: | 1 | Faixa: | 1 |
| Número de moradores: | 2 | Número de moradores : | 2 |
| Empreendimento: | Colibris 2 | Empreendimento: | Residencial Recanto Beija Flor |
| Localidade: | Aarão Reis BH | Localidade: | Jardim Vitória BH |
| Sexo: | Feminino | Sexo: | Feminino |
| Idade: | 26 | Idade: | 43 |
| Tipo de deficiência: | Prálesia Cerebral | Tipo de deficiência: | Falta de oxigênio no cérebro |
| Faixa: | 1 | Grau de escolaridade: | Ensino Fundamental |
| Grau de escolaridade: | Ensino Fundamental | Faixa: | 1 |
| Número de moradores: | 4 | Número de moradores: | 2 |
| Empreendimento: | Residencial Recanto do beija Flor | Empreendimento: | Residencial Figueira |
| Localidade: | Jardim Vitória | Localidade: | Jardim Vitória |
| Sexo: | Masculino | Sexo: | M |
| Idade: | 25 | Idade: | 40 |
| Tipo de deficiência: | Paralisia cerebral e autismo | Tipo de deficiência: | Paraplégico |
| Faixa: | 1 | Grau de escolaridade: | Graduando |
| Grau de escolaridade: | Ensino fundamntal | Faixa: | 1 |
| Número de moradores: | 2 | Número de moradores: | 2 |
| Empreendimento: | Residencial Figueira | Empreendimento: | Residencial Figueira |
| Localidade: | Jardim Vitória BH | Localidade: | Jardim Vitória BH |
| Sexo: | F | Sexo: | Feminino |
| Idade: | 58 | Idade: | 75 |
| Tipo de deficiência: | AVC (Perdeu maioria dos movimentos) | Tipo de deficiência: | Enxerga 30% de uma visão só (Glaucoma) |
| Faixa: | 1 | Faixa: | 1 |
| Grau de escolaridade: | Ensino Fundamental | Grau de escolaridade: | Ensino Fundamental |
| Número de moradores : | 1 | Numero de moradores: | 3 |

| | | | |
|-----------------------|--------------------------|-----------------------|--|
| Empreendimento: | Residencial Figueira | Empreendimento: | Residencial Granada |
| Localidade: | Jardim Vitória - BH | Localidade: | Jardim Vitória - BH |
| Sexo: | M | Sexo: | Feminino |
| Idade: | 62 | Idade: | 14 |
| Tipo de deficiência: | Teve uma perna amputada | Tipo de deficiência: | Luxação congênita (Perda dos movimentos) |
| Faixa: | 1 | Faixa: | 1 |
| Grau de escolaridade: | Ensino Fundamental | Grau de escolaridade: | Cursando o ensino médio |
| Número de moradores: | 1 | Número de moradores: | 2 |
| Empreendimento: | Residencial Pinheiros | Empreendimento: | Residencial Hibisco |
| Localidade: | Jardim Guanabara - BH | Localidade: | Jardim Vitória - BH |
| Sexo: | Masculino | Sexo: | Feminino |
| Idade: | 34 | Idade: | 59 |
| Tipo de deficiência: | Neuropatia motora distal | Tipo de deficiência: | Má formação na coluna |
| Faixa: | 1 | Faixa: | 1 |
| Grau de escolaridade: | Ensino médio completo | Grau de escolaridade: | Estudou até Oitava Série |
| Número de moradores: | 1 | Número de moradores: | 1 |
| Empreendimento: | Residencial Hematita | Empreendimento: | Residencial Hematita |
| Localidade: | Jardim Vitória - BH | Localidade: | Jardim Vitória - BH |
| Sexo: | Masculino | Sexo: | Feminino |
| Idade: | 39 | Idade: | 37 |
| Tipo de deficiência: | Paraplegia traumática | Tipo de deficiência: | Atrofia Muscular Espinhal |
| Faixa: | 1 | Faixa: | 1 |
| Grau de escolaridade: | Ensino médio completo | Grau de escolaridade: | Graduanda |
| Número de moradores: | 4 | Número de moradores: | 4 |
| Empreendimento: | Residencial Hematita | | |
| Localidade: | Jardim Vitória - BH | | |
| Sexo: | Feminino | | |
| Idade: | 19 | | |
| Tipo de deficiência: | Paralisia Cerebral | | |
| Faixa: | 1 | | |
| Grau de escolaridade: | Ensino Fundamental | | |
| Número de moradores: | 2 | | |

Fonte: Elaborada pelo autor (2023)

A mobilidade se encontra no centro da vida social de toda pessoa, pois faz parte do seu convívio social e de suas atividades diárias. Dessa forma, pode ressaltar a importância de uma mobilidade saudável para todos, sem nenhuma distinção, como no contexto de uma cidade acessível para que as pessoas com deficiência possam se deslocar de forma segura. Não é porque a pessoa mora distante dos grandes centros que ela não tem direito a uma locomoção adequada (KLEIMAN, 2011).

Um ponto a ser destacado é que a mobilidade urbana evidencia a reprodução da desigualdade, em que algumas pessoas têm acesso ao transporte particular e outras necessitam diariamente do transporte público. Com isso, tem uma desproporcionalidade de acesso, como várias horas perdidas no ponto de ônibus, abarrotados de pessoas. Tudo isso interfere no meio de acesso aos lugares, demonstrando uma segregação presente por parte da população. Em conformidade com esse ponto trazido, podemos fazer uma ligação com os beneficiários do PMCMV que, muitas vezes, tem que ficar na sua residência devido ao transporte público precário, como foi dito ao longo das entrevistas com os contemplados pelo programa, que quando necessitam ir a alguma consulta

médica de rotina, precisam pagar algum aplicativo de transporte para poder se deslocar, pois o tempo de espera é muito grande e também tem uma falta de auxílio entre uma baldeação e outra. Isso reflete no que foi dito anteriormente, pois falta um melhoramento do transporte público, por parte do poder público, em que fica evidente o descaso de um acesso adequado por parte da população que necessita, sendo ainda mais prejudicial para as pessoas que possuem algum tipo de deficiência, necessitando ter um olhar mais inclusivo e um acesso de qualidade (GALICHO, 2021).

3.1 Descrição da experiência

Sombreamento da cadeirante Day, no dia 4 de julho 2023, de 17h50min às 21h00min. A técnica de sombreamento se iniciou às 17h50min, horário que o pesquisador aguardava a cadeirante para pegar o ônibus até sua universidade. Ela necessita de três conduções para chegar a seu destino final. Então, o pesquisador encontrou com Day no ponto de ônibus, ficaram esperando a primeira condução; os vizinhos de Day passavam por ela e a cumprimentavam, como ocorria no seu cotidiano. O ônibus chegou e, no momento que a Day fez o sinal, o motorista parou longe. Ela pede para ele voltar e parar mais próximo da calçada, fato que ocorre rotineiramente. Tudo sempre muito corrido, pois alguns passageiros já adentraram ao ônibus e estão aguardando. O motorista desce do ônibus, vai para parte de trás e desce o elevador para ela conseguir entrar no ônibus. O pesquisador passa a roleta e fica dentro do ônibus observando o procedimento do motorista. Day consegue ficar no local destinado às pessoas cadeirantes. Ela encaixa sua cadeira motorizada e pede ajuda para colocar o cinto de segurança, pois tem dificuldade, já que o cinto não fica no local de fácil acesso, tendo que passar o mesmo por volta da cadeira para conseguir ir segura. Ela relata que toda vez é o mesmo procedimento. O ônibus chegou ao primeiro ponto de desembarque, que é na estação São Gabriel, lembrando que o ônibus saiu do bairro Jardim Vitória, onde ela reside, com duração de 35 minutos aproximadamente de deslocamento até o primeiro destino. Ela pede ao motorista para descer o elevador para ela desembarcar e conseguir pegar a próxima condução. Descendo, ela vai em direção à segunda condução com sua cadeira motorizada. Muitas pessoas em sua frente e a todo o momento ela tem que pedir licença para se deslocar com sua cadeira, pois os passageiros ficam no meio do caminho.

Chegando ao local da segunda condução, ela se posiciona na frente da fila e relata que é para o motorista perceber que ela é cadeirante para que possa parar o ônibus mais próximo. A segunda condução chega e, mais uma vez, para distante da calçada e ela novamente tem que pedir para ele encostar o ônibus mais próximo para que ela consiga entrar, e assim o motorista faz. Ela entra no veículo e também tem dificuldade de colocar o cinto, pois ele fica bem fixado e localizado bem embaixo de sua cadeira. Chegando à segunda parada no centro, ela desembarca e se desloca para a terceira condução, tendo as mesmas dificuldades, como pessoas no caminho dificultando sua passagem, além de ser corrido, pois ela não poderia perder o próximo ônibus, para não chegar atrasada na sua universidade. Durante o trajeto, ela visualiza o ônibus vindo e o pesquisador tem que andar mais depressa. Ela fala para o pesquisador correr e o ônibus tenta sair rápido para não ter que pegar a cadeirante. Ela dá o sinal e o pessoal do ônibus avisa o motorista, que desce para abaixar o elevador para ela entrar, porém, novamente para longe da calçada. O motorista entra novamente no ônibus para aproximar e facilitar a entrada dela.

As calçadas têm muitos buracos, fazendo com que o deslocamento fique ainda mais complicado. Com muita dificuldade, ela embarca na sua última condução para chegar à sua universidade. Dentro do ônibus ela passa pelo mesmo problema em relação ao cinto de segurança. A última condução se encontra mais cheia do que as duas primeiras, então acontece um fato inusitado de um passageiro querer sentar no local destinado para cadeirantes e Day precisar falar com ele que não caberia mais ninguém, então o mesmo percebe e fica em pé. Chegando à última parada, ela avisa ao motorista que vai descer para que ele pare o ônibus e desça o elevador. Ela consegue desembarcar, mas com dificuldade, pois há muita irregularidade na via. Ela chega a sua instituição de ensino, fica localizada na região da avenida Carlos Luz, em Belo Horizonte. O pesquisador a acompanha até sua sala de aula e depois espera na área do laboratório da instituição para a realização de uma prova que ela iria fazer. Depois de esperar Day cerca de uma hora, para realização de sua prova, ele retorna com ela para o caminho de volta, pegando a primeira condução de retorno do outro lado da avenida, em frente à universidade.

Ao longo do trajeto, há muitos buracos, até que Day visualiza o ônibus, dá sinal e ela pede novamente para encostar o ônibus. Ele desce, mas percebe que parou no buraco da calçada e teve que dar ré novamente, só assim ela consegue embarcar, tendo dificuldade tanto com a calçada, quanto com o cinto novamente. Ela desembarca na área

central e vai até a cabine do Move para o segundo transporte de volta. No segundo ônibus, percebe que o motorista parou distante do ponto de desembarque e pede para ele, mais uma vez, se aproximar para seu desembarque próximo. Assim ela desce na sua última estação de retorno, a estação São Gabriel, e vai até o ponto da sua última condução que a deixaria na sua porta. Na volta ela também enfrenta as mesmas dificuldades, pessoas no caminho e buracos nas vias, o que dificulta ainda mais seu deslocamento. Chegando ao ponto, o ônibus se encontra preparado para sair e Day pede ao motorista para descer o elevador. O mesmo a cumprimenta por já conhecê-la, pois ela sempre pega as mesmas conduções, diz em seu relato. Pega o último ônibus e chega a sua residência aproximadamente às 22h00min.

3.2 Análise da experiência

A técnica de sombreamento, utilizada com a cadeirante Day até sua universidade, fez perceber de perto como se dá o seu deslocamento até o trajeto final realizado. Podem-se relatar algumas percepções ao longo do trajeto, como a dificuldade do ônibus estacionar no local devido para o embarque dela; a dificuldade de colocar o cinto de segurança, por ter que fazer um esforço físico para encaixá-lo; ter a necessidade de fazer o trajeto de forma rápida, de um ponto para o outro, para não perder seu meio de transporte; ter a preocupação de ficar sempre à frente dos demais passageiros, senão o motorista não a visualiza, já que ela necessita que o ônibus se aproxime da calçada para conseguir embarcar com segurança; pessoas que ficam paradas no trajeto de mudança de um ponto para o outro, dificultando ainda mais seu trajeto de mobilidade; calçadas irregulares, com muitos buracos que deixam mais insegurança e dificuldade durante seu trajeto; falta de sinalização para alertar a pessoa com deficiência do risco à frente, falta também de uma melhor iluminação em alguns pontos, o que dificulta a visualização de irregularidades na via. Todas essas observações relatadas foram possíveis pela técnica de sombreamento utilizada, pois ela faz com que o pesquisador tenha uma percepção mais próxima da realidade, que muitas vezes poderia estar camuflada pelo uso de métodos distantes da experiência empírica do participante (JIRÓN,2007).

3.3 Apontamentos finais sobre a experiência vivenciada

Durante o percurso realizado, foi possível verificar como os obstáculos estão presentes na vida do cadeirante Day, como o caso de calçadas irregulares, que dificultam ainda mais a mobilidade no cotidiano, ressaltando a falta de uma maior fiscalização urbana, para que tenha mais acessibilidade para as pessoas com deficiência.

Foi possível observar uma falta de acessibilidade do equipamento de segurança no transporte, pois a cadeirante tinha que fazer muito esforço para colocar o cinto de segurança e sempre precisava de ajuda de alguém para usá-lo. Durante sua mobilidade, ficou muito presente também a falta de maior preparo por parte dos condutores dos transportes, transparecendo também uma indisposição perante a dificuldade de locomoção da cadeirante, pois tinha sempre mostrar estar presente no ponto de ônibus, fazendo gestos e estando na frente, como mencionado ao longo do trabalho, pois senão poderia perder sua condução.

A experiência é essencial para o pesquisador, pois ele pode observar a realidade de um cadeirante no seu cotidiano, juntamente com seus obstáculos enfrentados em seu cotidiano. Durante a pesquisa se viu uma realidade totalmente diferente do que deveria ser para um cadeirante ou para qualquer pessoa com deficiência, o que dificulta ainda mais sua limitação entre suas atividades diárias. Dessa forma, tem a necessidade de mudanças para uma melhor adaptação nos locais como foi dito até mesmo pela participante da pesquisa que tem que pagar taxi adaptado para ter um momento de lazer com a família e amigos, como ir ao shopping ou algum evento, até indo contra o seu orçamento financeiro, sem ter outra opção, como dito por ela. Como o meio de transporte particular tem um valor econômico elevado, ela utiliza com bastante exceção, tendo que enfrentar todos os desafios diariamente e ficar na torcida para que se tenham locais mais acessíveis para que todos possam fazer suas atividades de forma segura. Seguem abaixo fotografias realizadas durante o trajeto com Day.

Figura 25: Residencial Hematita ponto de partida do uso da técnica de sombreamento -
Endereço: Rodovia, Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo, 27001 - Paulo VI, Belo
Horizonte – MG



Fonte: Foto tirada pela câmera do celular do autor

Figura 26: Cadeirante Day dentro do ônibus em seu primeiro trajeto



Fonte: Foto tirada pela câmera do celular do autor

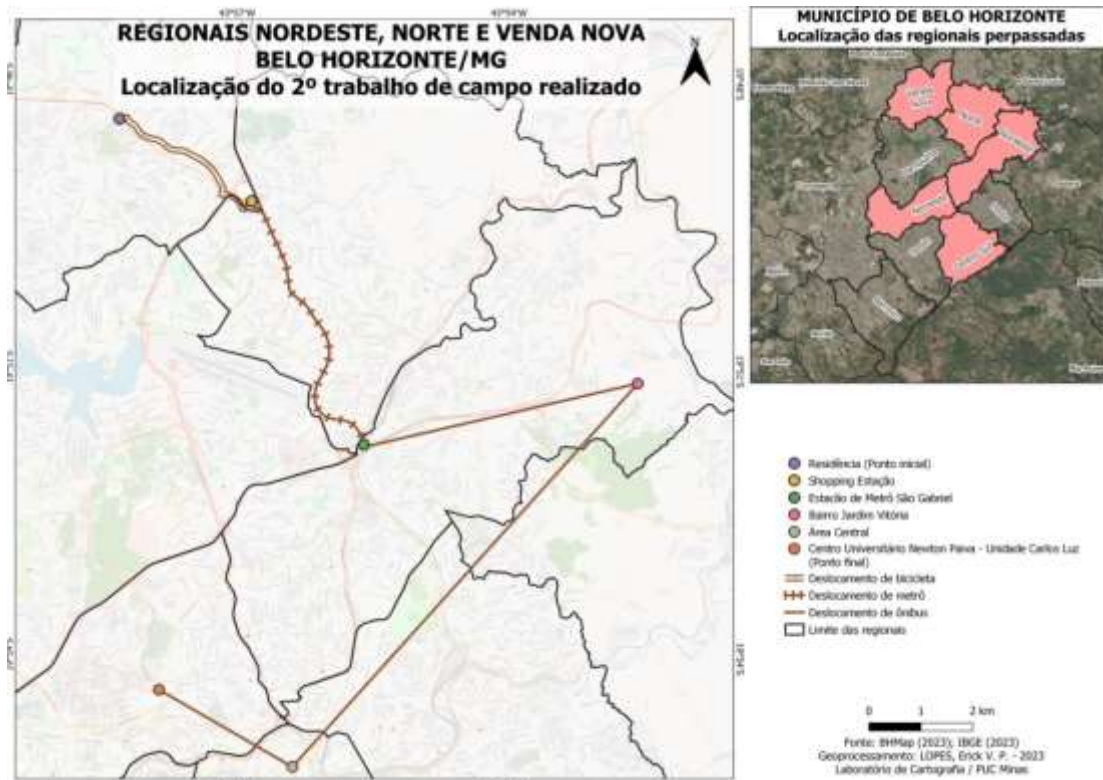
Figura 27: Imagem do elevador do ônibus sendo abaixado para Day descer, destacando rachadura na calçada



Fonte: Foto tirada pela câmera do celular do autor

Segue o mapa abaixo demonstrando todo percurso realizado com a cadeirante Day durante nossa viagem conjunta.

Figura 28: Mapa do percurso realizado com a cadeirante Day



Fonte: Elaborado pelo autor, https://qgis.org/pt_BR/site/ (2023)

O processo de ser sombra da participante Day foi essencial para poder presenciar verdadeiramente o que ela passa no seu cotidiano, algo que me fez ter várias reflexões ao longo do meu deslocamento. Pude chegar mais próximo da realidade diária desde a saída até o retorno para a casa dela. Ela já tinha mencionado com era sua locomoção espacial no dia a dia, mas com a utilização do sombreamento, me fez presenciar algo que estaria somente no meu imaginário. Foi ainda mais interessante para o presente estudo, pois ela reside no empreendimento do Programa Minha Casa, Minha Vida, em Belo Horizonte.

3.4 Mobilidade e desafios no cotidiano

Durante o percurso encontrei alguns achados muito interessantes, como, por exemplo, todos os ônibus tinham algum problema no cinto de segurança, por está em um local de difícil acesso para o cadeirante, sempre precisando de ajuda de alguém para colocar o cinto. Outro ponto observado é que os ônibus muitas vezes não querem parar por ela estar na cadeira de rodas, pois o motorista não tem uma pessoa que poderia

auxiliar que, no caso concreto, seria o trocador, mas como essa função em Belo Horizonte não existe mais dificulta ainda mais para o motorista, e com isso muitos passam direto sem parar. Conversando com alguns motoristas que trabalham no transporte urbano sente-se a falta do trocador, pois eles tinham uma função essencial dentro do coletivo.

Um ponto também importante de se mencionar é que no período da madrugada o ônibus não funciona na região e, assim, a cadeirante Day precisa chegar muito tarde em casa e tem que pegar um meio de transporte privado. No trajeto realizado, observa-se que a participante da pesquisa já tem um vínculo com as pessoas que também fazem o mesmo trajeto do que ela no seu cotidiano, criando um vínculo entre eles. Os ônibus também, muitas vezes, têm que fazer várias manobras durante o embarque, pois as calçadas se encontram irregulares, dificultando o acesso da cadeira de rodas. O que pode facilitar um pouco o trajeto é que alguns motoristas já conhecem a cadeirante e, com isso, já tem um vínculo, mas quando tem uma locomoção que não tem um motorista fixo, dificulta o percurso. Esses pontos foram observados durante a pesquisa.

No andamento da pesquisa empírica, pude perceber, mediante as entrevistas, com os moradores que alguns deixam de deslocar no cotidiano pela falta de uma estrutura adequada no meio urbano, fazendo com que essas pessoas fiquem dentro da sua moradia, por não sentirem seguros no meio urbano.

Houve também mudança de vida na aquisição da moradia do PMCMV, em que, durante as entrevistas, foram mencionados alguns pontos diante da nova aquisição. A localização onde foram realizados os empreendimentos no início era bem desafiadora, pois o ônibus não passava na porta, tinha pouco comércio, pois o local estava em desenvolvimento. Nessa vertente, consegui encontrar no Google Maps imagem de um empreendimento que fez parte do estudo, que é o residencial Hematita, que fica localizado na região do Jardim Vitória no endereço: Rodovia, Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo, 27001 - Paulo VI, Belo Horizonte – MG. Dessa forma, segue abaixo duas imagens, uma do ano 2013 e outra de 2021, em que se pode visualizar claramente as mudanças ao longo do tempo.

Figura 29: Imagem de 2013 do Residencial Hematita no começo da realização das obras. Endereço: Rodovia, Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo, 27001 - PauloVI, Belo Horizonte – MG



Fonte: Google Maps, <https://www.google.com.br/maps/>

Figura 30: Imagem de 2021 do Residencial Hematita depois da realização das obras. Endereço: Rodovia, Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo, 27001 - PauloVI, Belo Horizonte – MG



Fonte: Google Maps, <https://www.google.com.br/maps/>

3.5 Transformação urbana reflexo da implementação do PMCMV

Ao longo da pesquisa empírica, percebi, entre os relatos durante as entrevistas pelos moradores, como a evolução do local de habitação faz diferença no que se refere à mobilidade no dia a dia. No começo da construção dos imóveis a locomoção no cotidiano era muito complicada, pois o meio de transporte da região era limitado. Isso fez com que alguns moradores tivessem ainda mais dificuldade se locomover, pois todo

o crescimento na região foi acontecendo de forma lenta e como muita luta por parte dos moradores junto à própria prefeitura de Belo Horizonte.

Outro ponto que pode ser mencionado, em conformidade com o PMCMV em outras regiões, como é o caso de moradias no Rio de Janeiro, é que muitos contemplados residiam em locais que também se encontravam em área de risco em aglomerados que, mesmo sua moradia anterior sendo maior, estava em situação de risco de desabar, não tendo escolha. Quando se mudaram para o empreendimento do programa, sentiram muita falta da sua casa de origem, por ter mais espaço no imóvel e também por ter um vínculo maior com os moradores no local anterior.

Durante os relatos de experiências dos moradores, o que ficou muito nítido foi o processo e o sentimento de pertencimento ao lugar, por exemplo, muitos entrevistados mencionaram como foi difícil no início para adaptação da nova moradia, que já tinham um vínculo na região anterior, e com a mudança para o empreendimento do PMCMV tudo mudou, mesmo que tivessem um sentimento de realização da casa própria, mencionaram como esse processo no início foi árduo.

O processo de aquisição do imóvel se deu por muita persistência, diz Cida, uma das contempladas no programa. Ela foi a muitas reuniões, quase desistiu diante dos requisitos para aquisição do imóvel. Um ponto questionado foi a locomoção para as reuniões, pois não tinham um local estabelecido para ocorrerem. Aconteciam na própria prefeitura ou na própria associação de bairro todo mês. Isso foi um grande entrave enfrentado por ela, pois não tinha uma condução para chegar nesses locais e era necessário deslocar por meio do transporte público. Quando as reuniões ocorriam no período noturno, complicava ainda mais a locomoção, pois se no período do dia já era difícil imagina no período noturno.

Além disso, os ônibus demoravam a passar na região, o que dificultava o deslocamento cotidiano. Tinha que esperar horas no ponto de ônibus para conseguir deslocar até a área central. No início da entrega dos empreendimentos, o transporte urbano era ainda pior e foi melhorando ao longo do tempo, mas alguns moradores preferem ficar mais em sua residência do que se deslocar até o comércio, por causa dessa mobilidade precária. Uma moradora afirmou que, como ela tem dificuldade de deslocar até o supermercado, pede para o vizinho comprar para ela alguns alimentos que ela precisa.

Ao longo das entrevistas com os moradores que residem nos condomínios do PMCMV no Jardim Vitória, ressalta-se que a construção dos empreendimentos na

região afetou diretamente o sistema de saúde, pois o número de demanda é maior do que era antes, mostrando uma fragilidade na infraestrutura básica na região. Calcula-se a chegada de mais de 4 mil moradores na localidade; isso necessariamente traz novas demandas na educação, saúde e transporte público.

Fazendo um contraponto com a pesquisa já realizada na região pela pesquisadora Tais de Paula, no ano de 2016, hoje, mesmo se passando sete anos, é demonstrado, por meio das entrevistas realizadas, que se tem uma lacuna enfrentada pelos moradores que ali residem como o transporte público que ainda é um ponto bem complicado, pois a partir de certa hora da noite os ônibus não passam mais na região. Falta estrutura na área da saúde, já que o posto novo está localizado no aclave, o que prejudica a locomoção das pessoas que têm deficiência. Há muitos obstáculos vivenciados pelos moradores dos empreendimentos localizados na região do Jardim Vitória, em Belo Horizonte, que é uma problemática a ser selecionada, pois é uma situação que vem perdurando por anos na região.

O meio de transporte público é essencial para a maioria da população se deslocar na cidade. A própria pesquisa ressalta a importância de uma acessibilidade em seus veículos, para que todos possam ter acesso sem nenhuma distinção. Hoje o número de pessoas com algum tipo de deficiência aumentou, por isso é importante que os locais sejam cada vez mais acessíveis, para que todos possam se mover de forma segura. Assim, é importante ter uma fiscalização mais presente dos órgãos responsáveis, para que se tenha uma cidade adequada para suprir a necessidade de toda população.

Figura 31: Centro de Saúde Vila Maria/ João Vital – Jardim Vitória Belo Horizonte



Fonte: Google Maps, <https://www.google.com.br/maps/>

A figura 31 mostra o posto de saúde localizado na região do Jardim Vitória, em Belo Horizonte. Ele recebe as demandas dos moradores que residem nos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida da região. Como relatado pelos moradores, o posto de saúde é novo, mas, como a demanda na região é grande, acaba que as consultas demoram mais e teriam que pagar particular. Outro ponto ressaltado por eles é que o posto poderia ser construído na região mais baixa do bairro, pois mesmo tendo acessibilidade na calçada, dificulta um pouco para quem é cadeirante por causa do morro, já que algumas pessoas que tem deficiência e não tem cadeira motorizada precisam de uma pessoa para empurrar, ficando mais difícil, como foi relatado por alguns moradores beneficiados pelo programa, pois a pessoa já tem certa idade e não tem mais força para empurrar a cadeira de rodas que tem uma pessoa com o peso superior ao seu, dificultando ainda mais o trajeto. Esses pontos trazidos foram de suma importância no que se refere à mobilidade diária e seus principais obstáculos. Dessa maneira, os moradores sentem uma falta de uma equipe maior para suprir toda a demanda da região da melhor forma possível. Dessa maneira, é importante destacar

como a chegada dos empreendimentos do PMCMV modificou o espaço urbano da região como também a economia, onde surgiram novos comércios em virtude do aumento de moradores que residem na região do Jardim Vitória, Belo Horizonte. Como também mostrou pesquisas realizadas em Ponta Grossa, Paraná e em Jaboticabal, São Paulo, podendo destacar a semelhança da mudança na região.

3.6 A falta de infraestrutura urbana e o impacto na acessibilidade

Dessa forma, deve-se ter uma preocupação para o desenho universal na realização das construções de modo geral. A mobilidade se torna um desafio para as pessoas que tem deficiência, pois, em muitas situações, elas não conseguem se deslocar e preferem ficar em casa. Durante as entrevistas com os moradores que residem no Programa Minha Casa, Minha Vida, eles relataram que, ao longo do tempo, a região que o programa se localiza teve bastante mudanças, como a construção de novas moradias também particulares. O que é mais interessante de se observar durante a pesquisa empírica é que, na região, o número de apartamentos prevalece em grande quantidade. Conversando com um morador ele respondeu que hoje compensa construir um apartamento que abriga mais pessoas do que uma casa, e o valor econômico é menor. Outra situação observada é que, mesmo com a expansão urbana na região, eles sentem a falta de acessibilidade nas ruas e calçadas o dificultando o acesso de mobilidade. Isso faz com que muitas pessoas tenham alguma deficiência fiquem sem poder sair por falta de uma estrutura urbana adequada para todos e, dessa maneira, vale destacar que é importante não somente ter uma adequação na área interna dos empreendimentos do PMCMV, mas também a necessidade de um olhar externo para o desenho urbano, pois os moradores necessitam fazer suas atividades diárias e essas irregularidades na rua e calçada geram uma limitação de acesso.

Na figura 32, pode-se visualizar a falta de uma acessibilidade na calçada, onde os moradores ressaltam a necessidade de mais cuidado pelos entes públicos, com limpeza da via e mais segurança para o deslocamento. No bairro, houve mudanças, mas ainda alguns detalhes deixam a desejar, como, por exemplo, a falta de um assento no ponto de ônibus do Condomínio Figueira, no Jardim Vitória, como mostrado na figura 33.

Figura 32: Condomínio Figueira falta de acessibilidade na via próximo ao empreendimento, localizado na região do Jardim Vitória BH



Fonte: Google maps

Figura 33: Condomínio Figueira, em que falta assento no ponto de ônibus, localizado na região do Jardim Vitória BH



Fonte: Google maps, <https://www.google.com.br/maps/>

Outro questionamento realizado pelos moradores é a necessidade de uma manutenção da área externa do condomínio, pois depois da entrega dos empreendimentos, eles sentem falta de manutenção pelo órgão responsável pela entrega das residências. A manutenção é realizada pelos moradores que, muitas vezes, não têm condições financeiras para fazer e, dessa forma, o meio de locomoção na área externa também fica bastante limitado, por falta de uma manutenção que seria de suma importância como relatado pelos beneficiários.

O que se pode perceber também durante as entrevistas realizadas com os moradores que são beneficiários pelo programa é que a diferença do nível de deficiência de cada um afeta, de forma crucial, o deslocamento cotidiano e a necessidade de um cuidado de adaptações diferenciadas para cada caso concreto, dentro do imóvel do

PMCMV. Durante a visita aos empreendimentos, ficou bem perceptível que não tem adaptações nos imóveis de acordo com a necessidade específica de cada um. Durante as entrevistas, foi percebido que alguns, mesmo com a limitação por causa da deficiência, conseguem fazer suas atividades de forma autônoma, como é o caso do beneficiário João. Ele tem uma perna amputada por conta de um fato ocorrido quando era criança e ele conseguia se deslocar com sua prótese de forma normal, sem muitas limitações. No primeiro momento, quando o conheci, nem percebi que ele tinha uma deficiência, foi só quando ele mostrou que tinha uma prótese, pois se deslocava sem limitações, tem uma vida bem ativa, trabalha fazendo alguns bicos de forma autônoma para conseguir um extra para sua casa. Mesmo sendo beneficiário com LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), ele conseguia se deslocar com mais facilidade do que a Aninha, que tinha uma paralisia cerebral, não conseguia sair de casa sem ajuda de sua mãe e não poderia ficar sozinha também em casa. Sua mãe relata que ela sai muito pouco de casa por ter muita dificuldade no deslocamento da sua filha, tanto no transporte público com no deslocamento até a área externa do empreendimento do PMCMV, pois ainda sente falta de uma melhor adequação na área externa do condomínio para conseguir ter um deslocamento seguro e adequado (NERY, 2015).

Outro ponto trazido pela mãe de Aninha é que os funcionários do centro de saúde, como médico e os enfermeiros, junto com ACS da sua equipe vão até sua residência, pois o posto de saúde se encontra no local de difícil acesso, o que prejudica a locomoção de Aninha por ser uma cadeirante que não consegue se deslocar sem estar na cadeira de rodas.

Muitas mudanças ocorreram depois de ser contemplado com o PMCMV, diz Tião. Ele hoje reside em uma moradia do PMCMV, ele tem uma deficiência visual com uma limitação muito grande na visão. Ele enxerga uma porcentagem mínima, praticamente consegue ver só sombras. Vivendo no condomínio do programa, mudou muita coisa na sua vida, segundo ele. Mora com sua esposa, fala que sempre quis ter uma casa própria, que lutou muito para conseguir e mesmo com sua deficiência ele consegue se deslocar no seu cotidiano, participa de maratonas como corredor profissional. Relatou que no seu dia a dia, ele pega um ônibus para ir até o centro da cidade que passa na porta do condomínio, mais ressalta que no começo o ônibus não passava perto, que foi muita luta dos moradores junto à prefeitura para conseguir que o transporte passasse próximo da sua residência. Quando ele se mudou não havia muitas vendas próximas, teve dificuldade de fazer compras, mas, com o passar do tempo, foi

construindo mais comércios na região, o que contribuiu bastante para que pudesse fazer suas atividades diárias. Hoje, vivendo no empreendimento do programa, ele consegue fazer suas atividades, mas sente falta de mais privacidade, pois mora no primeiro andar.

Tião realizou algumas adaptações por conta própria para ter melhor acessibilidade, mas tudo foi gasto do seu próprio bolso, ele sentiu falta na entrega do imóvel uma melhor acessibilidade no piso, pois o emborrachado iria ajudar mais para seu deslocamento na sua residência. Como o piso é de cerâmica, quando está molhado fica muito escorregadio, dificultando sua mobilidade interna na sua residência.

Vivi morava com sua mãe em uma área de risco antes de morar no condomínio do PMCMV. Sua mãe relata que sua filha não consegue falar e se expressa muito pouco por ter problema. Ela teve paralisia cerebral causada pela meningite na infância, e mora com sua mãe e mais dois irmãos, residindo quatro pessoas no ambiente familiar. A mãe relatou que não pode trabalhar de carteira assinada, por ter que ficar com sua filha quase o tempo todo, pois sua filha não consegue se alimentar sozinha nem fazer suas atividades diárias por causa da sua limitação.

Antes de chegar ao condomínio do programa, na região que hoje reside, ela foi contemplada em outras regiões, mas não quis aceitar por achar que iria ficar mais distante da área central e que também o acesso seria mais limitado. Então a mãe de Vivi recusou algumas propostas e preferiu aguardar mais, até aparecer outro empreendimento na região Norte. Relatou que a construtora que realizou a obra entrou em falência e deixou alguns problemas na entrega, como, por exemplo, falta de piso, tendo que colocar o piso por conta própria, já que se encontrava muito irregular e não poderia esperar a reforma por parte de outra empresa contratada, já que tinha que deslocar bastante com sua filha na sua residência durante os afazeres diários, pois a locomoção de Vivi se dava somente por meio da cadeira de rodas.

Durante a entrevista, a mãe de Vivi relata que depois da entrega do imóvel, eram fornecidos cinco anos de manutenção para os imóveis entregues. A filha vai para escola durante a semana, pois tem um ônibus da instituição escolar adaptado para as pessoas com deficiência. A mãe coloca um questionamento durante o diálogo que tem até vontade de sair com sua filha mais vezes, pois ela fica muito dentro de casa e não tem lazer, já que o próprio condomínio, na área externa, também não tem uma área de lazer. Também não consegue sair com ela para ir ao parque ou em alguma praça, por não ter um carro para locomoção da sua filha. Quando tenta sair com ela por meio do transporte

público, é muito complicado e que, se for pagar um carro particular, fica muito caro, pois os automóveis têm que ser adaptados de acordo com deficiência da sua filha.

Ela tem vontade de fornecer mais lazer para a Vivi, mas como sua limitação financeira, não consegue dar uma qualidade de vida melhor para sua filha. Ela sente muita falta de maior apoio do poder público, a necessidade de um olhar inclusivo não somente dentro da área interna dos empreendimentos do PMCMV, mas um olhar externo também, no que se refere ao deslocamento mais seguro no ambiente urbano da cidade.

O que se pode perceber durante as visitas aos empreendimentos é a diferença na área externa de cada um, pois alguns têm quadra esportiva, uma área de lazer maior e não segue um padrão na área externa em conformidade com os demais condomínios pois tem alguns que não têm uma área de lazer ampla, como é o do que a Vivi mora, não tem uma área de lazer externa como de alguns também visitados. O que se pode mencionar é um padrão da área internas das residências que não pode ter nenhuma alteração arquitetônica, tendo que seguir o padrão estabelecido no contrato, podendo, por descumprimento, perder o imóvel.

Dalvinha também reside no condômino do PMCMV e possui deficiência visual. Ela relata, durante a entrevista, que sente realizada morando no programa, pois hoje tem sua casa própria que era um sonho que se tornou realidade. Ela falou que sente falta de algumas melhorias no empreendimento, como uma melhor adaptação no apartamento para o seu deslocamento de forma mais segura. Como ela mora com outros dois filhos, sente falta de mais um quarto, pois o espaço fica pequeno para os três. Durante a conversa, ela fala também que na área externa do condomínio falta corrimão para uma locomoção mais acessível, conversando até mesmo com o síndico geral, que também relata a falta de um olhar arquitetônico na área externa com uma maior acessibilidade. Não se deve preocupar somente com área interna dos apartamentos, mas também com área externa, sabendo que os moradores transitam com frequência para realizar os seus afazeres diários.

Dalvinha também relata que em frente ao seu condomínio, tem um ponto de ônibus na porta, mas que não tem um banco para esperar, tendo que sentar no chão até a chegada do ônibus. Quando é época de chuva, ela tem que ficar em pé esperando o ônibus, pois a calçada se encontra molhada. Ela ainda fala que é algo simples, mas que faz toda a diferença para ela que tem deficiência, como também para os demais moradores.

Diante desses apontamentos, percebe-se que, entre os empreendimentos do PMCMV visitados, há um padrão entre eles no que se refere à área externa dos condomínios e que as adaptações são realizadas pelos próprios moradores com dinheiro próprio. Como percebido nas visitas realizadas, toda melhoria os moradores vão fazendo aos poucos com uma organização interna, sem ajuda do poder público. Assim, os moradores de todos os condomínios visitados questionam que quando construíram os empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida, faltou um cuidado melhor com a área externa do condomínio, pois, em muitos, os próprios beneficiários tiveram que fazer uma adaptação para melhorarem a locomoção, como pode ser observado na figura 34, com a construção de uma rampa e colocação de corrimão para facilitar a saída do condomínio. Isso reforça a necessidade de mais acessibilidade na construção das moradias, para que as pessoas com deficiência, possam se deslocar de forma segura e adequada, como também ter uma área de lazer adaptada para que todos tenham uma condição de vida melhor (SANTOS, 2015).

Figura 34: Rampa construída na área externa do empreendimento do PMCMV pelos próprios moradores



Fonte: Foto retirada pela câmera do celular do autor

Durante a pesquisa empírica, podem-se perceber algumas pessoas com deficiência, com paralisia cerebral que ficam, na maioria das vezes, na cadeira de rodas, mas é necessário destacar a importância do movimento do corpo para essas pessoas, com necessidade de tomar um banho de sol no dia a dia, apesar da sua limitação física, o seu corpo se encontra em movimento e essa mobilidade ajuda na evolução física e cognitiva.

Dessa forma, não é porque a pessoa possui limitações físicas que ela não pode ficar ao ar livre nem sair para se divertir, ir ao parque ou em alguma praça. Por isso, é importante que os locais tenham um desenho universal para que todos possam se deslocar de forma segura. Por motivo de acessibilidade, muitas vezes, os responsáveis por essas pessoas preferem ficar dentro de casa com eles, pois, como relatado ao longo da pesquisa, existe a dificuldade de ter lugares acessíveis. Por causa desse motivo, o direito de ir e vir, muitas das vezes, não acontece na prática, prejudicando diretamente a qualidade de vida das pessoas com deficiência.

Durante as entrevistas, pode perceber que os moradores dos condomínios se ajudam bastante, como, por exemplo, acontece a carona oferecida para os moradores que não têm carro, também quando um morador vai ao supermercado e o outro tem uma dificuldade de locomoção, pela sua deficiência, ele pergunta se o vizinho precisa algo no mercado e, quando necessita, ele recebe uma lista dos produtos e efetua a compra de modo cooperativo. Assim, a rede construída entre a vizinhança faz toda diferença.

Entre os condomínios visitados ao longo da pesquisa, podemos destacar o Residencial Hibisco, que fica no bairro Jardim Vitória II. Ele ficou entre os trinta selecionados pelo prêmio de melhores práticas no ano 2017/2018, por terem criado uma biblioteca comunitária que, além de emprestar livros, também disponibiliza computadores para uso coletivo, brinquedos para as crianças e até aulas de violão ministradas por um voluntário, como podemos visualizar na figura 35. Isso demonstra como esse trabalho, em conjunto com os moradores, faz toda diferença na convivência no empreendimento do PMCMV. Os atendimentos ainda continuaram no ano 2023 nos dias de segunda, quarta e sexta, exclusivamente para moradores. Ressaltando como o convívio cooperativo entre os moradores é importante, pois não tiveram ajuda de órgãos públicos, foi tudo resultado de iniciativa dos moradores. Seguem fotos que mostram o programa realizado no Residencial Hibisco.

Figura 35: Projeto realizado no Residencial Hibisco no Jardim Vitória



Fonte: PBH, https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica-urbana/2018/planejamento-urbano/vcmdu/iniciativas/11.Boas_praticas_MCMV.pdf

Figura 36: Fotografia da região do Jardim Vitória onde se localiza o número maior de empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida



Fonte: Google Maps, <https://www.google.com.br/maps>

Na figura 36, observa-se, como relatado pelos beneficiários que residem na região dos empreendimentos localizados no Jardim Vitória, Belo Horizonte, que na localidade havia a fazenda São José, com muita área verde e porteira.

Ao longo da pesquisa empírica com os moradores, percebe-se que cada beneficiário veio de uma região diferente e também de uma situação diferente de vida. Isso mostra a importância de saber lidar com as diferenças. Fica visível também como o

síndico de todos os condomínios são referência para os moradores e como que ele tem o papel organizacional fundamental. Foi muito interessante ver em todos os condomínios pelo programa visitados como os moradores tem respeito pelo síndico e como tudo passa por ele. Antes de fazer a visita aos empreendimentos, aconteceu o diálogo com todos os síndicos e, a partir daí, com os moradores, que gostaram bastante da ideia da pesquisa.

Assim começou a conversa com os moradores, foi perguntado sobre como é viver no empreendimento do Programa Minha Casa, Minha Vida, com seus familiares. Muitos responderam que foi a realização de um sonho, mas alguns pontos poderiam ser melhorados para que pudessem ter uma qualidade de vida ainda melhor, como, por exemplo, um transporte urbano melhor na região, destacando para os empreendimentos localizados em sua maioria na região do Jardim Vitória, Belo Horizonte, pois o tempo de espera do transporte público na região é mais de uma hora, como relatado pelos moradores, e, dependendo da hora, aplicativos de transporte não aceitam a corrida por considerada área de risco pelo aplicativo de transporte. Outro ponto também mencionado ao longo do capítulo é a falta de espaço nas moradias do programa, pois muitos familiares contemplados vivem com um número de moradores superior ao tamanho do imóvel, por exemplo, famílias que tem quatro pessoas ou mais tem dificuldade de adequação de todos na moradia. Dessa forma, vê-se a necessidade de moradias maiores.

Um ponto visto muito positivo entre os moradores que vivem nos empreendimentos é a rede de ajuda entre os mesmos que é muito forte, pois quando um morador necessita até mesmo de um alimento o outro ajuda. Juca, um dos entrevistados, ressalta que se há uma ajuda maior entre os vizinhos porque todos já passaram por alguma dificuldade e assim se tem uma solidariedade maior um com outro. Conhecendo melhor a história da construção dos empreendimentos, é ressaltado que tinha muito pouco acesso na região do Jardim Vitória, pois como aquela localidade era de uma fazenda, não tinha quase nada de comércio, escola, posto médico, ônibus. Era bem precário comparando com os outros dois empreendimentos do programa localizados na região norte, onde tinha mais acesso e, como ressaltou o senhor Bento na entrevista, alguns contemplados se mudaram por causa da falta de infraestrutura na região. Ele ainda ressaltou que muitos que ficaram ali foi com muito esforço até chegar ao ponto que está hoje, foi muita luta entre os moradores para que tenha hoje ônibus, escola, e posto de saúde. Então é importante destacar que teve todo um processo ao longo do

tempo e transformação urbana, refletindo diretamente na vida de todos os beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar como se deram as políticas habitacionais no município de Belo Horizonte ao longo do tempo, como também verificar como se deu a inserção das pessoas com deficiência no PMCMV e sua trajetória, assim como a aquisição do imóvel pelo programa, se são adequados para o deslocamento no cotidiano e quais dificuldades encontradas por eles. Para levantamento dessas informações, foram realizadas entrevistas com 15 moradores que tinham alguma deficiência, dentro de oito empreendimentos do programa no município de Belo Horizonte, sendo 6 localizados na região Nordeste, no bairro Jardim Vitória e dois localizados na região Norte, em Venda Nova.

No decorrer do estudo foram encontrados vários obstáculos no que se refere à informação de dados do PMCMV para as pessoas com deficiência, entrando em contato com os órgãos responsáveis como PBH, Caixa Econômica e Ministério das Cidades e, mesmo assim, escutei várias negativas por não ter informação específica das pessoas com deficiência contempladas pelo programa PMCMV, contribuindo significativamente para uma pesquisa árdua pela falta de informação. Dessa forma, para chegar aos empreendimentos que tinham alguma pessoa com deficiência, pesquisei na internet sobre o programa Minha Casa, Minha Vida, localizado em Belo Horizonte, encontrando alguns condomínios e fui até eles de forma presencial, sem ter nenhuma certeza da existência de algum morador deficiente. No primeiro momento, me identificava para o porteiro do condomínio, falando de minha instituição de ensino e de meu trabalho de pesquisa. Posteriormente, falava que gostaria de falar com o síndico do condomínio. Durante a minha ida a esses empreendimentos, percebi como o acesso ficava cada vez mais difícil, muitas pessoas não reconheciam o seu condomínio como sendo parte do programa. Diante de muitas idas de forma presencial nos locais e muitas negativas, consegui encontrar os primeiros condomínios do PMCMV que eram habitados por pessoas com deficiência.

Ao analisar outros estudos já realizados sobre o PMCMV e as pessoas com deficiência contemplados pelo programa, tanto na Região Metropolitana de Belo

Horizonte em Jaboticabal-SP (2021) e Ponta Grossa-PR (2014), percebi uma semelhança muito grande nos obstáculos vivenciados. Como os condomínios, na maioria das vezes, estão localizados fora da área central, isso aumenta a dificuldade de locomoção dos moradores da região, pois, mesmo tendo uma acessibilidade dentro da residência, quando tem que deslocar até a área central para realizar alguma atividade do seu cotidiano há vários obstáculos no decorrer do percurso. Dentre eles, a falta de um transporte público especializado para que as pessoas com deficiência pudessem se deslocar de forma mais segura, como relatado por elas ao longo das entrevistas, fazendo com que elas fiquem, muitas vezes, dentro de sua moradia, sem ter um lazer e nem poder fazer suas atividades cotidianas, como ir ao médico e visitar o centro da cidade por ter essa falta de uma maior acessibilidade no meio urbano como um todo.

O que ficou muito evidente ao longo das entrevistas foi a falta das moradias serem mais bem adaptadas para as pessoas com deficiência, de acordo com sua limitação. Por exemplo, um deficiente visual sente falta de um piso emborrachado, pois o que foi entregue como padrão para todos eram de cerâmica, o que se torna mais escorregadio como relatado pelos moradores. Dessa forma, é importante ressaltar a necessidade de apartamentos adaptados de acordo com cada tipo de deficiência, pois cada um tem uma limitação distinta da outra, um ponto a ser observado durante as visitas nos empreendimentos.

Outro ponto também comparativo com as outras regiões que realizaram as moradias do PMCMV é que se tem como padrão as moradias com dois quartos, uma cozinha, área de serviço, banheiro e não podem ser feitas modificações por parte do proprietário, como consta no contrato de aquisição. Outro questionamento levantado por parte dos beneficiários é a falta de um espaço mais amplo das moradias, pois muitas delas vivem com sua família, tendo em torno de até cinco moradores por moradia, o que dificulta na hora de dormir, até mesmo de convivência, pois o espaço se torna pequeno em virtude de alguns terem uma família grande. Um ponto que poderia ser mudado como ressaltado pelos proprietários dos empreendimentos, ponto questionado também em outras regiões do país, não ficando limitado somente ao município de Belo Horizonte.

Foi mencionada também a falta de mais serviços públicos perto das moradias como posto de saúde, escolas, espaços de lazer. Em relação aos condomínios localizados na região do Jardim Vitória, em Belo Horizonte, depois da realização das moradias, o número de moradores na região aumentou de forma crucial, mas o número

de serviços públicos continua o mesmo, fazendo a necessidade de criação de mais serviços públicos na região.

Durante as entrevistas, pude perceber que os questionamentos levantados pelos moradores do PMCMV eram parecidos, como a falta de uma varanda aberta no empreendimento, pois como residem em apartamentos, já tem um espaço limitado e a varanda iria fazer toda a diferença, segundo os beneficiários entrevistados. Não pode deixar de se mencionar, como relatado pelos moradores, que a contemplação com a moradia do PMCMV foi um sonho realizado, pois todos os entrevistados ressaltam que ter uma moradia era um sonho, pois ou eles residiam em área de risco ou de favor e também pagavam aluguel. Quando tiveram a entrega da chave das moradias, foi muito emocionante, pois esperavam muitos anos para esse dia chegar e que o PMCMV foi essencial para que eles pudessem realizar o objetivo de ter a casa própria para viver com suas famílias.

Muitos relatos ressaltam que ainda existem aspectos que devem ser melhorados, mesmo tendo a realização da casa própria, como uma moradia que tenha mais espaço, que tenha mais serviços públicos oferecidos na região, que o transporte público seja mais inclusivo para as pessoas com deficiência que ali residem, para que possam realizar suas atividades cotidianas de forma mais segura e adequada com sua limitação no seu deslocamento diário.

Pontos levantados pelos moradores, destacando os que residem na região Nordeste no Jardim Vitória, seriam a falta de emprego na região, tendo que se deslocar para área central para conseguir emprego. Isso dificulta o deslocamento diário, pois tem que pegar no mínimo dois meios de transporte. Alguns trabalham em casa para não precisar deslocar para o centro da cidade, fazendo com que tenha um comércio local entre os moradores, mas mesmo assim tem que deslocar algumas vezes na área central para comprar mercadoria para revender. A localização faz toda diferença no cotidiano dos moradores que ali se encontram, sendo importante ter um meio urbano acessível para que todos possam se deslocar com segurança e qualidade.

É importante ressaltar que as novas moradias do PMCMV têm previsão de serem maiores, comparando com as anteriores, estarem localizadas mais nas áreas centrais, o que iria facilitar o acesso a melhor condição de mobilidade, ter uma área de lazer mais ampla para que os moradores possam ter melhor qualidade de vida. Diante dessas promessas levantadas, há uma grande expectativa quanto aos novos empreendimentos, abrindo possibilidade para trabalhos futuros que visam avaliar a

realização de novas moradias do PMCMV, avaliando se elas vão sair do papel como prometido.

Ao longo da pesquisa, pude perceber que o nome PMCMV se tornou também uma forma de publicidade para chamar atenção. Dessa forma, isso contribuiu para a realização de financiamento para adquirir o imóvel. É importante analisar cada empreendimento de forma individual, pois há moradias que não se enquadram ao padrão do PMCMV, trazendo uma diferenciação entre as moradias oferecidas. Por isso, faz-se necessário atentar para esses pontos apresentados no que se refere ao acesso à tão sonhada casa própria.

Por fim, o PMCMV foi essencial para diminuição do déficit habitacional em Belo Horizonte, como em todo Brasil, não deixando de mencionar algumas problemáticas levantadas como a falta de uma melhor localização, meio de transporte mais acessível, área de lazer, ter mais qualidade nos serviços públicos prestados na região dos empreendimentos, pontos analisados ao longo da pesquisa que poderiam ser mais eficientes para que os contemplados pelo programa não tivessem somente acesso à casa própria, mas também qualidade de vida melhor para viver com seus familiares.

Ao realizar a presente pesquisa se fez um recorte sobre os beneficiários com algum tipo de deficiência inserido no PMCMV em Belo Horizonte. No começo da pesquisa empírica foi muito difícil encontrar moradores que tinham alguma deficiência e que residiam no programa com vários deslocamentos frustrados, mesmo indo na Caixa econômica, Urbel, e PBH, foi difícil ter informação precisa das moradias adequada para pessoas com deficiência. Depois de vários empreendimentos sem êxito, foram encontradas pessoas com deficiência no bairro Jardim Vitória. Para chegar lá, precisou-se de ônibus e metrô, também foram encontrados outros condomínios do programa adaptados para pessoas com deficiência, encontrando seis empreendimentos com moradores com deficiência na região Nordeste do Jardim Vitória e dois na região Norte, se totalizando oito condomínios do programa. Então assim começou a realização de entrevistas com esses moradores e o mapeamento da localização.

Cada morador tem uma história diferente e cada empreendimento tem uma peculiaridade, mas que todos tinham um sonho comum que é a realização da casa própria. A pesquisa foi essencial para contribuir com debates já realizados sobre o tema em relação a outras cidades, demonstrando a importância do debate até mesmo para trabalhos futuros destacando o retorno do PMCMV. Não foram encontradas pesquisas

sobre a temática pesquisada em Belo Horizonte, destacando que mesmo que tenham trabalhos sobre o programa PMCMV, tinha uma limitação de um grupo específico.

Durante as entrevistas, muitos ressaltaram que a pesquisa se mostra muito relevante para demonstrar a verdadeira realidade das pessoas com deficiência que residem no programa, sendo um ponto central para realização das entrevistas.

Ao longo da pesquisa, houve muitos achados que foram essenciais para compressão da inserção dos beneficiários com deficiência no PMCMV. Como, por exemplo, os 3% destinados para as pessoas com deficiência é respeitado em determinados empreendimentos, mas muitos visitados não tinham apartamentos adaptados para pessoas com deficiência. Em diálogo com os moradores e com os órgãos responsáveis como a caixa, Urbel, e PBH, não chegou a uma resposta específica para esse problema. Outro ponto pertinente é a localização dos imóveis, sendo os que tinham pessoas com deficiência eram faixa 1, pessoas com menos aquisição financeira, e os empreendimentos não estavam localizados próximos à malha urbana como as demais faixas 2 e 3. Os imóveis tinham um padrão comum para todos, sem diferenciação de acordo com cada deficiência, o que diferenciava era uma pequena adaptação realizada como uma rampa, ou um corrimão no banheiro. Porém o tamanho dos imóveis era comum e eram todos localizados no térreo que eram destinados para pessoas com deficiência ou idoso. Muitas adaptações eram realizadas pelos próprios beneficiários como pintura, colocação de alguma barra de ferro para conseguir se deslocar com mais segurança. Destaca-se também a falta de um transporte público de qualidade onde estão localizados os empreendimentos. Diante dessas questões, é necessário ter manutenção nas moradias, pois como as famílias são de classe baixa, tem pouca condição financeira que mal dá para comprar remédios.

Em conformidade com os pontos encontrados durante a pesquisa, os beneficiários conseguiram realizar um sonho que foi a aquisição da casa própria, mas há muitos pontos que podem ser melhorados, até mesmo para os empreendimentos futuros. A pesquisa se mostrou significativa por trazer a realidade enfrentada pelas pessoas com deficiência que residem nos empreendimentos do PMCMV, como também ressaltando os pontos que possam ser melhorados, para que novos contemplados não precisem passar pelas mesmas situações, tendo um lugar onde todos possam viver da melhor forma possível, apesar da limitação física.

O PMCMV voltou com promessas de ser melhor, fazendo com que seja mais inclusivo para todos e com mais melhorias, como mencionado ao longo da pesquisa.

Dessa forma, a presente pesquisa contribui para trabalhos futuros sobre o tema, podendo até mesmo fazer comparativo sobre a realização de novas moradias do programa no futuro, podendo analisar possíveis mudanças para os novos beneficiários que possuam alguma deficiência. Por fim, podemos concluir que, mesmo com algumas falhas, o PMCMV entregou cerca de 4 milhões de moradias, e teve uma contribuição essencial com o déficit habitacional no país. Destacando um ponto a ser pensado que mesmo reservando 3% para pessoas idosas e deficientes, esse percentual é insuficiente, pois a quantidade de pessoas com deficiência é muito grande no município de Belo Horizonte, fazendo com que muitas pessoas fiquem de fora da aquisição da casa própria. Essas moradias destinadas à essa parcela da população também devem contar com adaptações mais necessárias de acordo da necessidade de cada caso concreto, localização próxima às malhas urbanas, para então ter mudanças significativas na construção de novos empreendimentos do programa.

REFERÊNCIAS

- ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO. Vol. 44, n.1, 2019. ISSN 2357-738X Disponível em: < <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/issue/view/2108/463>>. Acesso em: 20 de Dez de 2023
- ARANTES, Pedro Fiori; FIX, Mariana. **Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação: Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa, Minha Vida.** 2009. Disponível em: < <https://unmp.org.br/wp-content/uploads/2009/08/PacotePedroMariana.pdf> >. Acesso em 17 de Maio de 2023
- BARRETO, Polliana de Luna Nunes; MATOS, Cirlany Souza. **Minha casa é aqui! Percepções dos beneficiários do Minha Casa Minha Vida.** 2020. Conhecer: debate entre o público e o privado, Vol. 10, nº 25. Disponível em: <https://doi.org/10.32335/2238-0426.2020.10.25.3036>.
- BARTALOTTI, C.C. **Inclusão social das pessoas com deficiência: utopia ou possibilidade.** 2006. São Paulo, Brasil: Paulus.
- BRASIL. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite. Acesso em 15 ago 2023.
- BRASIL. Lei n 11.977, de 7 de julho de 2009. **Programa Minha Casa Minha Vida** Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm> Acesso em 15 Otub. 2023
- CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas.** São Paulo: Editora Senac, 2007.
- CARIOLA, Cecilia et. al. **Nuevos procesos de integración socio territorial: Impactos de la Gran Misión Vivienda Venezuela en la segregación urbana de la Caracas Metropolitana.** 2014. Cuadernos del Cendes, CDC vol.31, nº.86, ISSN 1012-2508. Disponível em:< http://saber.ucv.ve/ojs/index.php/rev_cc/article/view/7920>. Acesso em 10 Out. 2023
- CARDOSO, Aduino Lucio. **O programa Minha Casa, Minha Vida e seus efeitos territoriais.** 2013. Rio de Janeiro: Letra Capital. 346 pag. Disponível em: < https://observatoriodasmetroles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/mcmv_adauto2013.pdf >
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Cartilha: Minha Casa, Minha Vida.** Disponível em: < <https://www.caixa.gov.br/Downloads/habitacao-minha-casa-minha-vida/Cartilha-PMCMV-FAR.pdf>> . Acesso em: Otub.2023.
- CARLETTO, Ana Claudia; CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: um conceito para todos.** Realização Mara Gabrielli. São Paulo, 2008.
- CAMPBELL, Fiona Kumari. **Contours of Ableism: The production of disability and abledness.** Palgrave Macmillan, UK. 2009.

CARPANELLI, Fernanda Galhardo. **Precariedade urbana e necessidades sociais: Condições de vida e de moradia no Conjunto Residencial Flor de Jasmin/Osasco (Programa Minha Casa Minha Vida).** 2015. Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CASTRO, Marcus Vinícius D. B. **Casa Verde e Amarela: O que você precisa saber sobre o programa.** 2022. Disponível em: <<https://www.sienge.com.br/blog/casa-verde-e-amarela/>> Acesso em 23. Dez. 2023

CUNHA, Lila. **Minha Casa Minha Vida tem retorno anunciado com novas regras para o financiamento.** 2023. Disponível em: <<https://fdr.com.br/2023/01/04/minha-casa-minha-vida-tem-retorno-anunciado-com-novas-regras-para-o-financiamento/>> Acesso em 27. Dez. 2023

GALLARDO, Claudia Bustos. **Barrio a Barrio Construimos ciudad.** 2006. Pag,18 Disponível em : <<https://quieromibarrío.cl/wp-content/uploads/2016/04/Presentaci%C3%B3n-Quiero-Mi-Barrio.pdf>> Acesso em 29.Otub. 2023.

GALICHO, Bruna S. **Caminhos da diferença: corpo e cidade na circulação cotidiana das mulheres da periferia sul de São Paulo.** 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-08072021-195930/>> Acesso em 29. Dez.2023

GARCIA, Maria Karoline Souza. **Avaliação da acessibilidade de pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida nos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida em Jaboticabal-SP.** 2021. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado, da Universidade de Araraquara – UNIARA

GIOVANNI, D.G. (2009). **As estruturas elementares das políticas públicas.** Caderno de pesquisa, 82. Recuperado de <https://observatorio03.files.wordpress.com/2010/06/elementosdas-politicaspUBLICAS.pdf>. Howlett, Ramesh, Perl (2013)

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins, 2014.

HERNANDEZ, D. Uneven mobilities, uneven opportunities: social distribution of public transport accessibility to jobs and education in Montevideo.2018. **Journal of Transport Geography**, 67, 119-125. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.jtrangeo>> Acesso em 03. Outub. 2023

HIRATA, Francini. "**Minha Casa, Minha Vida**": Política Habitacional e de Geração de Emprego ou Aprofundamento da Segregação Urbana? Revista Aurora. Marília: UNESP, Ano 3, Número IV, Jul. 2009. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1202>>. Acesso em: 05. Otub.2023.

INCLUSIVE ORG. **Revista digital de direitos humanos, cidadania e inclusão.**
Disponível em : <www.inclusive.org.br > . Acesso em Jul. 2023.

JIRÓN, P. (2007). “**Unravelling invisible inequalities in the city through urban daily mobility**: the case of Santiago de Chile”. En Swiss Journal of Sociology, 33, 1: 45-68.
Disponível em:
<<https://repositorio.uchile.cl/bitstream/handle/2250/143722/transformandome-en-la-sombra.pdf?sequence=1&isAllowed=y> >. Acesso em Dez. 2023.

KLEIMAN, Mauro. **Transportes e mobilidade e seu contexto na América Latina.**
Série Estudos e Debates (IPPUR-UFRJ), n° 61, 2011.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica.** 6.
ed. São Paulo: Atlas, 2011

LASWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How.** Cleveland, Meridian Books.
1936/1958.

LEITE, Camila Cardoso. **Habitação social e acessibilidade nas cidades desiguais do Brasil.** Dados complementares a este artigo podem ser encontrados online em
<https://doi.org/10.1016/j.habitatint.2022.102628>.

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Presidência da República.
Casa Civil. Brasília, DF, 2015. Disponível em: . Acesso em: 12 abr. 2023.

LOMBARDI, Ana Paula. **Inclusão socioespacial de pessoas com deficiência: os espaços de morar do Programa “Minha Casa Minha Vida” na cidade de Ponta Grossa – PR.** 2014. Dissertação apresentada ao Mestrado em Gestão do Território da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

MANUAL DO DESENHO UNIVERSAL. ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.**
2010. Rio de Janeiro. NBR 9050/2015.

Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação. **Política Nacional de Habitação.** Disponível em setembro de 2008: PRADO, André, Ao Fim da Cidade ,
Editora UFMG.2017.

MOSCATO, Agustin. **Programa habitacional PRO. CRE.AR.** 2017. Disponível em:
<<https://www.archdaily.com.br/br/892011/casa-prrr-perroud-atot-arquitectos-todo-terreno> > Acesso em: 10 Out, 2023.

NERY, S. O. **Revitalização/regeneração urbana, apropriação espacial e participação.** In: HABITAR- 2015. Belo Horizonte.

PBH, Prefeitura de Belo Horizonte. **Minha Casa, Minha Vida.** 2021. Disponível em:
<<https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/> > Acesso em : 28 Out. 2023.

Programa **Gran Misión Vivienda consolida á habitação na Venezuela**. 7 Out. 2022.
Disponível em: <<https://www.abrilabril.pt/internacional/programa-gran-mision-vivienda-consolida-direito-habitacao-na-venezuela> > Acesso em: 8 Nov. 2023.

RIBEIRO, J. **Habitação ou moradia**: uma análise do programa minha casa minha vida. 2012. Monografia. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Acesso em: 9 Nov.2023

SANTOS, Cecília Reis Alves dos. **Relações sociotécnicas na autoconstrução de infraestrutura urbana**. Orientador: Denise Morado Nascimento. 2015. 134 p. Dissertação (mestrado) Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

SILVA, O. M. **Epopeia ignorada**. Edição de Mídia. São Paulo: Editora Faster, 2009.

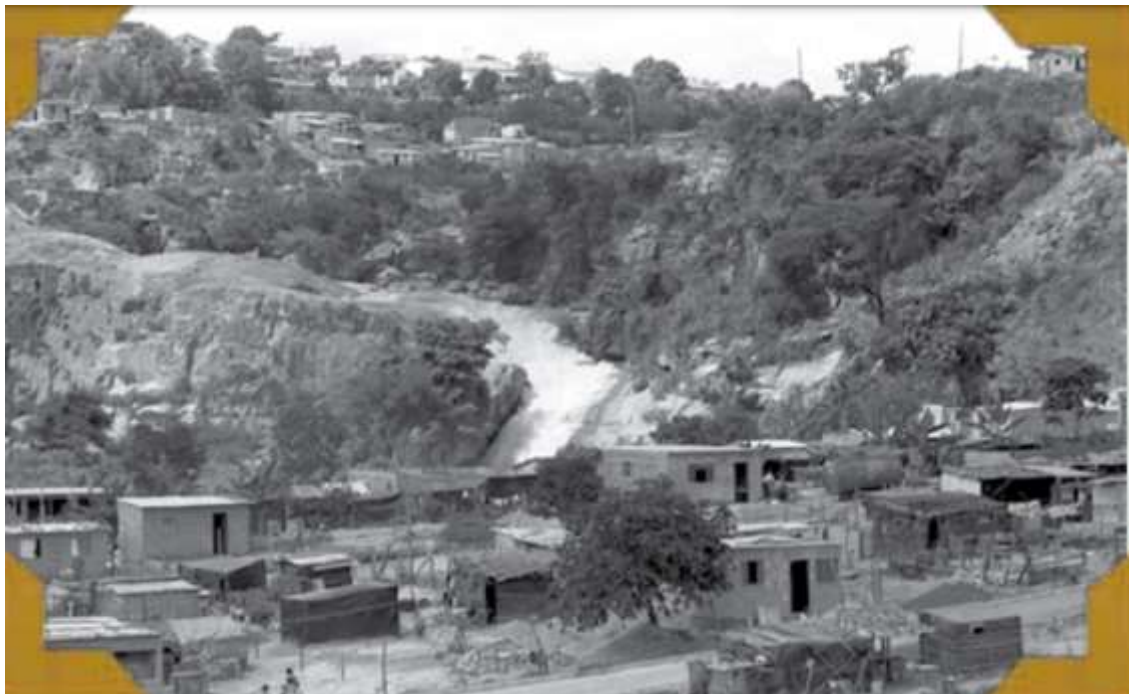
SIMON, Herbert A. (1947). **Administrative behavior. A study of decision-making processes in administrative organization**. 1 a ed. New York: The Macmillan Company, 1947.

STRAUSS A, Corbin J. **Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de Teoria Fundamentada**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed; 2008.

VALLADARES, Licia do Prado. **Debates Urbanos 3: Repensando a Habitação no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983

WALDENFELS, B. **El poder de los acontecimientos**. *Azafea*: Revista de Filosofía, Salamaca, v.6, n.5, p.139-151, 2004.

ANEXO A - Conjunto habitacional Gordura, situado no bairro Jardim Vitória, em Belo Horizonte, no ano de 1979. Fonte: PBH, <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/prefeitura-de-bh-conclui-urbanizacao-de-rua-no-bairro-jardim-vitoria>



ANEXO B- Imagem da evolução do bairro Jardim Vitória no ano de 2002. Fonte: Associação comunitária de moradores, <https://www.facebook.com/ascomdevir/>



ANEXO C – Imagem atual do bairro Jardim Vitória Belo Horizonte no ano de 2023
Fonte: Associação comunitária de moradores,
<https://www.facebook.com/ascomdevir/>



ANEXO D – Negativa de informação pelo Ministério das Cidades sobre moradias adaptadas para pessoas com deficiência pelo PMCMV
Fonte:<https://falabr.gov.br/web/manifestacao/detalhar/5458769>

Ir para

Resposta

Senhor, Em atenção ao Pedido de Informação, registrado no Fala.BR sob o nº 80002.000200/2023-86, informamos que não dispomos nas bases de dados sob nossa gestão de informações específicas relativas à unidades habitacionais adaptadas para pessoas com deficiências. Sobre o assunto, é oportuno destacar que a Portaria nº 660, de 14 de novembro de 2018 (disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=16/11/2018&jornal=515&pagina=105&totalArquivos=196>), é o normativo que dispõe, no Anexo II, sobre as especificações mínimas das unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida (modalidades FAR e FDSI), estabelecendo, dentre outros, os parâmetros de acessibilidade e adaptação. A fim de melhorarmos constantemente os nossos serviços, gostaríamos de saber como foi o seu atendimento. É fácil e rápido. Para nós é um grande prazer atender o seu pedido. Sua opinião é importante para a construção da cultura de acesso à informação. Atenciosamente, Serviço de Informação ao Cidadão – SIC Ministério das Cidades WhatsApp: <https://wa.me/556191028236> Telefones: (61) 2034-5598 / (61) 2034-5777.

Pedido de Acesso à Informação Detalhado

| Número de protocolo | Tipo | Esfera | Órgão destinatário |
|----------------------|---------------------|---------|-------------------------------|
| 80002.000200/2023-86 | Acesso à Informação | Federal | MCID - Ministério das Cidades |

Fale aqui (leer)

Bom dia, prezado(a), Estou mestrando em Ciências Sociais pela Puz Minas. Meu projeto é sobre as pessoas com deficiência inseridas no Programa Minha Casa Minha Vida. Gostaria, por gentileza, de uma listagem das moradias adaptadas do programa na região de Belo Horizonte. Aos cuidados do setor de habitação. Desde já agradeço e aguardo retorno. Me pediram para entrar em contato nesse endereço. Atenciosamente, Gustavo Santana de Souza